



**AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO  
INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

## **PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PCT BRA/IICA/05/004**

**“Apoio às Ações de Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à  
Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN Brasil”**

**RELATÓRIO FINAL**

**Brasília (DF), 2015**

## SUMÁRIO

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO .....</b>	<b>8</b>
<b>2. ANTECEDENTES .....</b>	<b>9</b>
2.1 CONTEXTO INSTITUCIONAL E POLÍTICO QUE ANTECEDE A ELABORAÇÃO DO PROJETO .....	9
2.2 QUESTÕES QUE MOTIVARAM A CONCEPÇÃO DO PROJETO .....	12
<b>3. A FORMALIZAÇÃO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - PCT .....</b>	<b>14</b>
3.1 OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO.....	15
3.2 OBJETIVOS IMEDIATOS E PRODUTOS INCLUINDO REVISÕES.....	15
3.2.1 Objetivo Imediato 1: .....	15
3.2.2 Objetivo Imediato 2: .....	16
3.2.3 Objetivo Imediato 3: .....	16
3.3 REVISÕES DO PROJETO.....	17
3.3.1 Primeira Revisão.....	17
3.3.2 Segunda Revisão.....	18
3.3.3 Terceira Revisão.....	19
3.3.4 Quarta Revisão.....	19
<b>4. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO E DO DESEMPENHO DO PROJETO .....</b>	<b>21</b>
4.1 RESULTADOS E GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS.....	21
4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROJETO .....	41
4.3 INSUMOS MOBILIZADOS E PRODUTOS DO PROJETO .....	50
4.3.1 Contratos de Consultoria - Pessoa Física .....	50
4.3.2 Contratos de Consultoria - Pessoa Jurídica .....	61
4.3.3 Aquisição de Equipamentos .....	70
4.3.4 Publicações Editadas.....	70
<b>5. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO.....</b>	<b>73</b>
5.1 A SITUAÇÃO PÓS-PROJETO .....	73
5.2 BENEFICIÁRIOS.....	80
5.2.1 A Participação dos Beneficiários na Implementação do Projeto .....	82
5.3 IMPREVISTOS POSITIVOS E NEGATIVOS QUE AFETARAM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO.....	83
5.4 ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DE AÇÃO ADOTADA .....	86
5.5 AÇÕES PARA AMENIZAR O DISTANCIAMENTO ENTRE O PLANEJADO E O EXECUTADO .....	88
5.6 ADEQUABILIDADE DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO .....	89
5.7 ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS .....	89
5.8 UMA VISÃO DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL .....	89
5.9 SUGESTÕES DE MONITORAMENTO E DOCUMENTAÇÃO MAIS EFICAZES .....	94
5.10 SUSTENTABILIDADE.....	94
<b>6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>95</b>

## Lista de Siglas

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AD	Autorização de Despesa
AL	Alagoas
ANA	Agência Nacional de Águas
ASA	Articulação no semiárido Brasileiro
ASD	Áreas Suscetíveis à Desertificação
ASPA	Cúpula América do Sul-Países Árabes
BA	Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BMZ	Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CE	Ceará
CEF	Caixa Econômica Federal
CEMADEN	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CEMA	Conferência Estadual de Meio Ambiente
CGU	Controladoria Geral da União
CNCD	Comissão Nacional de Combate à Desertificação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COP	Conferência das Partes
CRIC	Comitê de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação
CTC	Coordenação Técnica de Combate à Desertificação
DCD	Departamento de Combate à Desertificação
DED	Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DRB	Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas
DZT	Departamento de Zoneamento Territorial
EFI	Estratégia Financeira Integrada

ENED	Encontro Nacionais para o Enfrentamento da Desertificação
ES	Espírito Santo
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNDF	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FNMC	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima
FUNDECI	Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GEF	Fundo Global Ambiental
GIZ	Cooperação Técnica Alemã
ICID	Conferência Internacional sobre Impactos das Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável nas Regiões Semiáridas
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
ILACT	Iniciativa Latino-Americana em Ciência e Tecnologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisa Espacial
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
ISE	Instituto Superior de Educação de Cabo Verde
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MCTI	Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ME	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MG	Minas Gerais
MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MoU	Memorandum of Understanding
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NUPERADE	Pesquisa de Recuperação de Áreas Degradadas e Combate à Desertificação
OGM	Objeto de Gasto Maior
ONU	Organização das Nações Unidas

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAD	Programa Água Doce
PAE	Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação
PAN Brasil	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
PB	Paraíba
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural
PCT	Projeto de Cooperação Técnica
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PNRH	Plano Nacional de Recursos Hídricos
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PRAIS	Sistema de Revisão de Desempenho e Avaliação da Implementação
PRSF	Programa de Revitalização do São Francisco
PT	Proposta Técnica
RN	Rio Grande do Norte
SAP	Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação do Brasil
SE	Sergipe
SEDR	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
SEMILUSO	Seminário Luso-Brasileiro sobre Agricultura Familiar e Desertificação
SIGAP	Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos
SIGINDES	Sistema de Gestão de Indicadores em Desertificação
SIGOV	Sistema de Informação e Gestão para Governabilidade
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
SRHU	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TIN	Taxa Institucional
TCU	Tribunal de Contas da União
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFCE	Universidade Federal do Ceará

UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
ULL	Universidade Lusófona de Lisboa
UM	Universidade Nova de Lisboa
UNCCD	Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos países afetados por seca grave e/ou desertificação, particularmente na África
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

## Lista de Quadros e Gráficos

<b>Quadro 1</b> - Orçamentos Aprovados para o Projeto por OGM.....	42
<b>Quadro 2</b> - Execução Financeira do Projeto por exercício e por OGM.....	43
<b>Quadro 3</b> - Execução Orçamentária e Financeira Total do Projeto por OGM.....	45
<b>Quadro 4</b> - Execução Financeira Total do Projeto por OGM.....	46
<b>Quadro 5</b> - Repasses de Recursos Financeiros ao Projeto.....	47
<b>Quadro 6</b> - Rendimentos das Aplicações Financeiras dos Recursos do Projeto.....	49
<b>Quadro 7</b> - Relação dos Contratos de Consultoria - Pessoa Física.....	51
<b>Quadro 8</b> - Controle de Entrega de Produtos Contratados - Pessoa Física.....	58
<b>Quadro 9</b> - Relação dos Contratos de Consultoria - Pessoa Jurídica.....	63
<b>Quadro 10</b> - Resumo da Proposta Técnica 17.....	69
<b>Gráfico 1</b> - Evolução da Execução Financeira do Projeto.....	43

## **1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

**Agência Executora Nacional:** Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente - SEDR/MMA

**Código/Sigla do Projeto:** PCT BRA/IICA/05/004

**Título do Projeto:** Apoio às Ações de Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN Brasil

**Áreas geográficas beneficiadas:** Áreas Suscetíveis à Desertificação - ASD (abrangendo áreas dos 9 estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo)

### **Endereço/Telefone/Fax da Agência Executora Nacional:**

Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável  
Departamento de Combate à Desertificação  
Esplanada dos Ministérios - Bloco "B" - 7º Andar - Sala 735  
CEP: 70.068-900 - Brasília/DF

Telefone: (61) 2028-1717 - Fax: (61) 2028-1481

e-mail: francisco.campello@mma.gov.br

**Duração do Projeto (em meses/anos):** 9 anos

### **Início do Projeto:**

**Previsto:** 20/12/2005 **Efetivo:** 01/01/2006

### **Término do Projeto:**

**Previsto:** 20/02/2009 **Efetivo:** 20/12/2014

**Orçamento Original:** R\$ 4.140.000,00

**Orçamento Final:** R\$ 12.284.813,58

**Diretor Nacional do Projeto:** Francisco Carneiro Barreto Campello



## **2. ANTECEDENTES**

### **2.1 CONTEXTO INSTITUCIONAL E POLÍTICO QUE ANTECEDE A ELABORAÇÃO DO PROJETO**

A degradação da terra e a desertificação são sérios problemas globais, afetando 33% da superfície terrestre e atingindo cerca de 2,6 bilhões de pessoas, em todo o planeta. As terras secas concentram os grandes problemas de pobreza no mundo, que associados a uma base frágil de recursos naturais e à pressão antrópica, têm provocado processos de desertificação. Esse quadro leva a disputas pela terra e pela água ocasionando migrações e acentuando a pobreza de grande parte da Ásia, da América Latina e da África.

Nesse contexto foi criada a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação – UNCCD. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) os países afetados por processos de desertificação propuseram a elaboração desta convenção. O documento final foi aprovado em 17 de junho de 1994 e entrou em vigor em 26 de dezembro de 1996.

A Convenção tem como objetivo: “Combater a desertificação e mitigar os efeitos da seca [...] através da adoção de medidas eficazes em todos os níveis, apoiadas pela cooperação internacional e em acordos de parceria, no quadro de uma abordagem integrada, coerente com a Agenda 21, a fim de contribuir para se atingir o desenvolvimento sustentável nas zonas afetadas” (Art. 2º). O artigo 3º da Convenção ressalta que as Partes devem elaborar e implementar os seus programas de ação nacional para combater a desertificação e mitigar os efeitos da seca e que estes devem ser concebidos e implementados de forma integrada com as propostas da sociedade civil e do conjunto das políticas de desenvolvimento do respectivo país.

O Brasil ratificou a UNCCD assumindo o compromisso de elaborar e garantir a implementação do Programa Nacional de Combate à Desertificação. O Ministério do Meio Ambiente, por meio do Departamento de Combate à Desertificação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, por ser o Ponto Focal Técnico do Brasil junto à UNCCD é a instituição nacional responsável pela promoção de ações para o combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, de forma articulada com as diferentes instâncias governamentais e com a participação da sociedade civil.

Em cumprimento às diretrizes da Convenção o governo brasileiro lançou em 2004 o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - o PAN Brasil que tem como objetivo estabelecer diretrizes e instrumentos legais e institucionais que permitam otimizar a formulação e execução de políticas públicas e investimentos privados visando a promoção do

desenvolvimento sustentável nas chamadas Áreas Suscetíveis à Desertificação - ASD, espaço de atuação do Programa.

Considerando que o tema “desertificação” não tinha uma penetração nas estruturas oficiais, no âmbito do Governo Federal, dos governos estaduais ou municipais, assim como não era do conhecimento da maioria da população, mesmo as diretamente atingidas pelo fenômeno, buscou-se transformar o processo de elaboração do PAN Brasil em uma estratégia de disseminação do tema. A construção de consensos e pactos envolvendo variada gama de atores sociais foi orientado por eixos temáticos baseados nas orientações estratégicas do Plano Plurianual - PPA. Os eixos temáticos que nortearam os debates, deliberações, processos técnicos, políticos e institucionais: a redução da pobreza e da desigualdade; a ampliação sustentável da capacidade produtiva; a preservação, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais e a gestão democrática e fortalecimento Institucional.

O PAN Brasil definiu como foco de ação as Áreas Susceptíveis à Desertificação - ASD, espaços caracterizados como semiáridos e subúmidos secos. Além desses espaços, também foram considerados ASD, municípios ao redor com características semelhantes, denominados de entorno. Sendo assim, as ASD e entorno abrangem 11 estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e parte do Espírito Santo e Minas Gerais.

As ASD ocupam cerca de 1.340.000 km<sup>2</sup> em 1488 municípios, atingindo diretamente cerca de 32 milhões de pessoas. Desse total, 180 mil km<sup>2</sup> já se encontram em processo grave a muito grave de desertificação, concentrados principalmente nos estados do Nordeste, que têm 55% do seu território atingido em diferentes graus de deterioração ambiental. As áreas com níveis mais intensos de degradação configuram os núcleos de desertificação que compreendem as regiões de Gilbués, no Piauí, Irauçuba, no Ceará, Seridó, no Rio Grande do Norte e Cabrobó, em Pernambuco.

Com o documento do PAN Brasil, o País passou a contar com um instrumento norteador para políticas públicas nas áreas definidas como susceptíveis à desertificação e iniciou-se uma nova fase - a da implementação do Programa. Foi nesse cenário de compromissos perante UNCCD que o governo brasileiro se viu diante de um novo e grande desafio, o de efetivar uma política pública que promovesse o combate desertificação por meio de práticas eficientes e sustentáveis de convivência com a semiaridez.

Constatou-se a necessidade de se estabelecer mecanismos para a implantação de ações previstas pelo Programa Nacional e critérios específicos para que o grau de conhecimento sobre os processos de desertificação e sua extensão nas ASD fosse ampliado de modo a se ter uma dimensão mais aproximada sobre o problema no âmbito nacional. Esse esforço apoia-se na percepção estratégica

de que, no Brasil, as ASD precisam se transformar em espaços dinâmicos e de prosperidade produtiva e social. As ASD, muitas vezes eram vistas como “áreas problemas” ou “deprimidas”, requerendo políticas, tratamentos e intervenções de caráter emergencial ou práticas assistencialistas. Na perspectiva do PAN Brasil, essas áreas são percebidas como capazes de contribuir, de maneira eficaz e eficiente, para o desenvolvimento do País.

Outro grande desafio era a questão da institucionalização do tema, o qual requeria o aprimoramento dos marcos normativos e/ou regulatórios e ações de fortalecimento das capacidades técnica das instituições e atores sociais que atuam na área incrementando o uso e a difusão do conhecimento técnico e das boas práticas de manejo sustentável dos recursos naturais. Nesse aspecto havia uma necessidade urgente de se buscar apoio para que os gestores, fortalecidos, pudessem articular e construir parcerias estratégicas visando implantar as institucionalidades previstas no PAN Brasil, bem como representar os interesses nacionais e regionais nos fóruns da UNCCD.

Buscou-se traçar uma estratégia para a articulação de políticas, programas e projetos e a construção de novos paradigmas, modelos e instrumentos de promoção e/ou fomento ao desenvolvimento sustentável das ASD. As ações foram direcionadas para que se criassem as bases e houvesse condições para que as instituições responsáveis pelo tema do combate à desertificação no âmbito nacional desempenhassem suas tarefas e competências com maior grau de eficiência e eficácia. Fez-se necessário também o incentivo à proposição de projetos que visassem, o apoio técnico e financeiro às populações locais para que estas adquirissem capacidade de conviver com a problemática de forma sustentável.

No escopo do PAN Brasil, estava previsto a elaboração e o apoio à implementação do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação - PAE de cada um dos estados afetados pelo processo com o objetivo de apresentar diretrizes para a implementação de ações específicas de combate à desertificação, fornecendo subsídios técnicos para os gestores estaduais.

Foi nesse cenário que o Ministério do Meio Ambiente buscou unir esforços para a melhoria das condições de vida para a população afetada pelos processos de desertificação. Para essa fase, seguindo orientação da UNCCD, o Brasil precisava estabelecer parcerias estratégicas no sentido de assegurar aporte de recursos, apoio técnico e institucionalização necessários para a execução do Programa.

A Cooperação Técnica foi tida como um importante instrumento para o País visto que por meio de transferências de conhecimentos, de tecnologia e de experiências bem-sucedidas, ela poderia contribuir para a capacitação dos recursos humanos e para o fortalecimento das instituições envolvidas em suas atividades e projetos.

Visando apoio para a implementação do PAN Brasil o governo brasileiro buscou a parceria do IICA. Para isso considerou a experiência deste organismo de cooperação com o tema do combate à desertificação e o importante apoio deste ao processo de elaboração do Programa (aporte técnico e financeiro), principalmente por meio do Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul. Este Programa foi coordenado pelo IICA com recursos do governo japonês via Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e envolveu seis países: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador e Peru. Além disso, a temática de combate à desertificação já se encontrava presente e explícita em outros PCTs executados pelo IICA em cooperação com instituições tais como o Ministério da Integração Nacional, o Banco do Nordeste do Brasil - BNB e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS. Da mesma forma as ações desenvolvidas pelo Programa de Combate à Pobreza Rural - PCPR nos estados da Região Nordeste e executadas pelo IICA constituíam ações complementares no contexto social, inteiramente sustentáveis.

Partindo do pressuposto de que o Programa Nacional de Combate a Desertificação teria capacidade de catalisar e de envolver vários segmentos da sociedade no esforço nacional para o combate à desertificação foi elaborado o Projeto de Cooperação Técnica - PCT, com a preocupação de que os conhecimentos, experiências e tecnologias compartilhados pudessem provocar impactos positivos e relevantes para os segmentos beneficiários das ASD.

Foi, então, firmado o Projeto de Cooperação Técnica PCT BRA/IICA/05/004 “Apoio às Ações de Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN Brasil”, assinado pela Agência Brasileira de Cooperação - ABC, o IICA e a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

## **2.2 QUESTÕES QUE MOTIVARAM A CONCEPÇÃO DO PROJETO**

A proposta do PCT definiu três linhas de ação relacionadas com o combate à desertificação:

- a) Aprimorar o conhecimento sobre a situação e os processos de desertificação e de ocorrência de secas nas ASD, bem como ampliar o conhecimento sobre tecnologias de prevenção, controle, mitigação e combate à desertificação;
- b) Estabelecer mecanismos para a concepção, criação e revisão de políticas de desenvolvimento sustentável para as ASD, criando e fortalecendo institucionalidades para o combate à desertificação;
- c) Estabelecer mecanismos para o fortalecimento da capacidade técnico-operacional das instituições e entidades que atuam na área, no âmbito federal, estadual, municipal e da sociedade civil, incrementando o uso e a difusão dos conhecimentos gerais, técnicos e das práticas de manejo sustentável dos recursos naturais.

No que diz respeito **ao aprimoramento do conhecimento** da situação dos processos de desertificação e de ocorrência de secas no Brasil era necessário desenvolver novos conhecimentos de referência em torno da temática de modo a gerar um mapa atualizado do estado da desertificação no país. Especial atenção deveria ser dada as boas práticas e aos saberes tradicionais de convivência com as ASD, na medida em que estes são essenciais a sustentabilidade do processo como um todo.

A falta de informações sistematizadas sobre o tema do combate à desertificação contribui para a perpetuação de práticas insustentáveis de uso do solo, que incorrem no declínio da produtividade agrícola, agravando os processos de desertificação e, por consequência, a pobreza. Nesse contexto, foi proposto o desenvolvimento de projetos visando o envolvimento dos pequenos agricultores e a valorização do aspecto produtivo das ASD com a aplicação de tecnologias apropriadas para o incremento da competitividade de mercado e o desenvolvimento de modelos e ferramentas sustentáveis.

A produção do conhecimento específico, apoiado em tecnologia adequada, propiciaria a criação e o fortalecimento de uma base de dados e de um sistema integrado de observação sistemática. A proposta era de se construir uma modelagem de um sistema para o “alerta precoce de eventos extremos” que permitiria a ampliação da capacidade de resposta e que criasse dispositivos de prevenção, tanto por parte dos governos quanto da sociedade civil.

No aspecto de **criação de mecanismos para políticas públicas e do fortalecimento** de institucionalidades para o combate à desertificação o PCT, apontava três focos principais: o fortalecimento do MMA para a implantação das institucionalidades previstas no PAN Brasil bem como para o cumprimento dos compromissos assumidos junto a UNCCD; o fortalecimento da SRH (Instituição nacional executora no momento da proposição do PCT) para a articulação de políticas e construção de novos paradigmas, modelos e instrumentos de promoção ou fomento ao desenvolvimento sustentável das ASD e o estabelecimento de mecanismos para a elaboração dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação e apoio às ações experimentais de implementação do PAN Brasil.

Em relação ao **fortalecimento das capacidades técnico operacional das instituições e atores sociais** que atuam nas ASD o MMA também buscava envidar esforços para o incremento do uso e a difusão dos conhecimentos gerais, técnicos e das práticas de manejo sustentável dos recursos naturais. Assim, outro desafio era, a partir das demandas técnicas identificadas, definir uma estratégia de capacitação e de difusão de práticas e conhecimentos científicos e tradicionais, visando criar uma capacidade nacional para o enfrentamento dos problemas diagnosticados nas ASD. Esta ferramenta

deveria oferecer oportunidades de capacitação e formação desde as famílias diretamente afetadas pela desertificação até o nível acadêmico, passando por formuladores de políticas, operadores e gestores de programas e projetos governamentais e não governamentais implementados na região. Além disso, buscava-se a formação de multiplicadores nas áreas afetadas de forma que pudessem interagir em termos de geração e difusão de informações, tendo em vista a sua participação no planejamento das políticas, no processo de decisão, elaboração, revisão e implementação dos programas de ação estaduais.

Para que as instâncias gestoras pudessem acompanhar e mensurar os avanços no processo de implementação do PAN Brasil, se fazia necessário a construção de um sistema de monitoramento eficaz, capaz de capturar as informações relevantes que alimentassem o processo de acompanhamento e de avaliação permanente dos resultados produzidos. Era necessário criar condições favoráveis (técnicas e informativas) para que todas essas categorias de atores possam interagir na especificação do rol dos indicadores, parâmetros, sistemas de coleta e processamento dos dados.

Além disso, o PCT deveria incentivar as boas práticas sustentáveis de convivência com a semiáridade. O MMA buscava a promoção do desenvolvimento sustentável com o apoio direto da Cooperação Técnica e das organizações de base das ASD e para isso deveria fomentar iniciativas que contemplassem projetos de atores sociais das áreas mais vulneráveis e mais afetadas. O apoio a iniciativas locais de combate à desertificação foi considerado como uma ação estratégica, uma forma direta de oportunizar a instrumentalização de segmentos da sociedade para o acesso a políticas públicas e de valorização do fazer local.

Seria também necessário difundir conhecimentos e experiências e para isto deveriam ser elaborados material técnico e didático e sistemas de informação. E para a execução do PCT deveria ser mobilizada uma rede institucional e de parceiros atuantes na área foco.

### **3. A FORMALIZAÇÃO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - PCT**

O MMA submeteu a proposta do PCT BRA/IICA/05/004 - Apoio às Ações de Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN Brasil, para análise da Agência Brasileira de Cooperação - ABC do Ministério das Relações Exteriores, em 25 de novembro de 2005, por meio do Ofício nº 269/SECEX/MMA. O PCT tem como objetivo principal contribuir para a implementação de ações de combate à desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação - ASD, mediante a consolidação do Programa de Ação Nacional de

Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN Brasil e dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação - PAEs.

Em 20 de dezembro de 2005 o PCT foi assinado com previsão de duração (inicial) de 38 meses sendo seu extrato publicado no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2005, na Seção 3, página 139.

### **3.1 OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO**

Contribuir para a implementação de ações de combate à desertificação nas ASD, mediante a consolidação do Programa de Ação e o desenvolvimento de comunidades rurais no âmbito do Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN Brasil e dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação - PAEs.

### **3.2 OBJETIVOS IMEDIATOS E PRODUTOS INCLUINDO REVISÕES**

#### **3.2.1 Objetivo Imediato 1:**

Aprimorar o conhecimento sobre a situação e os processos de desertificação e de ocorrência de secas nas ASD, bem como ampliar o conhecimento sobre tecnologias de prevenção, controle, mitigação e combate à desertificação. (Objetivo Imediato inalterado)

#### **Produtos:**

- Produto 1.1 Estudar os processos e o estado da desertificação nas ASD.
- Produto 1.2 Produzir o mapa atualizado do estado da desertificação no país.
- Produto 1.3 Resgatar os conhecimentos tradicionais de convivência com as ASD.
- Produto 1.4 Experiências pilotos para avaliação da aplicabilidade dos conhecimentos executadas.
- Produto 1.5 Levantar, avaliar e implementar tecnologias de recuperação de áreas degradadas.
- Produto 1.6 Levantar, avaliar e implementar tecnologias adequadas aos processos produtivos da agricultura familiar e de geração de renda nas ASD.
- Produto 1.7 Monitorar e avaliar os processos de desertificação nas ASD.
- Produto 1.8 Desenvolver e implementar o Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação - SAP.
- Produto 1.9 Desenvolver e testar modelagem do sistema de alerta precoce de segurança alimentar. (Produto excluído na 1ª Revisão)

- Produto 1.10 Elaborar o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE em Núcleo de Desertificação elaborado. (Produto incluído no Documento de Revisão N° 1)

### **3.2.2 Objetivo Imediato 2:**

Estabelecer mecanismos para a concepção, criação e revisão de políticas de desenvolvimento sustentável para as ASD, criando e fortalecendo institucionalidades para o combate à desertificação. (Objetivo Imediato inalterado)

#### **Produtos:**

- Produto 2.1 Fortalecer o MMA para a implantação das institucionalidades previstas no PAN Brasil e na Política Nacional de Controle da Desertificação.
- Produto 2.2 Fortalecer a SEDR para a articulação de políticas, programas e projetos buscando contribuir para a construção de novos paradigmas, modelos e instrumentos de promoção ou fomento ao desenvolvimento sustentável das ASD.
- Produto 2.3 Estabelecer mecanismos para a elaboração dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação - PAEs e apoiar ações experimentais de implementação do PAN Brasil. (Produto modificado no Documento de Revisão N° 3)
- Produto 2.4 Fortalecer o MMA para o cumprimento da Agenda Internacional e na construção de parcerias estratégicas para representar os interesses nacionais e regionais nos fóruns de discussão da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - UNCCD.

### **3.2.3 Objetivo Imediato 3:**

Estabelecer mecanismos para o fortalecimento da capacidade técnico-operacional das instituições e entidades que atuam na área, no âmbito federal, estadual, municipal e da sociedade civil, incrementando o uso e a difusão dos conhecimentos gerais, técnicos e das práticas de manejo sustentável dos recursos naturais. (Objetivo Imediato inalterado)

#### **Produtos:**

- Produto 3.1 Elaborar e implementar o Programa de Capacitação para o Combate à Desertificação com vistas a formação profissional, a pesquisa, ao planejamento e a gestão estratégica.
- Produto 3.2 Desenvolver o sistema de monitoramento e avaliação do processo de implementação do PAN Brasil.



- Produto 3.3 Fomentar Pequenos Projetos Comunitários de Combate à Desertificação. (Produto incluído no Documento de Revisão N° 1)

### 3.3 REVISÕES DO PROJETO

Foram efetuadas quatro revisões no PCT BRA/IICA/05/004 descritas a seguir.

#### 3.3.1 Primeira Revisão

O MMA submeteu a proposta de 1ª Revisão do PCT BRA/IICA/05/004 para análise da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, em novembro de 2007, com os seguintes objetivos:

- Prorrogação do prazo de vigência: para 20 de dezembro de 2009;
- Incremento de recursos: ampliar os recursos dos Produtos 1.8, 2.1, 2.4 e 3.1 referentes aos Objetivos Imediatos 1, 2 e 3 e destinar recursos para os produtos novos 1.10 e 3.3 referentes aos Objetivos Imediatos 1 e 3;
- Realocação de recursos: realocar os recursos do produto original 1.9 para o produto 1.8;
- Inclusão de novo produto: suprimir o produto 1.9 original e incluir novo Produto 1.10 no Objetivo Imediato 1; e incluir o produto 3.3 no Objetivo Imediato 3;
- Emenda (alteração) de produtos: Incluir as expressões “e implementar”, “de seca e desertificação” e “na área piloto” no Produto 1.8; substituir a expressão SRH por SEDR no produto 2.2;
- Redimensionamento das metas: dos produtos 1.8, 2.1, 2.4 e 3.1;
- Mudança da Instituição Nacional Executora do projeto: alterar a instituição executora da Secretaria de Recursos Hídricos - SRH do Ministério do Meio Ambiente - MMA para Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR/MMA, em decorrência das alterações regimentais efetuadas no âmbito do MMA e da Coordenação Técnica de Combate à Desertificação - CTC, responsável pela operacionalização do PCT, ter sido transferida da SRH (cuja nomenclatura a partir da reestruturação do MMA passou a ser Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU) para a SEDR;
- Aportar recursos adicionais:

Orçamento original:	R\$ 4.140.000,00
Recursos adicionais na revisão nº 01:	R\$ 4.564.663,37
Orçamento total para o Projeto:	R\$ 8.704.663,37

A Revisão nº 1 do PCT BRA/IICA/05/004 foi assinada pelas partes (IICA, ABC e MMA) em 04 de setembro de 2008.

### 3.3.2 Segunda Revisão

O MMA submeteu a proposta de 2ª Revisão do PCT BRA/IICA/05/004 para análise da Agência Brasileira de Cooperação - ABC em julho de 2009, com o objetivo de ajustar e adequar o prazo de vigência e a Matriz de Execução Física e o Orçamento ao exposto na Emenda ao Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura para apoiar as ações de implementação do PAN Brasil.

No texto da 1ª Revisão do Projeto o prazo de vigência do mesmo é especificado nos seguintes termos:

No item “DOCUMENTO DE REVISÃO Nº 01/2007” à fl. 2:

- Item 7: “Proposta de Alteração de Prazo na 1ª Revisão: 20 de dezembro de 2009”.
- Item 11: “Objetivos da Revisão”, alínea “a” “Prorrogar prazo de vigência: para 20 de dezembro de 2009”.
- No item “PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO” à fl. 5:
- Item 1.1 “OBJETIVOS DA REVISÃO”, alínea “a” “Prorrogação do prazo de vigência: para 20 de dezembro de 2009”.

No Item 4: “MATRIZ DE EXECUÇÃO FÍSICA” às fls. 26 e 27, Cronograma de Execução.

Os itens acima mencionados especificam, no documento da 1ª Revisão do PCT BRA IICA/05/004, o prazo de vigência do projeto para a data de 20 de dezembro de 2009. A Emenda ao Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura explicita no Art. IV o prazo de vigência de setenta e quatro meses, estabelecendo o prazo de vigência para 20 de fevereiro de 2012.

Detectada a divergência entre as datas de vigência do projeto e, após discussão dessa questão entre as equipes técnicas da Coordenação de Combate à Desertificação da SEDR/MMA, do IICA/Brasil e da Agência Brasileira da Cooperação, foi solicitado na Revisão Nº 2:

- a) Ajustar o prazo de vigência do Projeto ao prazo explícito na Emenda ao Ajuste Complementar: até 20/02/2012;
- b) Adequar a Matriz de Execução Física do Projeto ao prazo de vigência proposto: até 20/02/2012.
- c) A Revisão nº 2 do PCT BRA/IICA/05/004 foi assinada pelas partes (IICA, ABC e MMA) em 13 de agosto de 2009 ficando o espelho da vigência do projeto definido da seguinte forma:

- Data de conclusão do Projeto de Cooperação Técnica (PCT) estabelecida no documento original: 20/02/2009
- Data de conclusão da Revisão nº 01: 20/12/2009
- Data de conclusão da Revisão nº 02: 20/02/2012

### **3.3.3 Terceira Revisão**

O MMA submeteu a proposta de 3ª Revisão do PCT BRA/IICA/05/004 para análise da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, em novembro de 2010, com os seguintes objetivos:

- Ajustar termos e atividades referentes ao Objetivo Imediato 1, Produto 1.8;
- Redistribuir a programação orçamentária entre as diferentes linhas orçamentárias;
- Ajustar as fontes de recursos orçamentários incorporando os recursos dos rendimentos financeiros;
- Justificar ações do Projeto face ao Acórdão nº 1.339/2009 do Tribunal de Contas da União (TCU) e Portaria do MMA Nº 348, de 8 de setembro de 2010;
- Incrementar os recursos do PCT;
- Prorrogar o prazo de vigência do PCT até 20 de julho de 2014.

A Revisão nº 3 do PCT BRA/IICA/05/004 foi assinada pelas partes (IICA, ABC e MMA) em 28 de janeiro de 2011.

### **3.3.4 Quarta Revisão**

O MMA submeteu a proposta de Revisão do PCT BRA/IICA/05/004 para análise da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, em abril de 2014, com os seguintes objetivos:

- Realocação entre os Objetos de Gasto Maior - OGMs para atender as linhas de despesas até o final da vigência do PCT;
- Adequação do orçamento: (i) Incorporar ao orçamento do Projeto os recursos gerados pela aplicação financeira sobre o saldo da conta operacional do Projeto, Fundo BID2, no valor de R\$ 70.452,31 (setenta mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta e um centavos) sendo este valor contabilizado com projeções de 01/10/2010 a 31/03/2014; (ii) Incorporar aos recursos orçamentários do Projeto o valor oriundo do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima destinado a ações de adaptação no âmbito do combate à desertificação de R\$ 562.250,80 (quinhentos e sessenta e dois mil e duzentos e cinquenta reais e oitenta centavos) que somados aos recursos incorporados ao orçamento

do Projeto por meio da aplicação financeira totalizam o valor de R\$ 632.703,11 (seiscentos e trinta e dois mil e setecentos e três reais e onze centavos). Esta ação amplia o valor total do PCT BRA/IICA/05/004 de R\$ 11.652.110,45 (previsto na 3ª Revisão) para R\$ 12.284.813,58 (doze milhões e duzentos e oitenta e quatro mil e oitocentos e treze reais e cinquenta e oito centavos);

c) Definir ações de encerramento do ciclo desta cooperação técnica sendo necessário ampliar o prazo de vigência do PCT de 20/07/2014 para 20/12/2014.

A Revisão nº 4 do PCT BRA/IICA/05/004 foi assinada pelas partes (IICA, ABC e MMA) em 28 de agosto de 2014, após os devidos ajustes nas linhas orçamentárias.

#### 4. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO E DO DESEMPENHO DO PROJETO

##### 4.1 RESULTADOS E GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS

**Objetivo imediato 1:** Aprimorar o conhecimento sobre a situação e os processos de desertificação e de ocorrência de secas nas ASD, bem como ampliar o conhecimento sobre tecnologias de prevenção, mitigação e combate à desertificação.

##### Objetivo Imediato 1

##### Resultado 1.1 - Estudar os processos e o estado da desertificação nas ASD.

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
A) Metodologia para a realização do diagnóstico da desertificação nas ASD definida; B) Informações técnicas e estatísticas sobre os processos de desertificação nas ASD levantadas; C) Visitas técnicas a campo realizadas; D) Criação de banco de dados; E) Material técnico e didático elaborados.	Os estudos sobre os processos e o estado da desertificação foram elaborados resultando no “Programa de Combate à Desertificação - PASA Antidesertificação”, documento que, após discussões com os representantes dos estados das ASD, apontou as áreas prioritárias para implementação de ações de combate à desertificação definidas no PAN Brasil.	O Resultado 1.1 promoveu importante parceria entre o MMA e o Ministério da Integração Nacional que, além de apoiar a realização de estudo e o desenvolvimento da metodologia para o diagnóstico da desertificação nas ASD, posteriormente formalizou um PCT com o IICA visando o “Desenvolvimento de ações de combate à desertificação e de estímulo à conservação, preservação e recuperação dos recursos naturais na Região Semiárida do Brasil”.

##### Objetivo Imediato 1

##### Resultado 1.2 - Produzir o mapa atualizado do estado da desertificação no país.

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
A) Compilação das informações sobre a situação atual da desertificação nas ASD realizada; B) Metodologia para gerar o mapa da desertificação definida; C) Mapa da desertificação produzido;	Foi produzido o “Atlas das Áreas Susceptíveis à Desertificação do Brasil” documento que consolidou uma base de informações sobre o estado da desertificação no país norteando o MMA na implementação do PAN Brasil e da UNCCD e os estados das ASD na elaboração de seus respectivos PAEs. A Atlas teve duas edições, uma pequena tiragem de mil exemplares disponibilizada para os atores sociais e multiplicadores que atuam nas ASD e, uma tiragem maior de onze mil exemplares, disponibilizada como material	A metodologia adotada para geração do mapa da desertificação no país possibilitou ao MMA potencializar os resultados do PCT firmando parceria com a GTZ. Foi desenvolvida ação conjunta MMA/GTZ e Secretarias de Educação dos estados do PI e de PE para a execução do “Projeto educacional com base

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
D) Mapa da desertificação disponibilizado.	técnico e didático para capacitações sobre a questão da degradação de terras e desertificação. Para estas edições o MMA contou, principalmente com o apoio da Cooperação Técnica Alemã - GTZ (atual GIZ). O Atlas foi lançado na 5ª Sessão do Comitê para a Revisão da Implementação da UNCCD - CRIC5 apresentando, no cenário internacional, os avanços do Brasil no combate à desertificação.	no Atlas das Áreas Suscetíveis à Desertificação no Brasil” que disponibilizou material técnico e realizou capacitações sobre a temática da degradação de terras e desertificação em escolas das ASD nesses estados. A execução deste Resultado foi satisfatória e dentro do prazo planejado.

## Objetivo Imediato 1

### Resultado 1.3 - Resgatar os conhecimentos tradicionais de convivência com as ASD.

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
A) Temas e metodologia para a realização dos estudos definidos; B) Experiências exitosas identificadas e avaliadas na sua aplicabilidade; C) Visitas técnicas a campo realizadas; D) Seminários e encontros para difusão de experiências exitosas realizados; E) Material técnico e didático dos estudos realizados elaborados.	As atividades abrangeram: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratação de 13 projetos de estudos e práticas tradicionais de uso sustentável dos recursos naturais foram identificados e avaliados na sua aplicabilidade;</li> <li>• Realização de Encontro regional para difusão e troca das experiências exitosas entre os atores sociais envolvidos nos projetos e atuantes nas ASD;</li> <li>• Elaboração e publicação do livro “Fundo de Apoio a Iniciativas Locais: Aprendizagens para o Combate à Desertificação” com a parceria da GTZ, DED e ASA contendo os resultados dos estudos e experiências exitosas implementadas, monitoradas e avaliadas na sua aplicabilidade.</li> </ul>	Atenta aos aspectos qualitativos que envolvem o desenvolvimento do PCT, esta ação propiciou à Instituição Nacional Executora a formalização de importantes parcerias com a GTZ, DED e a ASA que lançaram, em conjunto, o 1º Edital do chamado “Fundo de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação” direcionado a entidades sem fins lucrativos que atuam nas ASD. O instrumento veio reforçar a compreensão de que as experiências acumuladas por organizações não governamentais contribuem em grande medida para a disseminação do conceitual e de boas práticas de convivência com o semiárido, focando na luta contra a desertificação e promovendo o desenvolvimento sustentável entre a população rural e as organizações de base das ASD. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desta experiência resultou a elaboração e publicação de um 2º Edital para o “Fomento a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação”, no âmbito do Objetivo Imediato 3 deste PCT, Resultado 3.3, para o qual foram disponibilizados recursos previstos na 1ª Revisão deste PCT, além da continuidade da parceria da GTZ e ASA aos projetos.</li> </ul> Considera-se que os resultados alcançados atingiram plenamente os objetivos propostos superando as expectativas.

## Objetivo Imediato 1

### Resultado 1.4 - Experiências pilotos para avaliação da aplicabilidade dos conhecimentos executadas.

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
A) Projetos Piloto formulados e implementados.	Os consultores elaboraram documentos técnicos com subsídios para os projetos pilotos formulados e implementados destacando, dentre estes, os projetos com ações voltadas para a revitalização de bacias hidrográficas das ASD e a convivência com a semiaridez.	Para a SEDR/MMA, enquanto instituição nacional executora do PCT, a urgência do tema do combate à desertificação exige promover a intersectorialidade e a integralidade das ações no âmbito do MMA. Nesse sentido, este resultado do PCT se estendeu em uma ação conjunta entre secretarias do MMA, SEDER e SRHU, envolvendo os DCD e DBR, promovendo sinergia, efetividade, complementaridade de programas e ações voltados para as ASD com vistas a melhoria das condições ambientais e convivência com a semiaridez. O Resultado 1.4 foi executado observando o Resultado 2.3 “Estabelecer mecanismos para a elaboração dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação - PAE's e apoiar ações experimentais de implementação do PAN Brasil”, considerando a necessidade de se integrar ações e de fortalecer institucionalidades. Considera-se que os resultados alcançados atingiram plenamente os objetivos propostos.

## Objetivo Imediato 1

### Resultado 1.5 - Levantar, avaliar e implementar tecnologias de recuperação de áreas degradadas.

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
A) Metodologia para a realização do levantamento e da avaliação de tecnologias para recuperação de áreas degradadas definida; B) Tecnologias para recuperação de áreas degradadas implementadas nas ASD levantadas; C) Infra-estrutura tecnológica existentes nas ASD levantadas; D) Projetos Piloto formulados e implementados;	Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Resultado 1.5 contemplaram: <ul style="list-style-type: none"><li>• Criação do Núcleo de Pesquisa para Recuperação de Áreas Degradadas e Combate à Desertificação (Nuperade) nas ASD do estado do Piauí em uma das áreas mais atingidas pela erosão, que compreende um dos quatro núcleos de desertificação no Brasil;</li><li>• Oficina de capacitação e treinamento em geoprocessamento para uso do aplicativo do Sistema de Informação Geográfica e direcionamento das ações a serem implementadas no núcleo de desertificação de Gilbués;</li></ul>	As atividades do Resultado 1.5 geraram importantes parcerias que apoiaram e potencializaram as ações no âmbito das Áreas Susceptíveis à Desertificação - ASD, destacando: <ul style="list-style-type: none"><li>• Parceria entre o MMA e o Governo do estado Piauí, e o apoio do MMA para a criação do Nuperade, uma unidade demonstrativa para execução de projetos pilotos de recuperação de áreas degradadas com técnicas adequadas, bem como a capacitação de produtores e sensibilização da população da região sobre a temática da desertificação e difusão dos resultados positivos por meio de pesquisas, estudos e observações;</li><li>• Parceria entre a SEDR/MMA, IICA, INPE, DNOCS e</li></ul>

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
E) Seminários e encontros para difusão dos experimentos, pesquisas e técnicas bem-sucedidas de recuperação de áreas degradadas; F) Material técnico e didático dos estudos realizados elaborados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Geração de cenários da situação atual e futura do Núcleo de Desertificação de Gilbués base de conhecimento importante para a implementação do PAN Brasil;</li> <li>Publicado o documento contendo metodologia e avaliação de tecnologias aplicado intitulado “Formulação de Subsídios para Elaboração de Zoneamento Ecológico-Econômico do Núcleo Original de Desertificação de Gilbués, estudo de caso dos municípios de Gilbués e Monte Alegre, Estado do Piauí”.</li> </ul>	<p>SEMARH/PI para estudos, diagnóstico sobre tecnologias de recuperação de áreas degradadas e produção de material técnico e didático.</p> <p>O Resultado 1.5 propiciou um avanço no ordenamento territorial em nível municipal modelo que poderá ser replicado para os demais núcleos de desertificação do Brasil.</p> <p>Considera-se que o resultado foi alcançado plenamente superando a meta planejada.</p>

## Objetivo Imediato 1

### Resultado 1.6 - Levantar, avaliar e implementar tecnologias adequadas aos processos produtivos da agricultura familiar e de geração de renda nas ASD.

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
A) Metodologia para a realização do levantamento e da avaliação de tecnologias adequadas aos processos produtivos da agricultura familiar e de geração de renda nas ASD; B) Infraestrutura tecnológica das ASD levantadas; C) Potencialidades e oportunidades de desenvolvimento sustentável nas ASD em termos econômicos, sociais, culturais, turísticos, energéticos e ambientais levantadas; D) Informações levantadas consolidadas e avaliadas; E) Projetos Piloto formulados e implementados; F) Seminários e encontros para difusão de experimentos, pesquisas e	<p>Os trabalhos realizados no âmbito do Resultado 1.6 contemplaram o desenvolvimento da metodologia e o levantamento de experiências e trabalhos científicos sobre tecnologias adequadas aos processos produtivos da agricultura familiar e de geração de renda em ASD que envolveram universidades que atuam com o tema do combate à desertificação no Brasil, e nos países Portugal e Cabo Verde, membros da UNCCD que também enfrentam sérios problemas de ordem ambiental, de degradação dos recursos naturais).</p> <p>Foram elaborados e executados dois projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Estudos sobre os temas “agricultura familiar, emprego e renda em áreas de risco de desertificação” nas regiões Nordeste do Brasil, Centro Sul de Portugal e na Ilha de Santiago em Cabo Verde;</li> <li>“Agricultura, emprego e meio ambiente em</li> </ul>	<p>No contexto da construção do conhecimento nas ASD a metodologia adotada para o alcance das metas previstas para este Resultado 1.6 contou com a parceria da Universidade Federal da Paraíba - UFPB (Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geociências) e de pesquisadores portuguesas e cabo-verdianos da Universidade Nova de Lisboa - UM, Universidade Lusófona de Lisboa - ULL e do Instituto Superior de Educação de Cabo Verde - ISE. Os projetos tiveram o apoio do CNPq.</p> <p>Os projetos culminaram na realização de dois seminários (Semiluso I e II) para intercâmbio e difusão de experiências, pesquisas e técnicas bem sucedidas que capacitaram cerca de 800 participantes incluindo técnicos e pesquisadores brasileiros, portugueses, e cabo-verdianos; representantes da sociedade civil, de movimentos sociais, de agricultores familiares das áreas com risco de desertificação, além de técnicos e representantes de ministérios, instituições públicas federais e estaduais com atuação direta na área foco do PAN Brasil e estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação.</p> <p>Os conhecimentos intercambiados e os resultados obtidos culminaram em</p>



INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
técnicas bem sucedidas realizados; G) Material técnico e didático dos estudos realizados elaborados.	regiões com risco de desertificação”. Foi realizado Curso sobre “Técnicas agrícolas para contenção de solo e água para agricultores familiares. Foi produzido documento descritivo das tecnologias, potencialidades e oportunidades.	um projeto de pesquisa e de cooperação científica e tecnológica entre as universidades brasileiras, portuguesas e cabo-verdianas envolvidas e na publicação de todo o material técnico e didático dos estudos realizados (Livro e CD). O resultado foi alcançado plenamente.

### Objetivo Imediato 1

#### Resultado 1.7 - Monitorar e avaliar os processos de desertificação nas ASD.

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
A) Objetos, métodos de trabalho e usuários do sistema definidos; B) Indicadores de desertificação definidos e aprimorados; C) Sistema de obtenção de dados e de produção de informações definidos e aprimorados; D) Equipamentos para funcionamento do sistema adquiridos; E) Sistema de Gestão de Indicadores de Desertificação - SIGINDES construído e implementado; F) Material informativo sobre o SIGINDES elaborado.	O PCT utilizou como base metodológica o trabalho desenvolvido pelo IICA em parceria com o Centro de Agricultura e Meio Ambiente da Universidade do Chile que definiu objeto, indicadores de desertificação e sistema para monitoramento e avaliação dos processos de desertificação. Foram adquiridos equipamentos para o monitoramento e avaliação dos processos de desertificação mediante parceria entre a instituição nacional executora do PCT e o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, que por meio de convênio, disponibilizou computadores para os 11 estados das ASD que realizaram um primeiro diagnóstico sobre o estado da arte da desertificação nas suas ASD. O Sistema de Gestão de Indicadores em Desertificação - SIGINDES tendo como base o software Monitor foi construído, principalmente, para a geração de cenários e mapas do avanço do processo de desertificação baseado em indicadores identificados e homologados pelo PAN Brasil. Foi elaborado material técnico informativo para utilização do software Monitor disponibilizado para os estados das ASD.	Para o monitoramento e avaliação dos processos de desertificação o DCD/MMA fechou parceria com o FNMA que, com recursos de doação do governo holandês e por meio de Edital em projeto de execução com a Fundação Grupo Esquel Brasil, disponibilizou equipamentos para os 11 estados das ASD, tanto para os governos estaduais quanto para a sociedade civil. O SIGINDES e o manual com material informativo sobre o sistema foram elaborados no âmbito da parceria do IICA com o Centro de Agricultura e Meio Ambiente da Universidade do Chile. O resultado foi alcançado satisfatoriamente.

### Objetivo Imediato 1

#### Resultado 1.8 - Desenvolver e implementar o Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação - SAP.

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
<p>A) Evento realizado;</p> <p>B) Subsídios para elaboração da proposta de sistema de alerta precoce levantados;</p> <p>C) Proposta de sistema de alerta precoce para eventos extremos elaborada;</p> <p>D) Parcerias com segmentos e instituições que trabalham com a temática estabelecidas;</p> <p>E) Laboratório experimental do sistema de alerta precoce equipado;</p> <p>F) Sistema de alerta precoce para eventos extremos construído;</p> <p>G) Material informativo sobre o sistema elaborado;</p> <p>H) SAP implementado na área piloto;</p> <p>I) Treinamento para usuários realizado;</p> <p>J) Boletins periódicos atualizados.</p>	<p>Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Resultado 1.8 contemplaram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de dois workshops para orientar a construção do SAP e definir as bases conceituais e metodológica e para discussão da proposta final de elaboração do Sistema que tem como objetivo desenhar cenários atuais de vulnerabilidade resultantes do uso da terra (com ênfase nas questões de desertificação) e cenários futuros em decorrência das mudanças climáticas. Estas atividades contaram com a contribuição de especialistas nas áreas de mudanças climáticas, sistemas de informação geográfica, sensoriamento remoto de diversas instituições parcerias, além de membros de instituições governamentais e sociedade civil que desenvolvem ações no contexto do combate a desertificação;</li> <li>• No âmbito da CNCD foi assinado o Acordo de Parceria Nº 01/2010 entre MMA e o MCTI para o desenvolvimento do SAP sob a coordenação do INPE. O Acordo representa um avanço no fortalecimento das relações institucionais para o cumprimento da agenda nacional de combate à desertificação;</li> <li>• Os equipamentos previstos do laboratório experimental para a elaboração do SAP foram adquiridos e entregues ao setor responsável pela condução dos trabalhos no INPE por meio de um Termo de Responsabilidade assinado entre a SEDR/MMA e o INPE/MCT;</li> <li>• Os consultores elaboraram diagnóstico das ASD com dados de cobertura vegetal e uso da terra, de geologia, geomorfologia, pedologia construindo um banco de dados georreferenciado;</li> <li>• Foi realizada oficina para apresentação da base metodológica e consensual sobre os fatores determinantes do processo de desertificação e seus pesos relativos para efeito do Sistema permitindo que os resultados dos cruzamentos gerem um Indicador Regional de Desertificação;</li> <li>• Sistema foi gerado utilizando software de domínio público possibilitando o acesso ao público e criada uma página WEB com apresentação e material informativo sobre o uso;</li> <li>• Foi gerado um mapa mosaicado para toda a área de estudo com escala de 1.500.000 e resolução de 90 metros e gerado o mapa de suscetibilidade a degradação do solo abrangendo o período de 2000 a 2010;</li> <li>• O SAP foi apresentado à CNCD e validado com a presença de representantes dos governos e da sociedade civil dos 11 estados das ASD e em outros fóruns para especialistas.</li> </ul>	<p>As bases deste sistema atendem aos princípios da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos de Seca - UNCCD, assim como as prioridades estabelecidas pelo PAN Brasil.</p> <p>O resultado foi alcançado plenamente.</p>

## Objetivo Imediato 1

**Resultado 1.9 - Desenvolver e testar modelagem do sistema de alerta precoce de segurança alimentar. (Produto Excluído na 1ª Revisão)**

## Objetivo Imediato 1

**Resultado 1.10 - Elaborar o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE em Núcleo de Desertificação.**

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
A) Documento contendo os subsídios para produção do ZEE elaborados; B) Parcerias com segmentos e instituições que trabalham com a temática estabelecida; C) Oficinas de trabalho para consolidação das informações realizadas; D) Treinamento dos usuários do sistema de informações do ZEE; E) Documento do ZEE elaborado.	No âmbito do Produto 1.10 pretendia-se elaborar o ZEE nos núcleos de desertificação identificados pelo PAN Brasil, tais como: Gilbués-PI, Seridó/RN e PB, Cabrobó/PE e Irauçuba/CE. Entretanto diante da necessidade do envolvimento dos estados onde os núcleos de desertificação se localizam e das dificuldades enfrentadas com mudanças de governos e de linhas de atuação no âmbito das administrações estaduais e até mesmo municipais os trabalhos desenvolvidos contemplaram: <ul style="list-style-type: none"><li>• Por meio da parceria entre MMA/ DNOCS/IICA/INPE foi elaborado o documento contendo metodologia e avaliação de tecnologias aplicado intitulado “Formulação de Subsídios para Elaboração de Zoneamento Ecológico-Econômico do Núcleo Original de Desertificação de Gilbués, estudo de caso dos municípios de Gilbués e Monte Alegre, Estado do Piauí” (ver produto 1.5);</li><li>• Foi identificada parceria para apoio às oficinas de mobilização social de apresentação e discussão das etapas do ZEE do Núcleo de Desertificação do Seridó-RN. As atividades seriam realizadas por meio da parceria entre o IDEMA/RN, através de convênio com o DNOCS, e o apoio da SEDR/MMA, através do Departamento de Zoneamento Territorial - DZT. Porém, considerando que o convênio entre o DNOCS e os órgãos responsáveis pela condução do ZEE no estado RN foi cancelado, não houve avanço neste produto por esta via;</li><li>• Para os demais núcleos definiu-se pela elaboração de subsídios para o ZEE considerando os estudos da base de dados georreferenciados do SAP para os estados PE (Cabrobó), CE (Irauçuba), RN/PB (Seridó) com informações específicas sobre cobertura vegetal e uso da terra geologia, geomorfologia e pedologia.</li></ul>	O estudo de caso dos municípios de Gilbués e Monte Alegre no núcleo de desertificação de Gilbués propiciaram a geração de cenários da situação atual e futura do Núcleo de Desertificação de Gilbués base de conhecimento importante para a implementação do PAN Brasil. A metodologia desenvolvida a partir desta experiência pode ser reproduzida para os demais núcleos de desertificação de forma ampliada já que contam com os subsídios dos estudos específicos elaborados pelos consultores para o banco de dados georreferenciados do SAP que envolveram os estados PE (Núcleo de Desertificação Cabrobó), CE (Núcleo de Desertificação Irauçuba), RN/PB (Núcleo de Desertificação do Seridó). Diante da necessidade do envolvimento dos estados e outros parceiros para a elaboração do ZEE e das dificuldades encontradas e aqui já referidas os estudos realizados servirão de subsídios para posterior ação voltada para o ZEE destes núcleos de desertificação.

**Objetivo imediato 2:** Desenvolver metodologias e projetos para a implementação de políticas públicas, tendo como base a geração descentralizada de energia elétrica com fontes renováveis e, especialmente, para organização da produção energética de pequeno porte.

## Objetivo Imediato 2

### Resultado 2.1 - Fortalecer o MMA para a implantação das institucionalidades previstas no PAN Brasil e na Política Nacional de Controle da Desertificação.

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
<p>A) Resolução CONAMA 238 referente às Diretrizes da Política Nacional de Controle da Desertificação revisada;</p> <p>B) Legislação pertinente revisada e adequada;</p> <p>C) Instâncias de gestão previstas pelo PAN Brasil fortalecidas em suas respectivas atribuições;</p> <p>D) I Seminário Nacional de Combate à Desertificação realizado;</p> <p>E) Eventos de mobilização e de repasse de informações realizadas;</p> <p>F) Estratégias para captação de recursos e meios de implementação das ações do PAN Brasil estabelecidas.</p>	<p>Os trabalhos realizados no âmbito deste Resultado 2.1 focados em uma legislação pertinente revisada e adequada originaram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Documento de Revisão das Diretrizes da Política Nacional de Controle da Desertificação no âmbito do CONAMA - Resolução 238;</li> <li>• Estudos com subsídios para a criação de legislação pertinente ao tema do combate à desertificação no âmbito nacional;</li> <li>• Proposta para o Projeto de Lei nº 2447/2007 que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca apresentada ao Congresso Nacional via Senado Federal;</li> <li>• Decreto Presidencial de Criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação aprovado pelas instâncias responsáveis de modo a assegurar uma gestão participativa e permanente;</li> <li>• Proposta de Regimento Interno da CNCD;</li> <li>• Proposta de Resolução para definição dos procedimentos para indicação de representantes das organizações civis e do setor privado dos 11 estados das ASD na CNCD.</li> </ul> <p>Dentre as atividades previstas de mobilização e alinhamento quanto ao repasse de informações sobre a temática do combate à desertificação foram realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Eventos de mobilização da sociedade civil dos 11 estados das ASD (10 assembleias deliberativas e um seminário) para composição e instalação da CNCD instalada;</li> <li>• Realizado o I Seminário Nacional de Combate à Desertificação para discussão de políticas públicas para o combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, análise das ações em curso no âmbito internacional, federal e estadual e propostas de alternativas para a maior efetividade do PAN Brasil. O ISNCD mobilizou 250 atores chave para o combate à desertificação no país, incluindo especialistas, representantes dos 11 estados foco do PAN Brasil, dos Parlamentos federal, estaduais e municipais, da comunidade científica e da sociedade civil. A indicação dos participantes deu-se no âmbito das Conferências Estaduais de Meio Ambiente - CEMAs e Seminários estaduais, além de técnicos e representantes de ministérios, instituições públicas federais e estaduais com atuação direta nas ASD;</li> </ul>	<p>O alcance das metas previstas para este Resultado 2.1 exigiu da instituição nacional executora do PCT a mobilização de relevantes atores sociais que atuam nas ASD, parceiros e de ampla articulação para a discussão e proposição de legislação adequada ao tema do combate à desertificação nos ambientes do legislativo (Casa Civil). Para o fortalecimento de instâncias de gestão e de criação de estratégias para captação de recursos referentes à gestão e implementação do PAN Brasil foi necessário abrir diálogo e mobilizar setores internos do MMA que atuam com temas que apresentam interface com o combate à desertificação, além de identificar instituições financeiras para proposição de parcerias e arranjos interinstitucionais que possam minimizar o quadro de fragilidades das ASD. Nestes ambientes e cenários foram realizadas reuniões e oficinas de trabalho para apresentação e discussão, principalmente, de proposições relacionadas à adequação e criação de legislação pertinente. Os resultados atenderam os objetivos</p>

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizadas atividades comemorativas ao Dia Mundial de Combate à Desertificação. Como estratégias de captação de recursos e meios de implementação das ações do PAN Brasil, foram elaboradas as seguintes propostas:</li> <li>• Acordos de Cooperação técnica entre o MMA e os 11 Estados das ASD com objetivo de cooperação institucional e técnica para a implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação - PAN Brasil e para a elaboração dos programas de Ação Estadual de Combate à Desertificação – PAEs. Os Acordos também previam cooperação técnica na área de mobilização da sociedade, visando o fortalecimento da participação comunitária na formulação e implementação das diversas ações na construção dos PAEs e no aprimoramento de recursos humanos nos assuntos pertinentes ao combate à desertificação, nas diversas áreas de atuação;</li> <li>• Proposta de criação do Fundo Caatinga no âmbito de uma parceria entre o BNB/MMA a ser gerido pelo BNB, tendo como objetivo principal captar recursos para serem utilizados em projetos de combate à desertificação, recuperação de áreas degradadas e promoção da revitalização, da conservação e do uso sustentável do Bioma Caatinga, do Semiárido brasileiro e das Áreas Suscetíveis à Desertificação - ASD. Diante de dificuldades externas a proposta não foi aprovada e, em substituição, foram feitas novas articulações junto ao BNB que, como compensação, direcionou iniciativas específicas junto ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNDECI com linhas de crédito para promoção do manejo florestal e melhoria tecnológica das indústrias para uma maior eficiência energética no valor entre 4 a 5 milhões de reais. Além disso foi proposta uma ação junto ao Fundo Clima;</li> <li>• Proposta de disponibilização de recursos do Fundo Clima para a desertificação. Nas ações não reembolsáveis do Fundo Clima, foi definida uma área de atuação para adaptação e combate à desertificação, viabilizando pesquisas/desenvolvimento e difusão de tecnologias para convivência com a semiaridez. E no âmbito dos recursos reembolsáveis do Fundo Clima foi criado o subprograma Combate à Desertificação para financiamento à iniciativa privada destacando, neste subprograma, que o apoio se faz por meio de projetos de restauração de biomas e de atividades produtivas sustentáveis localizados nos municípios das ASD identificados no Atlas do Ministério do Meio Ambiente;</li> <li>• Proposta de construção de arranjo institucional entre o Ministério do Meio Ambiente, o BNDES e instituições Financeiras públicas criando uma estratégia financeira de promoção de implementação de programas e projetos estratégicos de combate à desertificação e de iniciativas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas visando à reversão do quadro de fragilidades das ASD;</li> <li>• Documento contendo banco de dados de projetos de combate à desertificação executados em parceria com o Fundo Clima.</li> </ul>	propostos.

## Objetivo Imediato 2

**Resultado 2.2 - Fortalecer a SEDR para a articulação de políticas, programas e projetos buscando contribuir para a construção de novos paradigmas, modelos e instrumentos de promoção ou fomento ao desenvolvimento sustentável das ASD.**

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
A) Propostas para o combate efetivo à desertificação discutidos e elaborados.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Principais propostas geradas:</li><li>• Proposta de Direcionamento estratégico do PAN Brasil” tendo como base a estratégia de alinhamento do PAN Brasil às novas diretrizes da Convenção;</li><li>• Proposta para o Projeto de Lei nº 2447/2007 que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca apresentada ao Congresso Nacional via Senado Federal;</li><li>• Documento de orientação à instituição nacional executora do PCT “Ações de Planejamento – Plano Mais Brasil-PAN Brasil/Objetivos do Milênio-ODM7”;</li><li>• Documento Base: O Plano Nacional para a Convivência com a Semiaridez: Desafios para o Uso Sustentável dos Recursos Florestais e de uma Produção Agropecuária Ecológica, Base para uma Transição Agroecológica no Combate à Desertificação;</li><li>• Plataforma de Cooperação para a implementação da UNCCD no Brasil (Memorandum of Understanding - MoU) envolvendo o MMA e os organismos de cooperação o IICA, PNUD, PNUMA, BMZ e Mecanismo Global;</li><li>• Proposta do MoU para Programa de Formação para apoiar atores de diversas instâncias na implementação do PAN Brasil e promover a coordenação e a harmonização de atividades na luta contra a desertificação em programas e projetos dos diversos atores nacionais e internacionais que atuam nas ASD;</li><li>• Proposta para elaboração do Projeto Áridas II;</li><li>• Proposta de realização da II Conferência internacional sobre impactos das variações climáticas e desenvolvimento sustentável em regiões semiáridas (ICID+18);</li><li>• Proposta de realização do I Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação;</li><li>• Proposta de construção de arranjo institucional entre o Ministério do Meio Ambiente, o BNDES e instituições financeiras públicas, dentre estas o BNB, e/ou privadas para fortalecer o Fundo Clima criando uma estratégia financeira de promoção de implementação de programas e projetos estratégicos de combate à desertificação e de iniciativas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas visando a reversão do quadro de fragilidades das ASD.</li><li>• Para o alcance do Resultado 2.2 foram realizadas as seguintes atividades:</li><li>• II Seminário sobre Mudanças Climáticas: Implicações para o Nordeste e I Conferência Regional</li></ul>	O resultado foi alcançado plenamente.

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
	<p>sobre Mudanças Climáticas e o Nordeste - balanço sobre o conhecimento científico a respeito das mudanças climáticas no Nordeste, as vulnerabilidades e possíveis impactos e medidas a serem tomadas. Resultado: “Carta de Fortaleza” - documento entregue ao Ministro do Meio Ambiente com recomendações de medidas e políticas públicas para mitigação e adaptação da região Nordeste às mudanças climáticas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Oficina de Planejamento Operacional do PAN Brasil com 31 participantes, membros de instituições e órgãos que integram o Programa;</li> <li>• Audiência Pública Ordinária “Caatinga - Bioma Exclusivamente Nacional” realizada na Assembleia Legislativa do ES, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara Federal na qual foi destacada a urgência do tema do combate à desertificação e a necessidade de aprovação da Política Nacional;</li> <li>• Audiência pública realizada na Assembleia Legislativa-CE para discussão do tema Combate à Desertificação e a Integração de Políticas Públicas;</li> <li>• Workshop Mudanças Climáticas e Agricultura no Semiárido para difundir abordagens científicas sobre o tema mudanças climáticas no semiárido e ampliar as discussões sobre o efeito das mudanças climáticas na produção agrícola da região;</li> <li>• I Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação;</li> <li>• Participação na 51ª Reunião Extraordinária do CONAMA e do painel de debates sobre o tema “caatinga e mudanças do clima: desafios e iniciativas”;</li> <li>• Participação nas Conferências Estaduais do Meio Ambiente dos 11 Estados das ASD apresentando e discutindo o tema do combate à desertificação nestes fóruns;</li> <li>• Participação na Audiência Pública da Comissão Mista Especial do Congresso “Mudanças Climáticas” com discussão do tema da desertificação;</li> <li>• Oficina de acompanhamento da gestão do Programa de Revitalização do São Francisco - PRSF e interfaces com o PAN Brasil;</li> <li>• Seminários estaduais de combate à desertificação.</li> </ul>	

## Objetivo Imediato 2

### Resultado 2.3 - Estabelecer mecanismos para a elaboração dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação - PAE's e apoiar ações experimentais de implementação do PAN Brasil. (Produto modificado no Documento de Revisão Nº 3)

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
<p>A) Processos de mobilização nos estados inseridos nas ASD</p> <p>B) Reuniões periódicas com Pontos Focais estaduais para avaliar o andamento do processo de elaboração, de implementação e os resultados alcançados pelos dos PAE's realizadas;</p> <p>C) PAE's elaborados, sistematizados e divulgados;</p> <p>D) Projetos Piloto de desenvolvimento local integrado e sustentável formulados e implementados;</p> <p>E) Propostas metodológicas de apoio à implementação e de avaliação dos PAE's nos onze estados elaboradas;</p> <p>F) Reuniões técnicas de capacitação, diálogo, monitoramento e avaliação da implementação dos PAE's realizadas;</p> <p>G) Documento técnico com os resultados da implementação dos PAE's elaborados e divulgados.</p>	<p>Os trabalhos desenvolvidos para o alcance das metas deste Resultado 2.3 contemplaram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões de mobilização social com a participação dos Pontos Focais Estaduais (governamentais, parlamentares e sociedade civil) para discussão e consenso em relação as bases para o processo de elaboração dos 11 PAEs à luz de um processo metodológico unificado. Estas iniciativas contaram com a parceria e apoio de órgãos, federais e estaduais, além da Cooperação Técnica Alemã (GTZ) DED, IICA e ASA;</li> <li>• Reuniões periódicas com os PFs estaduais, para avaliação das atividades de elaboração dos PAEs, para a troca de informações sobre a condução do processo, os avanços, resultados preliminares, dificuldades encontradas em cada um dos estados foco do PAN Brasil;</li> <li>• Curso de Capacitação em Gestão Interinstitucional para os Pontos Focais Estaduais (governo, parlamento, sociedade civil) e os coordenadores dos PAEs visando o aperfeiçoamento destes na área de gestão interinstitucional. O curso realizado com o apoio da GTZ teve como objetivo ampliar as capacidades de coordenação, de construir uma rede cooperativa de articulação interinstitucional e pactuação multilateral e de estabelecer estruturas e esquemas para a gestão compartilhada baseando em conceitos de articulação e gestão interinstitucional;</li> <li>• 11 PAEs elaborados, sistematizados e divulgados. A finalização dos PAEs consolidou a institucionalização do tema no âmbito estadual por meio de um instrumento que contribuiu para um melhor planejamento, para o desenvolvimento de ações integradas e para o norteamento dos investimentos públicos e privados;</li> <li>• Discussão, no âmbito da CNCD, de proposta metodológica para apoio à implementação dos PAEs e para os trabalhos de articulação com diferentes instituições governamentais e não governamentais. Proposta de uma estratégia de implementação dos PAEs nas áreas prioritárias e temáticas contempladas por meio da parceria com o Fundo Clima, FNMA e fundo socioambiental da CEF;</li> <li>• Reuniões Regionais com representantes dos estados e colaboradores para discussão das ações de implementação de Projetos Piloto de desenvolvimento local integrado e sustentável em áreas prioritárias definidas pelos PAEs;</li> <li>• Visitas de campo às ASD dos estados de Pernambuco e Sergipe para definir comunidades para implantação de Projetos Pilotos de desenvolvimento local integrado e sustentável;</li> <li>• Implementação de Projetos com apoio do Fundo Clima e em parceria com os governos estaduais e a sociedade civil voltados para implantação de boas práticas para a convivência com o semiárido;</li> <li>• Oficinas e Seminários Estaduais de validação e de lançamento dos PAEs;</li> </ul>	<p>Buscando dar maior visibilidade ao processo de elaboração dos PAEs e de mobilização foram realizadas audiências públicas de discussão do tema do combate à desertificação no âmbito das Assembleias Legislativas dos estados do CE, RN e ES envolvendo parceiros e representantes dos estados das ASD.</p> <p>Os estados do RN e do CE optaram por ampliar seus estudos para a delimitação (mapeamento) de suas ASD de forma a aprofundar os conhecimentos e trazer mais subsídios para a elaboração do documento final de seus PAEs.</p> <p>Os estados construíram seus PAEs de forma participativa. Resultado plenamente alcançado.</p>



INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Documentos técnicos com os resultados da implementação do PAN Brasil e dos PAEs foram produzidos pelo MMA e divulgados junto a UNCCD.</li> </ul>	

## Objetivo Imediato 2

### Resultado 2.4 - Fortalecer o MMA para o cumprimento da Agenda Internacional e na construção de parcerias estratégicas para representar os interesses nacionais e regionais nos fóruns de discussão da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - UNCCD.

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
<p>A) Participação do Brasil no cenário internacional projetado e ampliado;</p> <p>B) Acordos de cooperação técnica entre os Países Parte viabilizados;</p> <p>C) Seminários e workshops internacionais propostos e coordenados;</p> <p>D) Experiências internacionais exitosas levantadas, avaliadas e adequadas à realidade do país;</p> <p>E) Participação em eventos e congressos internacionais;</p> <p>F) Estratégias para captação de recursos e meios de implementação das ações do PAN Brasil estabelecidas;</p> <p>G) Documentos contendo planos de implementação das ações</p>	<p>A participação do Brasil no cenário internacional ocorreu principalmente nos seguintes fóruns:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>COPs: COP8, em Madrid/Espanha (2007), COP9 em Buenos Aires/Argentina (2009), COP10 em Changwon City/Coreia do Sul (2011) e, por fim, COP11, em Windhoek/Namíbia (2013);</li> <li>CRICs: CRIC5 em Buenos Aires/ Argentina (2007); CRIC7 em Istambul (2008), CRIC9 em Bonn (2011) e CRIC 11 em Bonn (2013);</li> <li>Reuniões Regionais do Grupo de Países da América Latina e Caribe para Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação - GRULACs;</li> <li>Conferências Científicas no âmbito do Comitê de Ciência e Tecnologia da UNCCD;</li> <li>Grupo de Trabalho Intergovernamental - IIWG que discutiu e elaborou um planejamento dos 10 anos da UNCCD resultando no documento: Plano Estratégico de Implementação da UNCCD (2008-2018);</li> <li>Integrou o SGT 6 do Meio Ambiente e o Grupo Ad Hoc de Luta Contra a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no âmbito do MERCOSUL que elaborou proposta conjunta de projetos a serem encaminhados à União Europeia (UE) com o propósito de obter apoio financeiro para o combate à desertificação e os efeitos da seca nos países que formam o MERCOSUL. Esta iniciativa gerou uma das linhas de ação do Projeto ECONORMAS de apoio ao aprofundamento do processo de integração econômica e ao desenvolvimento sustentável do MERCOSUL. O Brasil participou e coordenou reuniões do</li> </ul>	<p>Em relação à projeção e ampliação da participação do País no cenário internacional é possível afirmar que o Brasil alcançou um protagonismo desempenhando um papel ativo no combate à desertificação no âmbito nacional e liderando iniciativas no tema seja no nível regional e internacional resultando em uma participação efetiva nos principais fóruns de debates da UNCCD onde foram apresentados os avanços do País. O Brasil cumpriu uma agenda extensa onde ampliou parcerias estratégicas, recebeu apoio da cooperação técnica internacional e assumiu compromissos frente aos parceiros internacionais. Considera-se que o resultado foi alcançado plenamente superando a meta planejada.</p>

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
<p>previstas nos Acordos de Cooperação firmados entre os Países Parte elaborados; H) Ações previstas nos Acordos de Cooperação firmados entre os Países Parte implementadas.</p>	<p>Grupo Ad Hoc. O Brasil também coordenou seminários, workshops e reuniões internacionais, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Seminário “Iniciativa Latino-americana em Ciência e Tecnologia para a Aplicação da UNCCD”- ILACT, em Salvador/BA, com objetivo de melhorar a efetividade na formulação e implementação de estratégias e políticas de combate à desertificação e à seca na região da América Latina por meio dos conhecimentos científicos e tecnológicos. A iniciativa contou com a participação dos Pontos Focais Nacionais da UNCCD, pesquisadores e gestores de ciência e tecnologia dos países latino-americanos;</li> <li>• II Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Áridas e Semiáridas - ICID +18 que teve como meta incluir de forma efetiva as questões relacionadas aos efeitos do aquecimento global em regiões áridas e semiáridas nas agendas de debates nacionais e internacionais. O encontro reuniu 2.534 participantes de mais de 80 países, entre eles, pesquisadores, cientistas sociais, gestores de políticas públicas, representantes da iniciativa privada e de organizações internacionais e jornalistas. Durante a ICID o Secretário Executivo da UNCCD lançou oficialmente a Década das Nações Unidas de Combate à Desertificação;</li> <li>• Taller Regional de apresentação das ações de alinhamento dos Planos Nacionais de Combate à Desertificação à Estratégia Decenal da UNCCD e levantamento de subsídios para uma Proposta de Programa Regional MERCOSUL;</li> <li>• I Encontro dos Países de Língua Portuguesa no âmbito da UNCCD e Oficina Multilateral para a elaboração do projeto da “Plataforma Lusófona de Cooperação Multilateral para o Desenvolvimento Socioambientalmente Sustentável”. A iniciativa contou com a participação dos Pontos Focais Nacionais e representantes dos países lusófonos: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Timor Leste, São Tomé e Príncipe e Portugal;</li> <li>• Oficina de contextualização das ações e metodologia de trabalho da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB;</li> <li>• Dois seminários luso-brasileiro-caboverdiano: I Semiluso: “Agricultura Familiar em Regiões com Risco de Desertificação ” e II Semiluso: “Agricultura, emprego e meio ambiente em regiões com risco de desertificação”.</li> </ul> <p>O Brasil participou de grupos de Países da UNCCD que entre si assinaram cartas/acordos de compromisso e de cooperação que resultaram em importantes documentos tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estratégia MERCOSUL de Luta contra Desertificação e Seca;</li> <li>• Projeto ECONORMAS;</li> <li>• Proposta para uma Plataforma Lusófona de Cooperação Multilateral para o</li> </ul>	

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
	<p>Desenvolvimento Socioambientalmente Sustentável.</p> <p>Ações previstas nos documentos/acordos firmados entre os Países Parte implementadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• No âmbito do Projeto Econormas/MERCOSUL: Metodologia para a definição e mapeamento das áreas críticas para ações de intervenção; Plano de Intervenção e projetos associados, instrumentos que comporão a Estratégia de Intervenções Físicas Demonstrativas de Prevenção, Mitigação e Reabilitação de Zonas de Risco de Desertificação e Seca no Núcleo de Desertificação de Irauçuba.</li> </ul> <p>Participação em eventos e congressos internacionais, destacando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação, em Recife/PE, no Encontro de Peritos da Cúpula América do Sul-Países Árabes - ASPA sobre recursos hídricos, semiárido e desertificação, preparatório para a Reunião Ministerial sobre Recursos Hídricos e Desertificação a realizar-se em Riade-Arália Saudita;</li> <li>• Seminário Internacional de Encerramento do Ano dos Desertos e da Desertificação Workshop sobre o Projeto Desertwatch Extensão (DW-E), conduzido pela Agência Espacial Europeia em parceria com os pontos focais nacionais do Brasil, Moçambique e Portugal, para realizar um estudo cujo objetivo foi o de desenvolver metodologias e um sistema de informação que possam ser utilizados, com pouca adaptação ou customização, por todas as Partes da UNCCD, permitindo avaliar e monitorar a degradação do solo com observações de satélite;</li> <li>• Workshop da Plataforma de Cooperação (MoU);</li> <li>• Participação na Reunião dos Pontos Focais Sul-Americanos da UNCCD que teve como objetivo desenvolver, no âmbito da ASPA, agenda de cooperação no combate à desertificação;</li> <li>• Fóruns da UNCCD no âmbito da Rio +20;</li> <li>• Rio+20;</li> <li>• Reuniões do Projeto ECONORMAS/MERCOSUL;</li> <li>• Reunião Técnica para levantamento de Subsídios para o Plano de Intervenção e projetos associados, instrumentos que comporão a Estratégia de Intervenções Físicas Demonstrativas de Prevenção, Mitigação e Reabilitação de Zonas de Risco de Desertificação e Seca no Núcleo de Desertificação de Irauçuba/CE;</li> <li>• Oficina preparatória para a Conferência Científica da 9ª Reunião do Comitê de C&amp;T da UNCCD com objetivo de produzir um documento para subsidiar as posições brasileira na COP9;</li> <li>• Reunião do Grupo de Países da América Central e Caribe (GPACC), Santo Domingo/República Dominicana, que discutiu o documento de planejamento dos 10 anos da UNCCD, elaborado pelo IIWG (2007);</li> </ul> <p>Reuniões do IIWG: discussão do 1º <i>Draft Strategic Plan</i> elaborado pelos consultores</p>	

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
	<p>internacionais; VI Encontro do IIWG que discutiu o documento final do Plano Estratégico de Implementação da UNCCD apresentado na COP8;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em cooperação com países da América Central, por meio da parceria com o DED, GTZ e ASA realizou atividades de capacitação para captação de água de chuva e educação contextualizada.</li> <li>• Dentre as estratégias para captação de recursos e meios de implementação das ações do PAN Brasil que originaram as ações do PCT para este Resultado, destacam-se: <ul style="list-style-type: none"> <li>• PIF/GEF: proposta “Project Information Form-PIF” a ser apresentada ao GEF;</li> <li>• Plano Estratégico para implementação do PAN Brasil;</li> <li>• Relatórios Nacionais de Implementação da UNCCD;</li> <li>• Análise do PAN Brasil com vistas à Estratégia Decenal da UNCCD.</li> </ul> </li> </ul>	

**Objetivo imediato 3:** Estabelecer mecanismos para o fortalecimento da capacidade técnico-operacional das instituições e entidades que atuam na área, no âmbito federal, estadual, municipal e da sociedade civil, incrementando o uso e a difusão dos conhecimentos gerais, técnicos e das práticas de manejo sustentável dos recursos naturais.

### Objetivo Imediato 3

**Resultado 3.1 - Elaborar e implementar o Programa de Capacitação para o Combate à Desertificação com vistas a formação profissional, a pesquisa, ao planejamento e a gestão estratégica.**

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
<p>A) Programa de Capacitação elaborado;</p> <p>B) 300 atores sociais capacitados como multiplicadores para a conscientização sobre a temática da desertificação, de forma a promover</p>	<p>Os trabalhos desenvolvidos contemplaram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A formatação de um programa e a implementação de atividades de capacitação que sensibilizaram, mobilizaram e levaram o conhecimento sobre o tema do combate á desertificação (em suas dimensões ambientais, sociais e econômicas) aos mais diversos públicos no âmbito governamental e da sociedade civil organizada dos 11 Estados das ASD;</li> </ul>	<p>Para a efetivação das ações de combate à desertificação é necessário empreender um esforço no sentido de construir sinergias entre os programas e políticas que apresentam interface com a temática, estratégia que foi adotada plenamente pela</p>

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
<p>o fortalecimento e a integração social, econômica e ambiental das comunidades locais;</p> <p>C) 50 técnicos capacitados para a produção de dados e avaliação dos processos de desertificação;</p> <p>D) 50 atores sociais locais capacitados para a utilização do SIGINDES;</p> <p>E) 4 cursos internacionais de capacitação sobre o tema da desertificação;</p> <p>F) 11 instituições de ensino superior das ASD apoiadas tecnicamente na implantação de linhas de pesquisas e programas voltados para a temática da desertificação;</p> <p>G) 11 eventos previstos no programa de capacitação coordenados, organizados e realizados;</p> <p>H) Programa sistemático de publicações técnico-científicas elaborado;</p> <p>I) Periódicos com os resultados do Programa de Capacitação para o Combate à Desertificação produzidos e divulgados;</p> <p>J) Módulos do Curso de Formação e Mobilização para Gestores, Parceiros e Atores de interface junto ao PAN Brasil elaborados;</p> <p>L) Cursos do Programa de Formação e Mobilização realizados em ciclos presenciais em 3 sub-regiões;</p> <p>M) Acompanhamento e avaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A capacitação de mais de 300 atores sociais por meio de atividades como seminários, cursos e oficinas que privilegiaram o debate de idéias e práticas aprendizados, intercâmbio de experiências e conhecimentos sobre estratégias de convivência com o semiárido, oferecendo uma ampla visão a respeito do tema;</li> <li>• O desenvolvimento de metodologia, programação e conteúdos técnicos para capacitação de 50 técnicos nas áreas de produção de dados especializados e de avaliação dos processos de desertificação no nível estadual e local e de 50 atores sociais para a utilização do SIGINDES;</li> <li>• Num esforço para introdução de novos conceitos e práticas de modo a potencializar a participação de educadores nas ações de prevenção e combate à desertificação, a instituição nacional executora do PCT, por meio de parceria com o MEC, realizou no Programa Salto para o Futuro da TV Escola (canal educativo da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação), a Série “Combate à desertificação: um desafio para a escola” Especial sobre o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação;</li> <li>• Foram realizadas quatro capacitações sobre o tema da desertificação que envolveram atores no âmbito internacional: ILACT; ICID; MERCOSUL e I e II Semiluso;</li> <li>• Foram apoiadas diretamente, 2 instituições de ensino superior (UFPB e UFCG) na implantação de linhas de pesquisas e programas voltados para a temática da desertificação;</li> <li>• Outras instituições como o INSA/MCTI que sedia o Ponto Focal Científico do Brasil no âmbito da UNCCD tiveram projetos de pesquisa apoiados;</li> <li>• Foram realizadas 11 oficinas previstos no programa de capacitação coordenados, organizados e realizados de forma a dar suporte e trazer subsídios para a elaboração dos PAEs;</li> <li>• Materiais técnicos e didáticos produzidos com apoio do PCT foram publicados (impressos ou CDs), em pequenas tiragens, para serem utilizados como referenciais nas capacitações e/ou que foram resultado destas atividades. Todo o material produzido envolveu parcerias que apoiaram a elaboração e/ou a publicação;</li> <li>• Dentre os materiais produzidos que resultaram das ações do PCT destacam-se as seguintes publicações: “Cartilha PAN Brasil”; Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: Questões para Debate”; Caderno de Resumos do Seminário Luso-Brasileiro-Caboverdiano; Agricultura Familiar em Regiões com Risco de Desertificação; cartilha impressa “Agrofloresta no combate a</li> </ul>	<p>instituição nacional executora do PCT que foi capaz de buscar as parcerias necessárias para o incremento e a difusão dos conhecimentos de modo a contribuir para o fortalecimento da capacidade técnico operacional das instituições e entidades que atuam nas ASD.</p> <p>Porém, apesar de uma série de ações voltadas para a produção do conhecimento sobre o tema não foi possível à instituição nacional executora do PCT elaborar um programa sistemático de publicações técnico-científicas sobre o tema visto que esta iniciativa iria requerer uma ação direta do MMA sendo também dificultada por questões de gestão interna e ao constante contingenciamento de orçamento entre outros. Da mesma forma para a produção de Periódicos com os resultados do Programa de Capacitação para o Combate à Desertificação.</p> <p>O PCT buscou meios para apoiar tecnicamente 11 instituições de ensino superior das ASD na implantação de linhas de pesquisas e programas voltados para a temática da desertificação. No entanto, no decorrer do processo de desenvolvimento do PCT verificou-se uma série de dificuldades de se firmar parcerias com as mesmas considerando que estas seguem normativas muito específicas do MEC e que nem sempre é possível trazer novas linhas temáticas para dentro de um programa de pesquisa.</p> <p>Mesmo com algumas dificuldades considerase que os resultados alcançados atenderam aos objetivos propostos.</p>

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
dos cursos.	<p>desertificação”, publicada em parceria com GTZ, ASA e o Instituto de Permacultura em Terras Secas-IPÊTERRAS; III Caderno de Experiências: Agroecologia transforma paisagens desertificadas; “Projeto Áridas : Guia de Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável”; livro “Fundo de Apoio a Iniciativas Locais: Aprendizagens para o Combate à Desertificação” com a parceria da GTZ, DED e ASA; livro impresso “Glossário de Termos e Conceitos usados no contexto da UNCCD”; e publicações em CD: “Projeto Áridas - Memória e Acervo”; Programa Salto para o Futuro;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Foram elaborados os Módulos do Curso de Formação e Mobilização para Gestores, Parceiros e Atores de interface junto ao PAN Brasil. Esta iniciativa foi desenvolvida com o apoio dos organismos de cooperação internacional que firmaram o MoU, porém verificou-se dificuldades na implementação do Programa de Formação que previa a realização de cursos em ciclos presenciais e em 3 sub-regiões. Devido a questões circunstanciais como mudanças de governos, descontinuidade de gestão houve ajustes na metodologia e no formato do curso sendo possível realizar capacitação em Gestão Interinstitucional - Capacitação direcionado aos Pontos Focais estaduais.</li> </ul>	

### Objetivo Imediato 3

#### Resultado 3.2 - Desenvolver o sistema de monitoramento e avaliação do processo de implementação do PAN Brasil.

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
<p>A) Indicadores, parâmetros e sistemas de coleta e processamento dos dados e demais instrumentos de monitoramento especificados;</p> <p>B) Material informativo sobre o sistema de monitoramento e avaliação do processo de implementação do PAN Brasil</p>	<p>Foram levantadas informações referentes aos impactos gerados pelas ações de combate à desertificação delineadas nos eixos temáticos do PAN Brasil que subsidiaram a elaboração de relatórios nacionais bianuais sobre a implementação da UNCCD.</p> <p>Os indicadores, parâmetros e sistemas de coleta e processamento dos dados e demais instrumentos de monitoramento foram discutidos com especialistas e pontos focais do governo e sociedade civil das ASD, porém não foi definida a linha básica para o sistema.</p>	<p>O DCD-SEDR/MMA, enquanto Ponto Focal Nacional Técnico da UNCCD, redefiniu estratégias e metas a serem alcançadas na forma determinada pelas ações do PPA (planejamento de 5 anos) no ambiente do Sistema de Informação e Gestão para Governabilidade - SIGOV. A implementação do PAN Brasil e da própria Convenção é</p>

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
<p>elaborado;</p> <p>C) Equipamento para o funcionamento do sistema com as especificações técnicas necessárias adquiridos;</p> <p>D) 11 estados com a implantação e alimentação do sistema de monitoramento e avaliação do processo de implementação do PAN Brasil consolidadas;</p> <p>E) Relatórios sobre os impactos gerados pelas ações de combate à desertificação delineadas nos eixos temáticos do PAN Brasil;</p> <p>F) Material informativo contendo as informações sobre o sistema de monitoramento e avaliação do processo de implementação do PAN Brasil sistematizado e divulgado.</p>	<p>Documento com subsídios para avaliação da gestão das ações de combate à desertificação refletindo os esforços para implementação da Convenção no Brasil. Foi definido que o sistema de monitoramento e avaliação do processo de implementação do PAN Brasil seria interligado com as atribuições da Comissão Nacional de Combate à Desertificação.</p> <p>Foi definido que o sistema deveria essencialmente aguardar os resultados do processo de alinhamento do PAN Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD.</p> <p>Foi reavaliada a proposta de implementação do sistema de monitoramento nos estados considerando que os dados específicos são coletados e inseridos no âmbito nacional no SIGOV e no âmbito internacional Sistema de Revisão de Desempenho e Avaliação da Implementação da UNCCD (PRAIS, em inglês).</p>	<p>monitorada por meio do Relatório Nacional Bi Anual elaborado pelo MMA cujos dados são inseridos no âmbito do Sistema de Revisão de Desempenho e Avaliação da Implementação - PRAIS, instrumento este disponibilizado pela UNCCD, online, para avaliação dos avanços de sua implementação baseado em indicadores de desempenho.</p> <p>Este resultado foi implementado parcialmente, considerando a reavaliação da instituição executora sobre a proposta de implementação do sistema de monitoramento e avaliação da implementação do PAN Brasil e considerando que os dados específicos são coletados inseridos no SIGOV e no sistema internacional PRAIS. Estes sistemas podem auxiliar para se monitorar os avanços e principais desafios na luta contra a desertificação, possibilitando políticas públicas mais eficientes, sendo possível formular ações direcionadas, nas ASD, para regiões que necessitam de mais cuidados.</p>

### Objetivo Imediato 3

#### Resultado 3.3 - Fomentar Pequenos Projetos Comunitários de Combate à Desertificação. (Produto incluído no Documento de Revisão N° 1)

INDICADORES	RESULTADOS ALCANÇADOS	OBSERVAÇÕES SOBRE O GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS
<p>A) Edital de chamada de projeto elaborado e lançado            B) Projetos Selecionados            C) Projetos implementados, monitorados e avaliados            D) Seminário de apresentação da avaliação dos resultados dos projetos realizado            E) Resultados sistematizados.</p>	<p>As atividades para o alcance dos objetivos do Resultado 3.3 contemplaram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura de 3 Editais dirigidos a entidades sem fins lucrativos com atuação nas ASD;</li> <li>• Contratação de 31 projetos de Iniciativas Locais de Combate à Desertificação que enfatizaram a sustentabilidade, a capacitação e a difusão de informações e práticas de combate à desertificação e recuperação de áreas degradadas (dois projetos não concluíram e justificaram desistência);</li> <li>• Criação do Comitê Gestor dos Projetos composto por representantes da Instituição Nacional Executora do PCT, GTZ, ASA, Fundo Clima, IICA responsável por todo o processo desde a avaliação e seleção dos projetos até o acompanhamento da execução e a elaboração de propostas de continuidade;</li> <li>• Realizadas visitas técnicas de monitoramento dos projetos referentes ao “Fundo de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação” com objetivo de verificar <i>in loco</i> as experiências desenvolvidas, dialogar com as populações beneficiadas e parceiros e avaliar a implementação dos mesmos;</li> <li>• Seminário para difusão e troca das experiências exitosas entre os atores sociais envolvidos nos projetos e de apresentação dos resultados;</li> <li>• Elaboração e publicação do livro “Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação” contendo os resultados dos estudos e experiências exitosas implementadas, monitoradas e avaliadas na sua aplicabilidade;</li> <li>• Os projetos geraram rico material técnico e didático, destacando: Manual de Recuperação de Áreas Degradadas produzido como material didático para as oficinas de capacitação e replicação das tecnologias sociais implantadas; Livro: Resumo Executivo - Manejo racional dos Algarobais espontâneos para o combate à desertificação no Sertão de PE; Mapa digital dos Algarobais espontâneos do Sertão do PE; Proposta para um “Programa de fomento à difusão de tecnologias de fogões a lenha eficientes nas áreas suscetíveis a desertificação.</li> </ul>	<p>As ações previstas para este Resultado 3.3 levaram ao incremento e à difusão de informações e boas práticas para o combate à desertificação e recuperação de áreas degradadas.</p> <p>Os recursos disponibilizados para cada projeto foram muito pequenos, da ordem de dezoito a vinte e três mil reais, porém muito significativos em relação ao nível de execução e aos resultados alcançados pelas comunidades locais. A experiência demonstrou que com poucos recursos é possível fazer toda a diferença, principalmente quando se trata da preservação do meio ambiente e das boas práticas de seu uso.</p> <p>O resultado alcançado demonstra o quanto iniciativas na base podem contribuir para reverter os agentes causadores do processo de desertificação. Esta é uma fórmula simples e eficaz que pode ser replicada no sentido de se construir uma mudança de percepção, pelos agentes públicos, do potencial de desenvolvimento das ASD, de valorização de suas riquezas e de enfrentamento de seus desafios.</p> <p>O esforço realizado por meio do PCT demonstra, à luz dos fatos, que há formas de convivência sustentável capazes de propiciarem uma economia e manterem grande parte dos moradores nos sistemas de produção e distribuição de bens e serviços em condições socialmente dignas.</p> <p>Considera-se que o resultado foi alcançado plenamente superando a meta planejada.</p>



## **4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROJETO**

O documento do PCT BRA/IICA/05/004 apresenta em seu Item 7 - “Insumos”, a discriminação das rubricas de despesas necessárias para a execução das atividades do projeto, tendo como referência as linhas orçamentárias do IICA, denominadas de Objetos de Gastro Maior - OGM, conforme especificados a seguir:

- OGM 1: Pessoal Permanente Internacional - Não houve previsão de gastos nessa linha orçamentária.
- OGM 2: Pessoal Permanente Nacional - Não houve previsão de gastos nessa linha orçamentária.
- OGM 3: Treinamento e Capacitação - Pagamento de atividades de organização de eventos de capacitação e treinamento.
- OGM 4: Viagens de Pessoal Permanente - Não houve previsão de gastos nessa linha orçamentária.
- OGM 5: Documentos e Material de Consumo - Despesas gerais com material de escritório e de expediente, aquisição de livros técnicos e avisos oficiais em jornais.
- OGM 6: Aquisição e Aluguel - Aquisição de materiais permanentes e equipamentos e aluguéis de veículos
- OGM 7: Comunicação e Manutenção - Despesas com contratos de manutenção preventiva e corretiva, custos relativos a seguro de bens adquiridos, correio, telefone.
- OGM 8: Consultorias e Prestação de Serviços - Pagamento de honorários e de serviços técnicos eventuais.
- OGM 9: Diversos - Não houve previsão de gastos nessa linha orçamentária.

Nesse contexto, o Quadro 1 apresenta todos os orçamentos aprovados para o desenvolvimento das atividades do PCT durante o seu exercício, por linha orçamentária - OGM.

### Quadro 1 - Orçamentos Aprovados para o Projeto por OGM

Em R\$

OGM	Orçamento Original	Incremento 1ª Revisão	Incremento 3ª Revisão	Incremento 4ª Revisão	Orçamento Total
1 - Pessoal Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Pessoal Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Capacitação e Treinamento	1.440.000,00	896.663,30	540.000,00	-665.000,00	2.211.663,30
4 - Viagens Pessoal Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Material de Consumo	328.552,35	615.374,37	-550.000,00	-388.751,07	5.175,65
6 - Equipamentos e Aluguel	61.700,00	203.295,40	98.510,58	-88.867,67	274.638,31
7 - Comunicação e Manutenção	99.858,60	0,00	-98.510,58	0,00	1.348,02
8 - Contratos por Resultados	2.012.746,22	2.631.965,38	2.816.663,91	1.745.193,16	9.206.997,18
9 - Diversos	0,00	0,00	428,54	0,00	0,00
<b>Sub-Total</b>	3.942.857,17	4.347.298,45	2.807.092,45	602.574,42	11.699.822,46
<b>TIN</b>	197.142,83	217.364,92	140.354,62	30.128,72	584.991,12
<b>Total</b>	<b>4.140.000,00</b>	<b>4.564.663,37</b>	<b>2.947.447,07</b>	<b>632.703,14</b>	<b>12.284.813,58</b>

O Quadro 1 demonstra o orçamento original do PCT e os incrementos de recursos previstos na 1ª, 3ª e 4ª Revisões do Projeto. Cabe destacar que a 2ª Revisão não envolveu recursos financeiros (ver item 2.2.2 REVISÃO Nº 2).

Ressalta-se que não houve previsão de gastos nas linhas orçamentárias denominadas “Pessoal Internacional” (OGM 1), “Pessoal Nacional” (OGM 2), e “Viagens de Pessoal Permanente” (OGM 4), portanto as respectivas rubricas estão indicadas por zero.

Assim sendo, o Quadro 1 aponta o orçamento total aprovado para o Projeto, somando o valor de R\$ 12.284.813,58 (doze milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e treze reais e cinquenta e oito centavos).

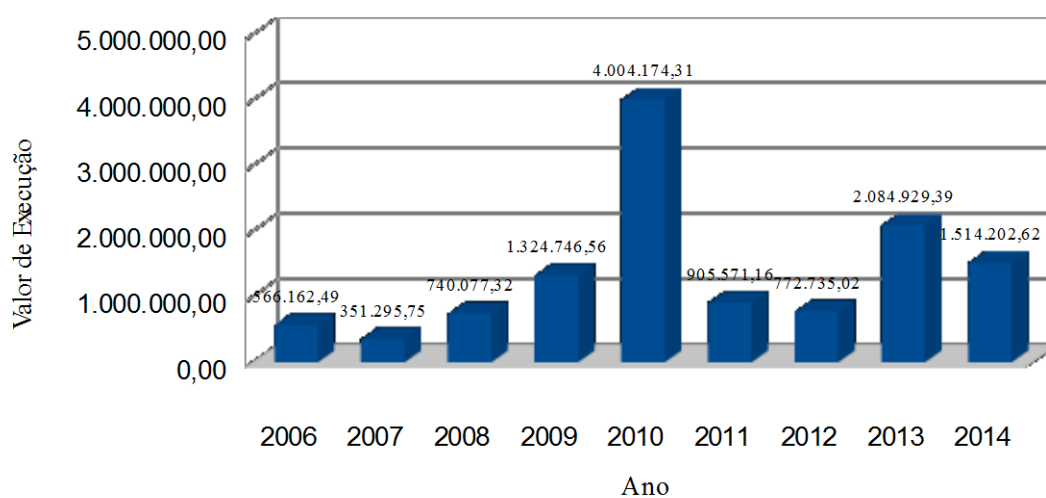
Observando a execução dos produtos do PCT dentro do orçamento proposto, o Quadro 2 e o Gráfico 1 apresentam os gastos realizados no âmbito do Projeto durante seu o período de execução - 2006 a 2014, detalhados por ano e OGM.

## Quadro 2 – Execução Financeira do Projeto por exercício e por OGM

Em R\$

OGM	Execução 2006	Execução 2007	Execução 2008	Execução 2009	Execução 2010	Execução 2011	Execução 2012	Execução 2013	Execução 2014	Execução Total
<b>1 - Pessoal Internacional</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2 - Pessoal Nacional</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3 - Capacitação e Treinamento</b>	233.537,59	56.459,87	507.102,24	280.868,41	782.882,52	51.425,86	55.268,78	136.089,72	44.145,60	2.147.780,59
<b>4 - Viagens de Pessoal Permanente</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5 - Material de Consumo</b>	4.509,65	666,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.175,65
<b>6 - Equipamentos e Aluguel</b>	17.788,01	0,00	0,00	0,00	256.850,30	0,00	0,00	0,00	0,00	274.638,31
<b>7 - Comunicação e Manutenção</b>	50,00	0,00	0,00	1.298,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.348,00
<b>8 - Contratos por Resultados</b>	283.190,97	277.396,11	197.733,30	979.496,98	2.773.509,53	811.022,86	680.669,33	1.849.557,32	1.397.952,13	9.250.528,53
<b>9 - Diversos</b>	126,15	45,40	0,00	0,00	256,99	0,00	0,00	0,00	0,00	428,54
<b>Sub-Total</b>	539.202,37	334.567,38	704.835,54	1.261.663,39	3.813.499,34	862.448,72	735.938,11	1.985.647,04	1.442.097,73	11.679.899,62
<b>TIN</b>	26.960,12	16.728,37	35.241,78	63.083,17	190.674,97	43.122,44	36.796,91	99.282,35	72.104,89	583.995,00
<b>Total</b>	<b>566.162,49</b>	<b>351.295,75</b>	<b>740.077,32</b>	<b>1.324.746,56</b>	<b>4.004.174,31</b>	<b>905.571,16</b>	<b>772.735,02</b>	<b>2.084.929,39</b>	<b>1.514.202,62</b>	<b>12.263.894,62</b>

### Gráfico 1 – Evolução da Execução Financeira do Projeto



Conforme evidenciado no Quadro 2 e no Gráfico 1, a execução financeira total do Projeto,

acrescentando o valor dos Custos Administrativos e Técnicos Indiretos do IICA - TIN, somou o montante de R\$ 12.263.894,62 (doze milhões, duzentos e sessenta e três mil, oitocentos e noventa e quatro reais e sessenta e dois centavos).

Nota-se que a maior efetivação financeira foi realizada no ano de 2010, incluindo o valor do TIN, perfazendo o total de R\$ 4.004.174,31 (quatro milhões, quatro mil, cento e setenta e quatro reais e trinta e um centavos). Tal evento deve-se aos gastos efetuados no OGM 3 - Capacitação e Treinamento, R\$ 782.882,52 (setecentos e oitenta e dois mil, oitocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) e no OGM 8 - Contratos por Resultados, R\$ 2.773.509,53 (dois milhões, setecentos e setenta e três mil, quinhentos e nove reais e cinquenta e três centavos), que corresponderam aos maiores valores executados durante todo o período do Projeto no âmbito das respectivas linhas orçamentárias. Cabe ressaltar que em 2010 foi realizada a II Conferência Internacional sobre Impactos das Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semiáridas - ICID + 18, em que o Projeto desembolsou aproximadamente R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) para custear despesas que foram distribuídas nas linhas orçamentárias 3 e 8.

Além disso, neste mesmo ano, foram adquiridos equipamentos de informática visando o desenvolvimento de uma base de dados georreferenciada para dar suporte ao SAP, no valor de R\$ 256.850,30 (duzentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta reais e trinta centavos), que representou quase o custo total da linha orçamentária 6 (Equipamentos e Aluguel).

O Quadro 2 e o Gráfico 1 também apontam a segunda maior execução financeira do PCT, somando o valor do TIN, totalizando R\$ 2.084.929,39 (dois milhões, oitenta e quatro mil, novecentos e vinte e nove reais e trinta e nove centavos), durante o exercício de 2013. O ocorrido deu-se em razão dos pagamentos efetuados para as consultorias prestadas (pessoa física e jurídica), no âmbito do OGM 8 - Contratos por Resultado, no valor de R\$ 1.849.557,32 (um milhão, oitocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos).

A partir dos dados do Quadro 2 e do Gráfico 1, considera-se que a média de gastos efetuados pelo Projeto por ano foi de aproximadamente R\$ 1.360.000,00 (um milhão e trezentos e sessenta mil reais), englobando o valor da Taxa de Administração do IICA.

Apresenta-se no Quadro 3 o valor total planejado versus a execução efetiva do Projeto, no período de exercício do PCT, por linha orçamentária.

### Quadro 3 – Execução Orçamentária e Financeira Total do Projeto por OGM

Em R\$

OGM	Previsto (A) Orçamento Total 2006 a 2014	Realizado (B) Execução Total 2006 a 2014	% (B/A)
1 - Pessoal Internacional	0,00	0,00	0,00
2 - Pessoal Nacional	0,00	0,00	0,00
3 - Capacitação e Treinamento	2.211.663,30	2.147.780,59	97,11 %
4 - Viagens de Pessoal Permanente	0,00	0,00	0,00
5 - Material de Consumo	5.175,65	5.175,65	100,00 %
6 - Equipamentos e Aluguel	274.638,31	274.638,31	100,00 %
7 - Comunicação e Manutenção	1.348,02	1.348,00	100,00 %
8 - Contratos por Resultados	9.206.997,18	9.250.528,53	100,47 %
9 - Diversos	0,00	428,54	-----
<b>Sub-Total</b>	<b>11.699.822,46</b>	<b>11.679.899,62</b>	<b>99,83 %</b>
<b>TIN</b>	<b>584.991,12</b>	<b>583.995,00</b>	<b>-----</b>
<b>Total</b>	<b>12.284.813,58</b>	<b>12.263.894,62</b>	

Nesse aspecto, comparando o orçamento com a execução dos recursos aplicados no PCT para o desenvolvimento dos objetivos e resultados do Projeto, pode-se observar no Quadro 3 que o índice de execução foi de quase 100%, ou seja, os recursos financeiros executados ao longo do exercício do Projeto foram de praticamente sua totalidade.

Destaca-se que a maior execução ocorreu no contexto da linha orçamentária 8 - Contratos por Resultados, somando o valor de R\$ 9.250.528,53 (nove milhões, duzentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e três centavos). Verifica-se que a referida execução ultrapassou minimamente o orçamento previsto para a linha orçamentária, equivalendo a 100,47% do valor programado. A segunda maior efetivação foi realizada na linha orçamentária 3 - Capacitação e Treinamento, totalizando R\$ 2.147.780,59 (dois milhões, cento e quarenta e sete mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos), correspondendo 97,11% do orçamento previsto para o respectivo OGM.

O Quadro 3 também indica que os gastos efetuados no contexto dos OGMs 5 - Material de Consumo, 6 - Equipamentos e Aluguel e 7 - Comunicação e Manutenção, atingiram exatamente 100%

de execução, devido aos ajustes realizados nas revisões do Projeto, uma vez que estas linhas orçamentárias não foram mais utilizadas.

Diante o exposto, constata-se que foi atingido um excelente nível de execução financeira durante o exercício do Projeto BRA/IICA/05/004, considerando a realização de 99,83% dos recursos disponibilizados.

O Quadro 4 indica a execução financeira total do PCT, por linha orçamentária e seus referentes percentuais de efetivação.

**Quadro 4 - Execução Financeira Total do Projeto por OGM**

<b>Em R\$</b>		
<b>OGM</b>	<b>Execução Total 2006 a 2014</b>	<b>%</b>
<b>1 - Pessoal Internacional</b>	0,00	0,00 %
<b>2 - Pessoal Nacional</b>	0,00	0,00 %
<b>3 - Capacitação e Treinamento</b>	2.147.780,59	18,38 %
<b>4 - Viagens de Pessoal Permanente</b>	0,00	0,00 %
<b>5 - Material de Consumo</b>	5.175,65	0,04 %
<b>6 - Equipamentos e Aluguel</b>	274.638,31	2,35 %
<b>7 - Comunicação e Manutenção</b>	1.348,00	0,02 %
<b>8 - Contratos por Resultados</b>	9.250.528,53	79,20 %
<b>9 - Diversos</b>	428,54	0,01 %
<b>Sub-Total</b>	<b>11.679.899,62</b>	<b>100,00 %</b>
<b>TIN</b>	583.995,00	
<b>Total</b>	<b>12.263.894,62</b>	

Quanto a análise sob o ponto de vista dos gastos do PCT, o Quadro 4 evidencia que o maior volume da execução foi direcionado para as atividades da linha orçamentária 8 - Contratos por Resultado, o que representou 79,20% do total dos recursos aplicados no Projeto, seguidos pelos gastos classificados na linha orçamentária 3 - Capacitação e Treinamento, apresentando 18,38% dos recursos do PCT.

Conforme explicitado no documento do Projeto foram cobrados da instituição nacional executora os custos indiretos decorrentes da participação do IICA na administração deste instrumento de cooperação. A Taxa Institucional (TIN) de 5% (cinco por cento) foi cobrada sobre os recursos

financeiros efetivamente executados, somando o total de R\$ 583.995,00 (quinhentos e oitenta e três reais e novecentos e noventa e cinco reais).

Visando a consecução das atividades do PCT, foi aportado ao longo do período do Projeto o montante de R\$ 11.893.973,06 (onze milhões, oitocentos e noventa e três mil, novecentos e setenta e três reais e seis centavos), segundo o Quadro 5.

#### QUADRO 5 – Repasses de Recursos Financeiros ao Projeto

Em R\$		
Ordem Bancária/Recurso UNCCD	Data	Aporte
OB 900081	23/12/05	663.395,00
OB 900082	23/12/05	506.605,00
OB 900083	23/12/05	8.667,37
00000006837/ IICA BR-740 (Recurso UNCCD)	06/09/06	10.950,00
OB 900366	17/12/07	75.880,00
OB 900367	17/12/07	50.000,00
OB 900368	17/12/07	118.059,00
OB 900369	17/12/07	96.061,00
OB 900404	27/12/07	1.500.000,00
OB 900406	31/12/07	1.005.718,00
OB 900413	31/12/07	500.000,00
00000006353 / IICA BR-740 (Recurso UNCCD)	15/05/07	12.204,35
OB 900182	09/07/08	8.000,00
OB 900238	08/09/08	678.826,27
OB 800340	30/12/09	100.000,00
OB 800341	30/12/09	200.000,00
OB 800342	30/12/09	1.000.000,00
OB 800327	25/10/10	200.000,00
OB 800437	13/12/10	200.000,00
OB 800438	13/12/10	240.862,00
OB 800444	15/12/10	150.000,00
OB 800445	15/12/10	200.000,00

<b>Em R\$</b>		
<b>Ordem Bancária/Recurso UNCCD</b>	<b>Data</b>	<b>Aporte</b>
OB 800446	15/12/10	150.000,00
OB 800141	27/07/11	150.000,00
OB 800023	28/03/12	200.000,00
OB 800057	25/05/12	150.000,00
OB 800144	21/08/12	19.000,00
OB 800145	21/08/12	345.000,00
OB 800146	21/08/12	80.392,29
OB 800147	21/08/12	49.352,78
OB 800075	20/09/12	400.000,00
OB 800281	20/12/12	300.000,00
OB 800282	20/12/12	500.000,00
OB 800288	27/12/12	125.000,00
OB 800009	26/06/13	400.000,00
OB 800264	11/10/13	200.000,00
OB 800273	25/10/13	100.000,00
OB 800034	11/03/14	650.000,00
OB 800061	15/04/14	550.000,00
<b>Valor Total dos Repasses Financeiros</b>		<b>11.893.973,06</b>

Como pode ser observado no Quadro 5, os aportes do Projeto foram provenientes de repasses financeiros efetuados por meio de trinta e sete ordens bancárias em favor do IICA, no valor total de R\$ 11.870.818,71 (onze milhões, oitocentos e setenta mil, oitocentos e dezoito reais e setenta e um centavos) e dois depósitos relativos a recursos internacionais oriundos da UNCCD, correspondendo a R\$ 23.154,35 (vinte e três mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

Ressalta-se que os depósitos internacionais efetuados em favor do Projeto foram realizados com objetivo de apoiar na construção dos Relatórios Nacionais acerca da implementação das recomendações da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas - UNCCD.

Conforme normas vigentes, os rendimentos oriundos das aplicações realizadas com os recursos do Projeto foram revertidos para ações do mesmo.

O Quadro 6 demonstra os valores dos rendimentos das aplicações financeiras dos recursos do



Projeto no período de vigência do PCT.

#### **Quadro 6 – Rendimentos das Aplicações Financeiras dos Recursos do Projeto**

Em R\$

<b>Ano</b>	<b>Rendimentos</b>
2006	0,00
2007	8.873,50
2008	136549,77
2009	108.553,19
2010	74.223,82
2011	21.381,37
2012	6.609,86
2013	35.836,76
2014	13.273,08
<b>Valor Total dos Rendimentos</b>	<b>405.301,35</b>

O Quadro 6 apresenta os dados referentes aos rendimentos das aplicações financeiras dos recursos do Projeto, conforme explicitados nos documentos de prestação de contas mensais (balancetes) emitidos pelo IICA para aprovação da direção nacional do Projeto, que somam o valor de R\$ 405.301,35 (quatrocentos e cinco mil, trezentos e um reais e trinta e cinco centavos).

Ressalta-se que foi efetuado um crédito em favor do PCT após o encerramento do seu exercício, portanto não houve registro no ano de encerramento do Projeto. O depósito foi efetuado no mês de janeiro de 2015, na quantia de R\$ 212,00 (duzentos e doze reais) referente a diária não utilizada.

Nesse sentido, o total do aporte referido no Quadro 5 somado aos rendimentos oriundos das aplicações financeiras dos recursos do Projeto (Quadro 6) e ao valor do crédito efetuado em 2015, perfazem o total de R\$ 12.299.486,41 (doze milhões, duzentos e noventa e nove mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos). Esta soma subtraída ao valor total da execução financeira do PCT, ver Quadro 2, resulta no saldo final do Projeto.

Assim sendo, foi devolvido à Instituição Executora Nacional o valor de R\$ 35.591,79 (trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e um reais e setenta e nove centavos), relativo ao saldo final do PCT, conforme comprovante de pagamento emitido pelo IICA em junho de 2015.

Destaca-se que durante a gestão administrativa do Projeto, os recursos financeiros aportados foram administrados em consonância com as políticas, normas, regulamentos e procedimentos financeiros do IICA e em conformidade com os princípios da Administração Pública.

## **4.3 INSUMOS MOBILIZADOS E PRODUTOS DO PROJETO**

### **4.3.1 Contratos de Consultoria - Pessoa Física**

A cooperação técnica internacional constitui importante instrumento de desenvolvimento, auxiliando o país a promover mudanças estruturais nos campos social e econômico, incluindo a atuação do Estado, por meio de ações de fortalecimento institucional. Os programas de cooperação permitem transferir ou compartilhar conhecimentos, experiências e boas práticas por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais, com vistas a alcançar um salto qualitativo de caráter duradouro.

Nesse viés, as contratações de serviços técnicos de consultoria do PCT obedeceram às disposições da legislação nacional aplicável e às normas do IICA, no que couberem. Foram observados o cumprimento das normas estabelecidas pelo governo brasileiro para contratação de serviços técnicos de consultoria nos Projetos de Cooperação Técnica Internacional.

As consultorias foram realizadas exclusivamente na modalidade Produto, por profissionais de nível superior, graduados em áreas relacionadas ao objeto da consultoria. Os produtos foram resultado de serviços técnicos especializados relativos a estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos, pareceres, e avaliações em geral, treinamento, aperfeiçoamento de pessoal entre outros. Os serviços técnicos de consultoria foram desempenhados de forma temporária e autônoma.

O processo de seleção foi sempre de competência da Instituição Executora Nacional, com a participação do IICA, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, bem como a programação orçamentária e financeira constante do Projeto de Cooperação. A efetivação da contratação exigiu sempre a apresentação, por parte dos profissionais selecionados, de documentos comprobatórios da capacidade técnica ou científica compatível com o trabalho que seria executado.

Durante o período de execução do PCT, foram formalizados quarenta e um contratos de prestação de serviços de consultoria, pessoa física, na modalidade produto, cujos valores dos honorários alcançaram o montante de R\$ 1.973.898,84 (um milhão, novecentos e setenta e três mil, oitocentos e noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos).

O Quadro 7 resume os contratos de consultoria, pessoa física firmados no âmbito do PCT.

**Quadro 7 - Relação dos Contratos de Consultoria - Pessoa Física**

Nº Edital RH	Consultor	Nº Contrato	Objeto	Vigência		Valor Pago (R\$)
				Início	Fim	
024/2006	Valéria Gedanken	106234	Produzir material de divulgação do PAN Brasil e do Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação. Valor Total do Contrato: R\$ 17.500,00 / Valor Pago: R\$ 7.000,00 Contrato rescindido.	03/04/2006	31/08/2006	7.000,00
029/2006	Sílvia da Rocha Sant'Anna	106240	Auxiliar a CTC nos encaminhamentos para a finalização do II e III Relatório da Implementação da CCD no Brasil, de maneira clara e concisa, de forma que o processo de elaboração e implementação da CCD no Brasil sirva de exemplo aos outros países Parte da Convenção.	13/04/2006	12/07/2006	18.000,00
024/2006	Iara Rabelo de Souza	106307	Produzir material de divulgação do PAN Brasil e do Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação.	20/06/2006	20/02/2007	10.500,00
001/2006	Kátia Ramos da Silva	106350	Fazer um diagnóstico do potencial do PAN Brasil para integrar e coordenar esforços bi e multilaterais a fim de obter mais eficiência no combate à desertificação.	28/07/2006	05/09/2006	12.000,00
002/2006	Anthony Reginald Gross	106371	Auxiliar a CTC nos encaminhamentos para a tradução do II e III Relatório da Implementação da CCD no Brasil, de maneira clara, concisa e fiel ao texto original em português.	02/10/2006	11/12/2006	3.640,00
001/2007	Brenda Parada Granados	107044	Desenvolver de produtos referente à tradução para o idioma Português do documento redigido em espanhol “Estrategia de Lucha Contra la Desertificación, la Degradación de la Tierra y los Efectos de la Sequía”, conforme compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro na presidência pro - tempore do Grupo de Trabajo Ad Hoc De Lucha Contra La Desertificación Del Mercosur.	15/02/2006	02/03/2006	2.675,00
001/2008	José Otamar de Carvalho	108084	Preparar documento técnico, em português, com base no texto do original em inglês - “Planning Methodology Guide to Sustainable Development”, escrito por Sean E. McKaughan, para publicação.	03/03/2008	02/04/2008	8.000,00
002/2008	Antônio Rocha Magalhães	108505	Colaborar com a SEDR na preparação de estudos que subsidiem a implementação de programas e projetos estratégicos de combate à desertificação projetando o longo prazo, considerando as diretrizes da UNCCD.	15/12/2008	13/06/2009	32.000,00
017/2009	Sérgio Antônio da Silva	109137	Elaborar estudos necessários à delimitação das áreas susceptíveis à desertificação	18/05/2009	17/02/2010	40.000,00

Nº Edital RH	Consultor	Nº Contrato	Objeto	Vigência		Valor Pago (R\$)
				Início	Fim	
	Almeida		no Estado do RN, insumos básicos para o processo de construção do PAE/RN.			
016/2009	Gleuba Maria Borges de Souza Carvalho	109143	Elaborar estudos necessários à delimitação das áreas susceptíveis à desertificação no Estado do Ceará, insumos básicos para o processo de construção do PAE/CE.	28/05/2009	27/11/2009	40.000,00
021/2009	Juliana Rodrigues de Souza	109131	Desenvolver imagem visual da capa e contracapa e ainda a diagramação/edição do conteúdo do Glossário de Termos e Conceitos usados no contexto da UNCCD.	18/05/2009	18/06/2009	2.500,00
023/2009	César Augusto Pacheco Lopes	109184	Elaborar site contendo informações específicas sobre a II Conferência Internacional Sobre Impactos das Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semiáridas - ICID + 18, gestão de conteúdo e manutenção de página web dinâmica.	18/06/2009	17/09/2009	4.500,00
015/2010	Daniel Leão Bandeira de Melo	110178	Produzir produtos técnicos consistentes, a partir de dados secundários e documentos preexistentes, que possam subsidiar a elaboração participativa do documento interinstitucional do PAE/ES, considerando os aspectos físico-ambientais das ASD do Estado do Espírito Santo com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões. Valor Total do Contrato: R\$ 20.000,00. Contrato rescindido.	10/06/2010	16/09/2010	0,00
015/2010	Carla Siqueira Campos	110179	Elaborar estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE/ES, considerando os aspectos socioeconômicos das Áreas Suscetíveis à Desertificação - ASD do Estado de Espírito Santo com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.	10/06/2010	30/04/2012	20.000,00
015/2010	José das Dores de S Rocha	110180	Elaborar estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE/ES, considerando os aspectos e arranjos político-institucionais das Áreas Suscetíveis à Desertificação - ASD do Estado do Espírito Santo com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.	10/06/2010	30/03/2012	24.000,00
015/2010	Alexandre José Firme Vieira	110181	Consolidar os processos de construção participativa e elaborar o documento final do PAE/ES, coordenando as etapas de elaboração.	10/06/2010	30/08/2013	42.000,00
015/2010	Francisley Lucas Correia	110182	Elaborar estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do	10/06/2010		20.000,00

Nº Edital RH	Consultor	Nº Contrato	Objeto	Vigência		Valor Pago (R\$)
				Início	Fim	
			PAE/ES, considerando os aspectos referentes à ampliação sustentável da capacidade produtiva das Áreas Suscetíveis à Desertificação - ASD do Estado do Espírito Santo com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.		30/03/2012	
039/2010	Cadija Tissiani Cerri	110191	Apoiar a Comissão Organizadora da II Conferência Internacional Sobre Impactos das Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semiáridas - ICID + 18, na área de gestão do conhecimento e assessoria de comunicação.	22/06/2010	21/04/2011	100.000,00
060/2010	Ana Três Cruz	110295	Consolidar os processos de construção participativa e elaborar o documento final do PAE/SE coordenando as etapas de elaboração.	30/08/2010	29/03/2011	42.000,00
060/2010	Mirsa Mara Barreto Xavier Leite	110296	Elaborar estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE/SE, considerando os aspectos socioeconômicos das ASD do Estado de Sergipe com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.	30/08/2010	29/01/2011	20.000,00
060/2010	Clélio Vilanova Lemos e Silva	110298	Elaborar estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE/SE, considerando os aspectos referentes à ampliação sustentável da capacidade produtiva das ASD do Estado de Sergipe com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.	30/08/2010	29/01/2011	20.000,00
060/2010	Simone Santana de Freitas	110345	Elaborar estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE/SE, considerando os aspectos físico-ambientais das ASD do Estado de Sergipe com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.	30/08/2010	29/01/2011	20.000,00
060/2010	Beatriz Alemonge de Souza Falleiro	110346	Elaborar estudos técnicos dos aspectos político-institucionais no âmbito do PAE/SE com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões.	30/08/2010	05/05/2011	24.000,00
070/2010	Adriana Gomes Affonso	110403	Elaborar o mapeamento da cobertura vegetal e do uso da terra com vistas à implementação de um Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação do Brasil - SAP Áreas Suscetíveis à Desertificação – ASD.	05/10/2010	04/07/2013	114.469,36

Nº Edital RH	Consultor	Nº Contrato	Objeto	Vigência		Valor Pago (R\$)
				Início	Fim	
070/2010	Giane de Fátima Valles	110404	Elaborar o mapeamento geológico com vistas à implementação de um Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação do Brasil - SAP Áreas Suscetíveis à Desertificação - ASD.	05/10/2010	04/07/2013	114.469,36
070/2010	Marcelo Francisco Sestini	110405	Elaborar o mapeamento geomorfológico com vistas à implementação de um Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação do Brasil - SAP Áreas Suscetíveis à Desertificação - ASD.	05/10/2010	04/07/2013	114.469,36
070/2010	Pérola Morais Calil	110406	Elaborar o mapeamento pedológico com vistas à implementação de um Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação do Brasil - SAP Áreas Suscetíveis à Desertificação - ASD.	05/10/2010	04/07/2013	114.469,36
070/2010	Ângela Yuri Harada	110409	Elaborar estudos técnicos, para a elaboração de análise de software e geoprocessamento com vistas à implementação de um Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação do Brasil - SAP nas ASD.	05/10/2010	04/07/2013	51.206,40
015/2010	Walter Batista Júnior	110419	Elaborar estudos técnicos que possam subsidiar a elaboração participativa do PAE/ES, considerando os aspectos físico-ambientais das ASD do Estado do Espírito Santo com o intuito de definir áreas prioritárias e direcionar ações de prevenção, controle e combate a desertificação nessas regiões. Valor Total do Contrato: R\$ 20.000,00. Contrato rescindido.	14/10/2010	31/03/2011	0,00
184/2011	Maria da Penha Emerick	111317	Elaborar informações técnicas e metodológicas que subsidiem o DCD na preparação de documentos para participação brasileira na UNCCD e nos demais fóruns de discussão da temática de combate à desertificação em âmbito regional e internacional. Valor Total do Contrato: R\$ 40.000,00 / Valor Pago: R\$ 24.000,00. Contrato cancelado.	21/09/2011	20/04/2012	24.000,00
344/2012	Mônica Tavares Rocha	113019	Elaborar informações técnicas, realizar levantamento das normas legais que dispõem sobre o acesso à água e combate à desertificação e analisar os PAE's dos estados do Cará, Pernambuco e Minas Gerais, com foco na identificação das metas e ações que contribuem com a melhoria do acesso à água nas ASD e a convivência com a semi-aridez, subsidiando as ações para a revitalização de bacias hidrográficas e acesso à água nestas regiões.	29/01/2013	28/02/2014	97.500,00

Nº Edital RH	Consultor	Nº Contrato	Objeto	Vigência		Valor Pago (R\$)
				Início	Fim	
344/2012	Adalcira Santos Bezerra	113020	Elaborar documentos técnicos e realizar levantamento dos saberes tradicionais e boas práticas de uso e conservação dos recursos naturais nos estados que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco tendo em vista a disseminação contextualizada, bem como subsidiar a elaboração de proposições para o fortalecimento socioambiental das populações em ASD.	29/01/2013	28/02/2014	97.500,00
344/2012	Solange Amarilis dos Santos	113021	Elaborar informações técnicas, realizar levantamento dos programas federais voltados à melhoria do acesso à água para consumo humano implementados nas ASD, especialmente nas comunidades rurais difusas da bacia do rio São Francisco, e realizar uma análise com ênfase nos modelos de gestão desses programas, principalmente quanto às ações de mobilização social e sua eficácia para a sustentabilidade, considerando a interface com o combate à desertificação.	29/01/2013	28/02/2014	97.500,00
344/2012	Leda Fontelles da Silva Tavares	113022	Elaborar documentos técnicos e realizar levantamento de dados sobre a existência de centros produtores de mudas, sua capacidade de produção, os limitadores da produção, as espécies de mudas produzidas, entre outros dados que subsidiem as ações para a revitalização de bacias hidrográficas, especialmente a bacia hidrográfica do rio São Francisco, contribuindo assim para o combate à desertificação em ASD.	29/01/2013	28/02/2014	97.500,00
343/2012	Júlio Paupitz	113061	Elaborar o Relatório Nacional de Implementação da UNCCD, contendo o estado da arte da temática no país e os resultados das iniciativas brasileiras preconizadas pelo PAN Brasil e demais instrumentos de políticas públicas relacionadas, em conformidade com as estratégias da UNCCD.	26/02/2013	25/06/2016	40.000,00
058/2013	Danielle Lemos Said	113103	Apoiar o MMA na geração de informações técnicas necessárias ao desenvolvimento de uma versão offline do CAR com aplicativo de geolocalização de propriedades rurais incluindo aquelas inseridas nas ASD visando um planejamento integrado das propriedades e posses rurais que são elementos base para as ações de combate à desertificação.	04/04/2013	03/04/2014	66.000,00
058/2013	Marcelo Lemos da Fonseca Ramos	113104	Fortalecer ações do MMA para um programa de regularização ambiental elaborando subsídios técnicos para o desenvolvimento de uma versão offline do CAR com aplicativo de geolocalização de propriedades rurais incluindo aquelas inseridas nas ASD visando um planejamento integrado das propriedades e posses rurais que são elementos base para as ações de combate à desertificação.	04/04/2013	03/04/2014	97.500,00

Nº Edital RH	Consultor	Nº Contrato	Objeto	Vigência		Valor Pago (R\$)
				Início	Fim	
137/2013	David Soares da Costa	113225	Apoiar o DCD-SEDR/MMA na geração, sistematização e consolidação de informações técnicas necessárias ao processo de construção da estratégia nacional integrada para implementação dos PAN Brasil e PAEs, com base na proposta de alinhamento das Ações Brasileiras à Estratégia Decenal da UNCCD.	29/08/2013	27/04/2014	75.000,00
161/2013	Else de Farias Albuquerque	113226	Realizar análise da proposição de Metodologia de Integração dos Componentes do PAD, nos estados do CE e PB, com foco nas ASD, visando contribuir para o melhor desempenho das políticas públicas de acesso à água e combate à desertificação.	03/09/2013	02/05/2014	78.000,00
133/2013	Silvana Maria Parente Neiva Santos	114053	Elaborar proposta de construção de arranjo institucional entre o MMA, BNDES e instituições financeiras públicas, dentre estas o BNB e/ou privadas para fortalecer o Fundo Clima criando uma estratégia financeira de promoção de implementação de programas e projetos estratégicos de combate à desertificação e de iniciativas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas visando a reversão do quadro de fragilidades das ASD.	10/02/2014	09/07/2014	70.000,00
237/2013	Kátia Castro de Abreu	114082	Organizar e sistematizar informações sobre projetos apoiados pelo Fundo Clima no contexto do combate à desertificação, consolidando-os em banco de dados georreferenciados espacializando-os em uma base territorial, a ser apresentado em ArcGis e convertido para Spring.	13/05/2014	20/07/2014	45.000,00
<b>Valor Total dos Contratos Efetivados - Pessoa Física</b>						<b>1.907.398,84</b>



Analisando os contratos firmados no âmbito do PCT (Quadro 7) observa-se que dentre os quarenta e um especialistas contratados, três tiveram seus respectivos contratos rescindidos (Contratos de N° 106234, 110178 e 110419) e um cancelado (Contrato N° 111317). Verificando no histórico do projeto verifica-se que as rescisões dos contratos referidos ocorreram a pedido, por motivos de ordem pessoal, e o cancelamento, pelo fato do consultor não apresentar todos os produtos acordados.

A consultora do Contrato N° Contrato N° 106234 (Valéria Gedanken) finalizou quatro dos nove produtos contratados e recebeu o valor parcial honorários de R\$ 7.000,00 (sete mil reais). Visando dar continuidade às atividades previstas no termo de referência, foi contratada a consultora Iara Rabelo de Souza, segunda colocada no processo seletivo. A nova consultora assumiu a elaboração dos produtos restantes e recebeu honorários no valor total de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

O consultor do Contrato N° 110178 (Daniel Leão Bandeira) não havia elaborado nenhum produto quando solicitou rescisão de contrato, portanto não recebeu pagamento de qualquer uma das parcelas previstas. Com objetivo de não interromper os trabalhos foi chamado o candidato pontuado em segundo lugar no processo seletivo, Sr. Walter Batista Júnior, para o provimento da vaga do consultor. O referido consultor também solicitou a rescisão do contrato e como não havia apresentado nenhum produto, não houve pagamento de nenhuma parcela prevista no contrato.

A consultora Contrato N° Contrato N° 111317 (Maria da Penha Emerick de Barros) recebeu o valor de R\$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais), no tocante aos produtos elaborados e aprovados. Mesmo após solicitação da readequação do cronograma de entrega dos produtos e aditamento do prazo contratual, a consultora não encaminhou os produtos restantes no período estipulado e não manifestou interesse em prorrogar o prazo com objetivo de finalizar as atividades previstas. Diante disso, foi solicitado o cancelamento do referido contrato, considerando que houve o descumprimento das obrigações estabelecidas. Portanto, este contrato ficou com um saldo remanescente do valor dos honorários de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), que, posteriormente, foi realocado para outros contratos previstos pelo PCT.

Considerando no Quadro 7 os valores dos contratos que não foram devidamente concluídos, observa-se que o Projeto acumulou um saldo no valor de R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais) que foi redirecionado para atividades afins no âmbito do PCT. Nesse sentido, o valor total dos honorários pagos aos consultores contratados pelos produtos elaborados, entregues e aprovados foi de R\$ 1.907.398,84 (um milhão, novecentos e sete mil, trezentos e noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos).

O Quadro 8 resume o controle dos produtos previstos e entregues.

**Quadro 8 - Controle de Entrega de Produtos Contratados - Pessoa Física**

Nº Contrato	Consultor	Objetivo/Resultado	Nº de Produtos Previstos	Nº de Produtos Entregues	Entrega dos produtos previstos														
					01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
106234	Valéria Gedanken	2.4	9	4	Mai. 2006	Mai. 2006			Mai. 2006				Mai. 2006	----	----	----	----	----	----
106240	Sílvia da Rocha Sant'Anna	2.4	3	3	Mai. 2006	Ago. 2006	Set. 2006	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
106307	Iara Rabelo de Souza	2.4	5	5	Ago. 2006	Dez. 2006	Fev. 2007	Fev. 2007	Fev. 2007	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
106350	Kátia Ramos da Silva	2.4	2	2	Set. 2006	Set. 2006	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
106371	Anthony Reginald Gross	2.4	1	1	Jan. 2007	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
107044	Brenda Parada Granados	2.4	1	1	Mar. 2007	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
108084	José Otamar de Carvalho	3.1	1	1	Abr. 2008	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
108505	Antônio Rocha Magalhães	2.2	6	6	Abr. 2009	Abr. 2009	Abr. 2009	Abr. 2009	Jul. 2009	Jul. 2009	----	----	----	----	----	----	----	----	----
109137	Sérgio Antônio da Silva Almeida	2.3	7	7	Jul. 2009	Jul. 2009	Out. 2009	Out. 2009	Jan. 2010	Jan. 2010	Jun. 2010	----	----	----	----	----	----	----	----
109143	Gleuba Maria B. de Souza Carvalho	2.3	6	6	Set. 2009	Set. 2009	Nov. 2009	Nov. 2009	Dez. 2009	Dez. 2009	Jan. 2010	----	----	----	----	----	----	----	----
109131	Juliana Rodrigues de Souza	2.4	1	1	Jun. 2009	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
109184	César Augusto Pacheco Lopes	2.4	3	3	Ago. 2009	Set. 2009	Set. 2009	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
110178	Daniel Leão B. de Melo	2.3	4	0					----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
110179	Carla Siqueira Campos	2.3	6	6	Dez. 2010	Set. 2013	Set. 2013	Set. 2013	Set. 2013	Set. 2013	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Nº Contrato	Consultor	Objetivo/Resultado	Nº de Produtos Previstos	Nº de Produtos Entregues	Entrega dos produtos previstos														
					01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
110180	José das Dores S. Rocha	2.3	8	8	Dez 2010	Nov. 2011	Nov. 2011	Dez. 2011	Dez. 2011	Set. 2012	Set. 2012	Set. 2012	----	----	----	----	----	----	----
110181	Alexandre Firme Vieira	2.3	9	9	Dez. 2010	Out. 2011	Out. 2011	Out. 2013	Out. 2013	Out. 2013	Out. 2013	Out. 2013	Out. 2013	----	----	----	----	----	----
110182	Francisley Lucas Correia	2.3	6	6	Mai. 2011	Set. 2012	Set. 2012	Set. 2012	Set. 2012	Set. 2012	----	----	----	----	----	----	----	----	----
110419	Walter Batista Júnior	2.3	4	0					----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
110191	Cadija Tissiani Cerri	2.4	8	8	Jul. 2010	Set. 2010	Out. 2010	Out. 2010	Jan. 2011	Jan. 2011	Jan. 2011	Mai. 2011	----	----	----	----	----	----	----
110295	Ana Três Cruz	2.3	9	9	Nov. 2010	Fev. 2011	Fev. 2011	Fev. 2011	Abr. 2011	Abr. 2011	Abr. 2011	Mai. 2011	Mai. 2011	----	----	----	----	----	----
110296	Mirsa Mara B. Xavier Leite	2.3	6	6	Nov. 2010	Fev. 2011	Fev. 2011	Abr. 2011	Abr. 2011	Mai. 2011	----	----	----	----	----	----	----	----	----
110298	Clélio Vilanova Lemos e Silva	2.3	6	6	Nov. 2010	Fev. 2011	Fev. 2011	Abr. 2011	Abr. 2011	Mai. 2011	----	----	----	----	----	----	----	----	----
110345	Simone Santana de Freitas	2.3	6	6	Nov. 2010	Fev. 2011	Fev. 2011	Abr. 2011	Abr. 2011	Mai. 2011	----	----	----	----	----	----	----	----	----
110346	Beatriz Alemonge de Souza Falleiro	2.3	8	8	Nov. 2010	Fev. 2011	Fev. 2011	Abr. 2011	Abr. 2011	Mai. 2011	Mai. 2011	Mai. 2011	----	----	----	----	----	----	----
110403	Adriana Gomes Affonso	1.8	15	15	Jul. 2011	Jul. 2011	Set. 2011	Nov. 2011	Nov. 2011	Mar. 2012	Mar. 2012	Abr. 2013	Out. 2012	Out. 2012	Out. 2012	Jun. 2012	Out. 2012	Abr. 2013	Abr. 2013
110404	Giane de Fátima Valles	1.8	15	15	Jul. 2011	Jul. 2011	Set. 2011	Nov. 2011	Nov. 2011	Mar. 2012	Mar. 2012	Ago. 2013	Abr. 2013	Abr. 2013	Abr. 2013	Jun. 2012	Abr. 2013	Ago. 2013	Ago. 2013
10405	Marcelo Francisco Sestini	1.8	15	15	Jul. 2011	Jul. 2011	Set. 2011	Nov. 2011	Nov. 2011	Mar. 2012	Mar. 2012	Ago. 2013	Mar. 2013	Mar. 2013	Mar. 2013	Jun. 2012	Mar. 2013	Ago. 2013	Ago. 2013
110406	Pérola Morais Calil	1.8	15	15	Ago. 2011	Ago. 2011	Set. 2011	Jun. 2012	Jun. 2012	Fev. 2012	Fev. 2012	Ago. 2013	Fev. 2013	Fev. 2013	Fev. 2013	Out. 2012	Fev. 2013	Ago. 2013	Ago. 2013

Nº Contrato	Consultor	Objetivo/Resultado	Nº de Produtos Previstos	Nº de Produtos Entregues	Entrega dos produtos previstos														
					01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
110409	Ângela Yuri Harada	1.8	15	15	Jul. 2011	Jul. 2011	Set. 2011	Nov. 2011	Nov. 2011	Mar. 2012	Mar. 2012	Abr. 2013	Out. 2012	Out. 2012	Out. 2012	Jun. 2012	Out. 2012	Abr. 2013	Abr. 2013
111317	Maria da Penha Emerick	2.4	5	3	Out. 2011		Dez. 2011	Fev. 2012		----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
113019	Mônica Tavares Rocha	2.3	4	4	Abr. 2013	Set. 2013	Dez. 2013	Fev. 2014	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
113020	Adalcira Santos Bezerra	2.3	4	4	Mai. 2013	Out. 2013	Dez. 2013	Mai. 2014	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
113021	Solange Amarilis dos Santos	2.2	4	4	Abr. 2013	Out. 2013	Dez. 2013	Mar. 2014	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
113022	Leda Fontelles da Silva Tavares	1.4	4	4	Abr. 2013	Jul. 2013	Dez. 2013	Abr. 2014	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
113061	Júlio Paupitz	2.4	3	3	Abr. 2013	Mai. 2013	Ago. 2013	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
113103	Danielle Lemos Said	2.2	4	4	Mai. 2013	Ago. 2013	Nov. 2013	Fev. 2014	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
113104	Marcelo Lemos da Fonseca Ramos	2.2	4	4	Mai. 2013	Jul. 2013	Out. 2013	Jan. 2014	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
113225	David Soares da Costa	2.2	5	5	Out. 2013	Nov. 2013	Dez. 2013	Jan. 2014	Mar. 2014	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
113226	Else de Farias Albuquerque	2.2	3	3	Dez. 2013	Mai. 2014	Jun. 2014	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
114053	Silvana Maria Parente Neiva Santos	2.1	4	4	Abr. 2014	Jun. 2014	Out. 2014	Out. 2014	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
114082	Kátia Castro Matteo	2.1	3	3	Jun. 2014	Set. 2014	Out. 2014	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
<b>Total dos Produtos</b>			<b>247</b>	<b>232</b>															

Legenda:  Produtos não elaborados.

O controle de entrega de todos os produtos elaborados pelos consultores pode ser observado no Quadro 8 no qual verifica-se que os quarenta e um contratos de consultoria, pessoa física, firmados no âmbito do PCT, na modalidade “produto”, previam a elaboração de um total de duzentos e quarenta e sete produtos. Porém, conforme mencionado anteriormente, devido à rescisão e cancelamento de contratos não foi possível a entrega de todos os produtos previstos e o número total de produtos entregues foi de 232. Foram apresentados quatro dos nove produtos previstos no contrato da consultora Valéria Gedanken, sendo esta substituída pela consultora Iara Rabelo de Souza que elaborou cinco produtos. Os consultores Daniel Leão Bandeira e Walter Batista Júnior não entregaram nenhum produto dos quatro previstos em contrato, e a consultora Maria da Penha Emerick de Barros, entregou apenas três do total de cinco previstos.

O conjunto de produtos desenvolvidos pelos 41 consultores contratados no âmbito do PCT somam duzentos e trinta e dois, o que representa 93,93% dos produtos previstos nos respectivos contratos e termos de referência.

#### **4.3.2 Contratos de Consultoria - Pessoa Jurídica**

Os Projetos de Cooperação Técnica Internacional se constituem em importantes iniciativas para a viabilização do desenvolvimento de capacidades e conhecimentos e a gestão da inovação no âmbito da Administração Pública, a partir da atuação conjunta de órgãos e entidades nacionais com organismos internacionais cooperantes.

O Decreto nº 5.151/2004 trata da necessidade da objetividade na seleção de consultores ao dispor dos princípios que devem reger esse processo, por meio do artigo 5º, § 1º, vinculado ao artigo 4º.:

Art. 4º O órgão ou a entidade executora nacional poderá propor ao organismo internacional cooperante a contratação de serviços técnicos de consultoria de pessoa física ou jurídica para a implementação dos projetos de cooperação técnica internacional, observado o contexto e a vigência do projeto ao qual estejam vinculados.

[...]

Art. 5º A contratação de consultoria de que trata o art. 4º deverá ser compatível com os objetivos constantes dos respectivos termos de referência contidos nos projetos de cooperação técnica e efetivada mediante seleção, sujeita a ampla divulgação, exigindo-se dos profissionais a comprovação da habilitação profissional e da capacidade técnica ou científica compatíveis com o trabalho a ser executado.

§ 1º A seleção observará os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, bem como a programação orçamentária e financeira constante do instrumento de cooperação técnica internacional. [...]

Para regular esse princípio, a Portaria MRE nº 717, reforça a necessidade de critérios objetivos, mas também a sua prévia publicação, por meio de um termo de referência que deve estar claramente elaborado, contendo o produto esperado, as etapas para a confecção desse produto e os valores estimados. O artigo 21 da referida Portaria trata do tema da seguinte maneira:

Art. 21. A seleção dos serviços técnicos de consultoria referida nos arts. 4º e 5º, do Decreto nº 5.151/04, a ser realizada pelo órgão ou entidade executora nacional, deverá se pautar por critérios objetivos, previamente publicados, sem prejuízo de outras exigências estabelecidas pelo Diretor Nacional do projeto.

§ 1º Para fins de seleção, deverá ser previamente elaborado termo de referência que contemplará o produto e eventuais etapas, bem como os valores estimados da consultoria. [...]

As contratações de serviços são conduzidas pelo IICA e realizadas de acordo com suas normas e procedimentos, observando-se o disposto nos respectivos instrumentos de cooperação pautando-se em métodos competitivos, conforme determina o artigo 98 do Regulamento da Direção-Geral do IICA, observando-se os seguintes princípios básicos: i) assegurar eficiência e economicidade; ii) dar tratamento igual a todos os interessados, propiciando justa oportunidade de competição; iii) garantir a transparência nos procedimentos de aquisição, mediante o estabelecimento de critérios objetivos para a tomada de decisão; iv) observar a moral, a ética, os bons costumes e as regras da boa administração; v) possibilitar o acesso a qualquer interessado, mediante divulgação do certame.

Observando esses normativos as contratações de serviços especializados tiveram por objetivo atender o PCT em insumos exclusivamente associados aos três objetivos imediatos do projeto. Nesse componente, os compromissos contratuais com pessoas jurídicas para a prestação de serviços especializados foram realizados por meio de processo licitatório segundo as regras e procedimentos estabelecidos pelas partes cooperantes, nos limites das responsabilidades assumidas no âmbito dos acordos de cooperação técnica em vigor.

O Quadro 9 resume os contratos de consultoria, pessoa jurídica firmados no período de vigência do PCT com seus respectivos objetos.

**Quadro 9 - Relação dos Contratos de Consultoria - Pessoa Jurídica**

Nº Contrato	Empresa/Instituição	Objeto/Projeto	Vigência do Contrato		Valor Pago (R\$)
			Início	Fim	
206059	Fundação Grupo Esquel do Brasil - FGEB	Assessoria técnica na implantação do Programa Nacional de Combate à Desertificação subsidiando o Governo Federal na preparação de sua participação em eventos internacionais e na organização de eventos de interesse da CTC/SRH/MMA.	19/06/2006	19/03/2007	61.022,50
207025	Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior - ABEAS	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Desenvolvimento Sustentável para o Semiárido Brasileiro - DSSB.	09/05/2007	29/05/2009	100.000,00
208029	Fundação de saúde e Integração Social-CIS	Unidade Demonstrativa São Bento de Convivência com a seca.	06/10/2008	02/03/2010	24.940,00
208034	Organização Ambientalista de Sustentabilidade e Integração do Sertão - OASIS do Brígida	Investindo no Associativismo e na Agroecologia.	06/10/2008	04/03/2010	23.870,00
208035	Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria Comunitária - CEPAC	Educação Ambiental: preservando a vida e a natureza na região semiárida cearense.	06/10/2008	04/12/2009	24.985,00
208036	Centro de Educação Popular e Formação Social - CEPFS	Convivência com a realidade Semiárida - Formas Alternativas de Combate a Desertificação.	06/10/2008	04/12/2009	22.590,00
208037	Org. para conservação da Biodiversidade e Meio Ambiente - Bioterra	Minimização dos efeitos da desertificação pela inclusão socioambiental dos carvoeiros do alto sertão sergipano - Projeto Doces Matas. Valor total do Contrato: R\$ 24.375,00. Contrato Cancelado.	06/10/2008	04/09/2009	0,00
208038	Flor da Terra - Assessoria Projetos e Pesquisa	Mel do Iguaçú - Sertão de Canindé/CE.	06/10/2008	04/11/2009	25.000,00
208039	Grupo Colmeias de Projetos, Assessorias e Serviços	Educação e geração de renda no combate a desertificação no RN.	06/10/2008	04/12/2009	24.940,00
208040	Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Brejo da Madre de Deus - CONDESB	Capacitação em Combate à Desertificação para Recuperação de Matas Ciliares às Margens do Rio Açudinho, Brejo da Madre de Deus/PE.	08/10/2008	06/09/2010	24.300,00
208041	Associação Quilombola de Quilombo - ASPOQUI	Preservação do Meio ambiente e Geração de Renda Para Jovens e Mulheres Quilombolas de Minas Novas.	08/10/2008	06/12/2009	20.900,00

Nº Contrato	Empresa/Instituição	Objeto/Projeto	Vigência do Contrato		Valor Pago (R\$)
			Início	Fim	
208042	Centro dos Direitos das Populações da Região de Carajás	Educação Ambiental no Baixo Paranaíba para jovens quilombolas: ciranda agroecológica.	08/10/2008	06/12/2009	24.794,00
208043	Centro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar - Terra Viva	Produzindo na Caatinga.	08/10/2008	06/09/2009	20.074,00
208044	Instituto de Permacultura em Terras Secas - IPÊTERRAS	Sensibilização de agricultores e agricultoras da região de Irecê às problemáticas agroambientais inclusive a ameaça da desertificação.	08/10/2008	06/12/2009	22.387,20
208045	Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes - Sociedade Semear	Existe vida no deserto.	08/10/2008	08/12/2009	24.980,00
208046	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agrovila Nova Esperança	Projeto Nova Esperança: mobilizando pessoas no combate a desertificação.	08/10/2008	31/05/2010	18.240,00
208047	Comunicação e Cultura	Coligação de Jornais Escolares Contra a Desertificação.	08/10/2008	15/12/2009	17.923,00
208049	Associação dos Apicultores de Lagoa de Velhos/RN - APILAVE	Capacitação, educação e combate à desertificação nas áreas de riscos da Região do Potengi.	08/10/2008	08/03/2010	20.385,70
208050	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina	Água, Conservação e Gestão Comunitária no Médio Jequitinhonha, Minas Gerais.	08/10/2008	06/12/2009	25.000,00
208051	Unir, Sentir, Pensar e Agir - USPAR	Meliponicultura como alternativa de desenvolvimento do Cariri. Valor total do Contrato: R\$ 25.000,00 Pagamento efetuado: R\$ 3.750,00 Contrato Cancelado	04/05/2009	05/02/2010	3.750,00
209064	Movimento Minha Terra - MMT	Elaboração do Programa de Ação Estadual do Estado de Alagoas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAE/AL.	01/07/2009	28/02/2012	143.000,00
209285	Voetur Turismo e Representações Ltda	Prestação de serviços de emissão, reserva, marcação, remarcação, fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais.	29/06/2006	29/12/2009	68.697,16
209290	Zararte Eventos Culturais Ltda	Suporte logístico e operacional para a consolidação dos processos de construção e sistematização final do PAE/CE.	27/07/2009	24/02/2010	127.455,30
209451	Escola de Formação Quilombo dos Palmares - EQUIP	Produção do documento final do Programa de Ação Estadual de Pernambuco para o Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAE/PE.	05/10/2009	30/04/2010	47.114,00



Nº Contrato	Empresa/Instituição	Objeto/Projeto	Vigência do Contrato		Valor Pago (R\$)
			Início	Fim	
209480	Cooperativa Multidisciplinar de Assistência Técnica e Prestação de Serviços LTDA - COOMAP	Assessoria técnica e logística para elaboração do PAE/MG - Etapa I - Diagnóstico Ambiental e Institucional das Áreas Susceptíveis à Desertificação do Estado de Minas Gerais.	01/12/2009	15/12/2010	280.307,00
209481	Associação para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia - SCIENTEC	Elaboração do Programa de Ação Estadual do Estado da Paraíba de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAE/PB.	21/10/2009	17/02/2012	200.000,00
209490	Instituto de Pesquisa e Apoio a Gestão Pública - IPAGESP	Apoio à realização do Seminário Final de Apresentação do PAE/PE.	21/10/2009	21/12/2009	90.000,00
209654	Miranda Turismo e Representações - AGM	Prestação de serviços de emissão, reserva, marcação, remarcação, fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais.	01/12/2009	20/12/2014	289.772,09
210006	Fundação Agente para o Desenvolvimento do Agronegócio e Meio Ambiente	Elaboração do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação, base para atuação do Governo Estadual do Piauí no controle de prevenção de áreas degradadas e/ou em processo de desertificação - PAE/PI.	22/02/2010	22/12/2010	249.991,20
210010	Estação Gráfica	Publicação dos resultados da produção científica sobre o tema Agricultura Familiar e Desertificação apresentados no II Seminário Luso Brasileiro.	05/03/2010	05/06/2010	49.460,00
210014	Garden Turismo	Prestação de serviços para a realização da ICID+18.	06/05/2010	06/09/2010	340.038,00
210026	Daher Turismo Ltda	Fornecimento de passagens aéreas para os participantes da ICID+18.	21/07/2010	21/11/2010	384.900,42
209507	Editora Gráfica Guarany Ltda	Publicação do documento técnico: Mudanças Climáticas e o Nordeste - Criação de projeto gráfico e layout.	03/11/2009	05/04/2010	19.800,00
209451	Escola de Formação Quilombo do Palmares - EQUIP	Revisão, diagramação, ilustração, tradução e publicação do Programa de Ação Estadual de Pernambuco para o Combate à Desertificação e Mitigação aos Efeitos da Seca - PAE/PE.	05/10/2009	30/04/2010	47.114,00
210021	Globo Tradução de Línguas	Tradução ICID+18.	08/06/2010	13/08/2010	369.500,00
210040	Instituto Maranhense de Meio Ambiente e Recursos Hídricos-IMARH	Elaboração do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca do Estado do Maranhão - PAE/MA.	27/09/2010	17/12/2012	219.887,50
210005	Sun e Tour Viagens e Eventos	Suporte logístico e operacional de realização do Seminário de discussão e legitimação do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAE/RN.	05/02/2010	05/07/2010	69.830,00
210025	International Institute for Sustainable	Acompanhamento, preparação e divulgação de documentos para produção de	01/07/2010	15/12/2010	90.070,65

Nº Contrato	Empresa/Instituição	Objeto/Projeto	Vigência do Contrato		Valor Pago (R\$)
			Início	Fim	
	Development - IISD	relatórios diários e relatório final das atividades realizadas durante a ICID+18.			
211008	Acesso Economia e Soluções Sociais	Mobilização social para realização de 04 oficinas e 01 seminário estadual, necessários a construção participativa do PAE/SE.	16/02/2011	16/06/2011	21.900,00
213023	Fundação para o Desenvolvimento Sustentável do Araripe - Fundação Araripe	Encontro Nacional para Construção Coletiva de Conhecimento e Estratégias Combate à Desertificação e Convivência com a Semiaridez.	29/07/2013	29/03/2014	149.982,14
213024	Instituto Cactos	Educação com o pé no chão: intervenções físicas via difusão tecnológica apropriada na ASD de Irauçuba.	12/08/2013	29/10/2014	100.000,00
213025	Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano - IADH	Democracia, administração social e institucional da biodiversidade territorial para o controle da desertificação e a virada para a sustentabilidade.	02/08/2013	31/10/2014	79.594,00
213026	Instituto Fazenda Tamanduá	Iniciativas de prevenção à desertificação: manejo florestal sustentável de uso múltiplo, capacitação e difusão de tecnologias de convivência com a semiaridez no município de Santa Terezinha/PB.	12/08/2013	30/09/2014	79.634,00
213027	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada-IRPAA	Convivência com o semiárido para superação da miséria - Semiárido Show 2013.	12/08/2013	12/04/2014	80.040,00
214005	Prolenha	Projeto de formulação de um programa de fomento à difusão de tecnologias de fogões a lenha eficientes nas Áreas Suscetíveis à Desertificação.	01/04/2014	30/09/2014	99.995,00
214006	Associação Plantas do Nordeste - APNE	Manejo racional dos Algarobais espontâneos para o combate à desertificação no Sertão de Pernambuco.	01/04/2014	30/09/2014	96.470,00
214007	Centro de Gestão de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação-CGPDI	Gestão Democrática para o Fortalecimento Institucional no âmbito das Ações sobre Adaptação às Mudanças Climáticas e Desertificação como apoio a Terceira Conferência de Mudanças Climáticas - Adaptação Futuras 2014.	01/04/2014	20/07/2014	100.000,00
214008	Fundação para o Desenvolvimento Sustentável do Araripe - Fundação Araripe	Apoio ao fortalecimento institucional para difusão de boas práticas de convivência com a semiaridez e a implementação da Convenção de Combate à Desertificação no Brasil.	01/04/2014	30/11/2014	169.830,00
<b>Valor Total dos Contratos Efetivados - Pessoa Jurídica</b>					<b>4.594.463,86</b>

Foram formalizados quarenta e oito contratos com pessoa jurídica no âmbito do PCT, os quais somam compromissos na ordem de R\$ 4.594.463,86 (quatro milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos), conforme demonstrado no Quadro 9.

Na análise da relação dos contratos firmados com pessoa jurídica (Quadro 9) verifica-se que dois contratos não foram efetivamente executados, o Contrato de Prestação de Serviços Nº 208037 cuja contratada foi o Instituto Bioterra (Organização para Conservação da Biodiversidade e Meio Ambiente) que solicitou rescisão do contrato devido a problemas institucionais antes mesmo da apresentação do primeiro produto e o Contrato de Prestação de Serviços Nº 208051 cuja contratada foi a instituição USPAR (Unir, Sentir, Pensar e Agir). O Instituto Bioterra não elaborou nenhum dos produtos previstos em contrato, portanto não recebeu pagamento do IICA. A USPAR entregou apenas o Produto 1, sendo efetuado o pagamento de uma das parcelas previstas no contrato no valor correspondente a R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais). Considerando que houve o descumprimento das obrigações definidas, foi solicitado o cancelamento deste contrato.

No decorrer da execução do PCT foram efetuados gastos com despesas relacionadas a publicações de editais, treinamento e capacitação e pagamentos diversos que não foram explicitados no Quadro 9 de contratos e que juntos somam um valor da ordem de R\$ 2.287.944,42 (dois milhões, duzentos e oitenta e sete mil, novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e dois centavos).

Além dos contratos acima citados, para materializar o cumprimento dos objetivos do PCT, o MMA solicitou o envolvimento direto do IICA para prover serviços de avaliação e mensuração dos avanços de implementação que proporcionem a melhoria de desempenho das atividades e assegurem o fiel alcance dos objetivos do Projeto BRA/IICA/05/004, com respaldo no art. 24, do Instrumento de Cooperação Técnica, que estabelece: “A SRH/MMA poderá solicitar ao IICA que execute diretamente serviços e elabore produtos previstos no PCT. (...) Para a execução dos serviços e elaboração de produtos a que se refere o caput deste artigo, o IICA emitirá faturas de acordo com a proposta aprovada pela SRH/MMA.”

Assim, ao longo do período de execução do PCT, foi formalizada uma proposta técnica com o propósito de implementar ações que contribuam para o alcance dos objetivos do PCT BRA/IICA/05/004 - Proposta Técnica Nº 17/2006, aprovada pelo MMA em 16 de fevereiro de 2006, por meio da Carta nº 001/2006/CTC/SRH/MMA. O objeto deste instrumento foi prover ao PCT BRA/IICA/05/004 serviços técnicos de avaliação e mensuração dos avanços de implementação que proporcionem a melhoria de desempenho de suas atividades e assegurem o fiel alcance de seus objetivos. Esta proposta teve, originalmente, um período de execução de 36 meses, compreendido

entre 01 de março de 2006 a 28 de fevereiro de 2009, e previa o desenvolvimento de produtos técnicos, contendo a sistematização e análise de indicadores de esforços para alcance dos objetivos do PCT BRA/IICA/05/004.

Tendo em vista a primeira revisão do PCT com seu prazo prorrogado e recurso financeiro ampliado, e, também, levando em consideração as alterações institucionais ocorridas à época no Ministério do Meio Ambiente, onde a temática Combate à Desertificação foi transferida para a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR, em setembro de 2008, foi acordado o primeiro aditivo à Proposta Técnica N° 17/2006. O aditivo contemplou, na nova fase do Projeto de Cooperação, atividades e recursos adicionais alocados ao PCT - ações específicas associadas à elaboração dos Planos de Ação Estadual - PAE, em onze Estados da Federação localizados nas Áreas Susceptíveis à Desertificação. Adicionalmente, o repasse dos recursos destinados ao Fundo para pequenos Projetos Locais de Combate à Desertificação requereu um acompanhamento especializado e sintonizado com as diretrizes da SEDR/MMA, os organismos de cooperação internacional envolvidos na temática e as instituições locais beneficiadas por esta iniciativa. Da mesma forma, a efetiva evolução do SAP, assim como, a preparação de eventos, reuniões técnicas e encontros, exigiu o envolvimento e o incremento dos recursos humanos constituintes da equipe que propiciou o harmonioso desenvolvimento das ações preconizadas pela Cooperação Técnica. Para o cumprimento das atividades previstas, foram elaborados produtos técnicos, entregues trimestralmente ao longo do período de execução da primeira prorrogação.

Por intermédio do Ofício n° 59/2011/SEDR/DCD/MMA, de 12/09/2011, foi aprovada a segunda prorrogação da Proposta Técnica 17. Este segundo termo aditivo da proposta técnica contemplou ações específicas associadas à elaboração e implementação dos PAE's em onze Estados da Federação localizados nas ASD. Da mesma forma, a efetiva evolução do SAP necessitou de acompanhamento e direcionamento técnico, sobretudo para articulá-lo ao Sistema Nacional de Prevenção de Desastres Naturais. Adicionalmente, a SEDR subsidiou o MMA com informações sobre a região semiárida com vistas ao debate sobre desertificação na Rio+20. Para tanto, a SEDR ampliou suas parcerias com instituições locais de representativa relevância técnica para qualificar o debate sobre a temática. Nesse contexto, o INSA/MCT configura-se um parceiro importante nesse processo. A presente proposta técnica proporcionou uma maior interação entre as ações do MMA, do IICA e do INSA, promovendo iniciativas de capacitação, difusão e encontros regionais, conforme estabelecido em acordos de cooperação técnica firmadas por ambas as partes. Para o cumprimento das atividades previstas, foram elaborados produtos técnicos, entregues trimestralmente ao longo do período de execução da segunda prorrogação.

A terceira prorrogação da proposta técnica foi formalizada por meio do Ofício nº 15/2013/DCD/SEDR/MMA, de 02 de abril de 2013, e teve por objetivo a extensão do prazo para 20 de julho de 2014. A proposta contemplou, numa fase do PCT ampliado em termos de prazo de execução, ações de intercâmbio de experiências e difusão do processo de implementação do PAN Brasil junto às esferas regionais e da UNCCD, além das ações específicas associadas à implementação dos PAE's e do acompanhamento e direcionamento técnico do SAP. Adicionalmente possibilitou o fortalecimento entre as ações do MMA, do IICA e do INSA, em iniciativas junto às esferas internacionais da UNCCD, ressaltando-se a sinergia com o Projeto ECONORMAS/MERCOSUL, executado pelo IICA Uruguai em estreita articulação técnica com o IICA Brasil, conforme estabelecido em acordos de cooperação técnica firmados por ambas as partes. Para o cumprimento das atividades previstas, foram elaborados produtos técnicos, entregues trimestralmente ao longo do período de execução da terceira prorrogação.

Para concluir as ações previstas no PCT foi solicitada e aprovada uma quarta e última revisão, ampliado em termos de prazo. Assim sendo, o MMA solicitou ao IICA por meio do ofício Nº 041/2014/DCD/SEDR/MMA, de 18 de julho de 2014, prorrogação de prazo e aditivo de recursos até a conclusão final do PCT. O quarto aditivo teve suas atividades executadas no período de 21 de julho a 20 de dezembro de 2014 e contemplou a finalização dos temas já previstos no terceiro termo aditivo, incluindo o Planejamento da Pré-Conferência Científica da UNCCD. Para o cumprimento das atividades previstas, foram elaborados produtos técnicos, entregues trimestralmente ao longo do período de execução da quarta prorrogação. No âmbito da Proposta Técnica foram elaborados e aprovados 36 (trinta e seis) produtos constituídos por relatórios trimestrais de sistematização e análise de indicadores de esforços para alcance dos objetivos do PCT. O a seguir indica os valores direcionados ao atendimento das ações previstas pela Proposta Técnica durante a vigência do PCT.

O Quadro 10 demonstra o resumo da Proposta Técnica 17.

#### Quadro 10 - Resumo da Proposta Técnica 17

Objeto	Proposta Técnica	Vigência		Valor (R\$)
		Início	Fim	
Avaliação e mensuração dos avanços de implementação para proporcionar a melhoria do desempenho das atividades e assegurar o fiel alcance dos objetivos do PCT.	Proposta Técnica nº 17/2006	01/03/2006	28/02/2009	600.756,00
	Proposta Técnica nº 17/2006 Primeiro Aditivo	01/03/2009	28/02/2012	820.411,46
	Proposta Técnica nº 17/2006 Segundo Aditivo	01/03/2012	31/05/2013	348.000,00
	Proposta Técnica nº 17/2006 Terceiro Aditivo	01/06/2013	31/07/2014	562.877,00
	Proposta Técnica nº 17/2006 Quarto Aditivo	01/08/2014	20/12/2014	234.600,00
<b>Valor Total da Proposta Técnica 17</b>				<b>2.566.644,46</b>

O Quadro 10 indica que foram destinados ao atendimento das demandas previstas pela Proposta Técnica o valor total de R\$ 2.566.644,46 (dois milhões quinhentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

### **4.3.3 Aquisição de Equipamentos**

O orçamento do PCT BRA/IICA/05/004 previa a aquisição de equipamentos na linha OGM 6 - Aquisição/aluguel de equipamentos que foram adquiridos com base na legislação brasileira e normas, regras e procedimentos do IICA. Os bens e equipamentos adquiridos com recursos do Instrumento de Cooperação Técnica foram utilizados exclusivamente na sua execução, sendo transferidos, posteriormente, ao patrimônio do MMA.

Conforme já mencionado neste documento, o MMA assinou o Acordo de Parceria com o MCT com a finalidade de viabilizar a elaboração e a implementação de um Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação do Brasil - SAP. Este instrumento, previsto pela UNCCD e pelo PAN Brasil, visa aprimorar o conhecimento técnico-científico dos processos de desertificação no Brasil de modo a fornecer as bases para o monitoramento, avaliação e prevenção dos efeitos das secas e da desertificação. Assim sendo, o Projeto adquiriu equipamentos como estação de trabalho, licenças de software, notebooks, plotter e computadores padrão workstation e server rack, no valor de R\$ 256.850,30 (duzentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta reais e trinta centavos), que conjuntamente com o servidor de alto desempenho já adquirido pelo INPE/MCT, permitiram o desenvolvimento do SAP. Ressalta-se que a aquisição dos equipamentos especializados se refere, essencialmente, ao acesso, incorporação de conhecimentos, de informações, de tecnologias e práticas que foram traduzidas por resultados concretos nas ASD.

As demais aquisições (notebooks e projetor) somaram o total de R\$ 17.788,01 (dezessete mil, setecentos e oitenta e oito reais e um centavos). É relevante apontar que os referidos equipamentos foram adquiridos no início do PCT com objetivo de fornecer suporte às atividades da equipe do Projeto em face aos trabalhos realizados junto aos onze estados inseridos nas ASD, além das demandas com a UNCCD.

### **4.3.4 Publicações Editadas**

Foram publicados resultados mais relevantes do Projeto destinados aos atores sociais que trabalham com o tema nas Áreas Suscetíveis à Desertificação do Brasil bem como nos espaços de

intercâmbio de experiências e de conhecimento da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação - UNCCD.

As despesas efetuadas com as publicações observaram as normas que regem a cooperação como o Decreto nº 5151 de 22 de julho de 2004, Portaria nº 717, de 09 de dezembro de 2006 do MRE e ao Acórdão 1339 de 19 de junho de 2009 do TCU. As publicações atenderam as normas e orientações dos órgãos de controle e estão de acordo com o Manual de Convergências de Normas Licitatórias adotadas pelo IICA.

Destaca-se que os documentos publicados foram custeados tanto com recursos previstos no PCT, quanto com apoio dos parceiros já mencionados neste relatório.

Apresenta-se a seguir a relação das principais publicações de resultados do Projeto:

- **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**  
Reflexão crítica sobre os desafios para as políticas de promoção da agricultura familiar e da agroecologia, temas abordados no âmbito do PAN Brasil.
- **Agricultura familiar e desertificação** - Amostra dos resultados das discussões no âmbito do I Seminário Luso-Brasileiro-Caboverdiano sobre agricultura familiar em áreas com riscos de desertificação no Brasil e em Portugal de forma a socializar e disseminar referências teóricas e práticas que possam identificar fatores de agravamento e apontar alternativas de combate ao processo.
- **Cartilha: Conhecendo o PAN Brasil: Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca** - Produzida com a participação de representantes dos movimentos sociais visando difundir o conhecimento sobre o combate à desertificação entre atores sociais que atuam com o tema no âmbito das comunidades locais das ASD.
- **III Caderno de experiências: agroecologia transforma paisagens desertificadas** - Resultados de dezoito experiências de famílias de agricultores que utilizam a prática agroecológica relacionada com o combate à desertificação, a partir da construção de conhecimento coletivo onde as famílias se reconhecem nos conteúdos do Caderno, assumindo esse produto como seu.
- **Fundo de apoio a iniciativas locais de combate à desertificação: aprendizagens para o combate à desertificação** - Divulgação e valorização das iniciativas da sociedade civil que se orientam para o desenvolvimento sustentável das terras semiáridas no Brasil contribuindo para a ampliação dos preceitos do combate à desertificação em ações de base local.
- **Projeto áridas: memória e acervo** - Resgate de um conjunto de textos técnicos e estudos

elaborados por diversos especialistas nacionais e internacionais visando uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Nordeste brasileiro.

- **Projeto áridas: guia de planejamento para o desenvolvimento sustentável** - Reedição de uma metodologia de planejamento para o Nordeste desenvolvida pelo Projeto Áridas.
- **Cartilha: Agrofloresta no combate à desertificação** - Material didático para capacitações de agricultores, agricultoras e estudantes da região de Irecê/BA sobre práticas e alternativas de convivência com o semiárido, baseadas nos princípios da permacultura, da educação político ambiental e do fortalecimento da cultura popular sertaneja.
- **Atlas das Áreas Suscetíveis à Desertificação do Brasil** - Secretaria de Recursos Hídricos, Universidade Federal da Paraíba. Brasília: MMA, 2007.
- **Glossário de termos e conceitos usados no contexto da UNCCD** - Manual em três idiomas.
- **Desertificação, desenvolvimento sustentável e agricultura familiar: recortes no Brasil, em Portugal e na África** - Resultados das discussões do II Seminário Luso-Brasileiro-Caboverdiano com contribuições de pesquisadores de diferentes países acerca de questões relativas à agricultura familiar em ASD e de convivência com condições de semiaridez.
- **Apoio a iniciativas locais de combate à desertificação** - Resultados dos projetos implementados junto às comunidades de base e que estimulam o desenvolvimento de ações de combate à desertificação com resultados práticos.
- **Manejo racional dos algarobais espontâneos para o combate à desertificação no sertão de Pernambuco** - Resultados e conclusões do estudo para fornecer subsídios para estratégias ambientais, florestais e institucionais mais adequadas para a gestão dos algarobais e orientar políticas públicas na área de energia renovável.
- **Manual de Recuperação de Áreas Degradadas** - Material didático para oficinas de capacitação e replicação das tecnologias sociais implantadas em Irauçuba/CE.
- **Programas/Planos Estaduais de Combate à Desertificação:**
  - ✓ Plano de Ação Estadual de Alagoas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - **PAE/AL**, 2011.
  - ✓ Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - **PAE/BA**, 2014.
  - ✓ Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – **PAE/CE**, 2010.
  - ✓ Programa de Ação Estadual de Prevenção e Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca do Estado do Maranhão - **PAE/MA**, 2012.



- ✓ Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca de Minas Gerais - **PAE - MG**, 2010.
- ✓ Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - **PAE/PB**, 2011.
- ✓ Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - **PAE/PE**, 2009.
- ✓ Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação do Estado do Piauí - **PAE/PI**, 2010.
- ✓ Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca do Estado do Rio Grande do Norte - **PAE/RN**, 2011.
- ✓ Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. **PAE/SE**, 2012.
- ✓ Proposta para o Documento Interinstitucional do Programa de Ação Estadual de Prevenção e Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca do Estado do Espírito Santo - **PAE/ES**, 2013.

## **5. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO**

### **5.1 A SITUAÇÃO PÓS-PROJETO**

A análise geral das ações do PCT não deixa dúvidas quanto à atuação positiva do mesmo no sentido de fortalecer as instituições nacionais envolvidas direta e indiretamente para o combate à desertificação. Os resultados desta avaliação apontam para o desempenho positivo do Projeto e consideram que o mesmo alcançou seus objetivos imediatos. Esta percepção se baseia na revalorização do tema de combate à desertificação nas agendas nacional e estaduais, na articulação de interesses e no papel do País como protagonista nos ambientes da UNCCD, no aprimoramento do conhecimento sobre processos de desertificação e de ocorrência de secas no Brasil e nos ganhos de capacidade técnica e institucional advindos das ações de capacitação realizadas direta e indiretamente pelo PCT.

Em um plano mais geral pode se afirmar que o PCT contribuiu para o estabelecimento ou fortalecimento dos marcos legais e institucionais dos estados das ASD. Um indicador do alcance desta meta são os 11 programas estaduais de combate à desertificação elaborados à luz de um processo metodológico participativo, unificado e em consonância com o PAN Brasil, provendo resultados diferenciados que valorizaram as especificidades de cada Estado. Com essa linha de atuação, o MMA

buscou a descentralização do tema considerando que o Brasil é uma República Federativa e que a gestão se dá no âmbito das unidades da federação. A construção dos PAE tem impacto de importância no atendimento à Convenção pelo Brasil, especialmente com relação ao Artigo 10.

A aproximação com os governos estaduais, com as organizações da sociedade civil e os parlamentos (federal e assembleias legislativas estaduais) foi uma conquista que confirma o acerto da estratégia. Os PAE consolidaram a institucionalização do tema no âmbito dos Estados e constituíram as bases para um melhor planejamento, fornecendo bases inclusive para o direcionamento dos investimentos públicos e privados na região. O MMA, por meio do PCT, agiu como indutor, articulador, catalizador e gestor deste processo.

Alguns estados avançaram na institucionalização do tema e construíram suas respectivas políticas estaduais de combate à desertificação. Paralelamente, muitos Estados estimularam a discussão via fóruns participativos temáticos, criando e/ou fortalecendo grupos e conselhos que abraçaram o tema. Além disso, é importante destacar que Irauçuba/CE passou a ser o único município do Brasil a ter um Plano e uma Política Municipal de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e que as bases para a construção desses marcos legais e institucionais tiveram apoio deste PCT.

Destarte, avançou-se muito tanto na compreensão do tema da desertificação, de suas causas e consequências socioambientais, como na definição de estratégias estaduais para enfrentá-lo. Porém, sabe-se que mesmo com todo este caminho pavimentado, muitos estados enfrentam hoje restrição orçamentária, institucional e técnica, para colocar em marcha seus programas de combate à desertificação. No entanto, é importante lembrar que o PCT foi um viabilizador de parcerias internas e externas para que os estados contassem com um instrumento legal e institucional que, fortalecido pelos pactos estabelecidos entre os diversos atores sociais envolvidos, otimizasse a formulação e execução de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável das ASD, gerando as bases locais e estaduais para captação de recursos inclusive.

Com o Projeto foi possível ao MMA buscar mecanismos nacionais e instrumentos de fomento que pudessem mobilizar e canalizar recursos financeiros para o combate à desertificação, demonstrando que os recursos advindos destes instrumentos quando acessados de forma democrática podem assegurar o uso sustentável dos recursos naturais. Neste aspecto, e como desdobramento das ações do PCT, o MMA construiu e vem consolidando uma estratégia financeira que possibilita investimentos em programas e projetos nas ASD. A Estratégia Financeira Integrada que envolve instrumentos de fomento e financeiros, a cooperação técnica (IICA, PNUD e FAO) e articulação institucional vem apoiando a implementação de ações dos PAE que, em seu conjunto, consolidam o

PAN Brasil. Essa iniciativa, estabeleceu ações estruturantes, fortalecendo os instrumentos de fomento vigentes e definindo espaços permanentes de apoio a programas e projetos. Destacam-se nesta estratégia o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC/MMA que criou o Subprograma Desertificação no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES que financia os Programas dos Estados e o setor produtivo e estabeleceu um contrato de repasse para que o BNB opere recursos do Fundo Clima. Esse arranjo otimizou o acesso aos recursos, aproximando o instrumento e os setores da sociedade, o que levou o Banco do Nordeste - BNB a criar uma linha de financiamento específica para o manejo florestal de uso múltiplo e para a melhoria tecnológica das indústrias gesseira e cerâmica, que assegurasse um investimento focado e racional baseado na convivência sustentável com a semiaridez. Somando esforços para a implementação da Estratégia Financeira Integrada, a Caixa Econômica Federal através de seu Fundo Socioambiental construiu linhas de financiamento com editais de apoio voltados a projetos de combate à desertificação visando o manejo florestal/reflorestamento e a melhoria tecnológica para eficiência energética, além de pesquisa e difusão de tecnologias nas ASD. É possível afirmar que a estratégia financeira criada vem possibilitando a promoção dos meios principalmente para a execução dos Programas Estaduais de Combate à Desertificação.

Dessa forma, reforçando a ideia da convivência sustentável nos espaços áridos, realizou-se uma articulação para investimentos governamentais, integrando os instrumentos de fomento de cunho ambiental como o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC, o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, que otimizaram sua execução e potencializaram sua missão em escala e em resultados alcançados na área socioambiental, diminuindo duplicidade e sobreposições. Isso traduz a estratégia governamental de possibilitar uma ação integrada entre as várias políticas públicas, capazes de contribuir e alavancar o desenvolvimento econômico e social das áreas beneficiadas com segurança ambiental (hídrica, alimentar e energética).

Também se observa que a preocupação com a temática da desertificação, antes restrita a alguns poucos especialistas que detinham o conhecimento e estavam diretamente responsáveis pelo assunto, ganhou espaço e passou a ser considerada e apropriada no âmbito de várias políticas públicas e vários fóruns diferentes no terceiro setor (Organizações da Sociedade Civil, empresas privadas, etc.). Nesse aspecto vale destacar que todo o processo de implantação do PCT se norteou pela estratégia de alertar as instituições públicas e privadas, assim como os governos locais (estados e municípios) e sociedade civil, para o avanço da desertificação no território nacional e suas implicações sociais, econômicas, políticas e ambientais. Alcançou-se significativo espaço com esta estratégia. Hoje é possível observar que as preocupações com o tema se fazem presente em vários segmentos políticos, acadêmicos,

sociais e institucionais que trabalham com questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à convivência com a semiaridez nas ASD.

O número de instituições que hoje dialogam com o combate à desertificação desde então cresceu acentuadamente, dentre as quais se podem citar: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, Instituto Nacional do Semiárido - INSA, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Universidade Federal do Ceará - UFC, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Universidade Federal do Cariri - UFCA, Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE etc. – isso sem contar com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS que já atuavam com a questão há anos. O tema também foi incorporado em políticas, programas e ações de vários ministérios, como o Ministério da Integração Nacional (MI), Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento - MAPA, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, Ministério da Educação - MEC, entre outros. Internamente, na estrutura do MMA, o tema centrado na Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR vem dialogando com parceiros como o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC, Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, Agência Nacional de Águas - ANA, Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU especialmente com o Programa Água Doce e as instituições financeiras e de fomento que integram a estratégia referida neste Relatório.

A atualização do conhecimento foi fundamental para o entendimento da extensão do problema. A produção do Atlas das Áreas Suscetíveis à Desertificação reforçou a delimitação do espaço de atuação. O acordo de cooperação técnica firmado entre o MMA e o MCTI por meio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE viabilizou a elaboração do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação - SAP, instrumento previsto pela UNCCD e pelo PAN Brasil para o aprimoramento do conhecimento técnico-científico dos processos de desertificação no Brasil que fornece as bases para o monitoramento, avaliação e prevenção dos efeitos das secas e da desertificação. O SAP consolidou um banco de dados multidisciplinar com informações de geologia, geomorfologia, pedologia, cobertura vegetal, clima, socioeconomia abrangendo as ASD. O Sistema realiza uma interpolação de dados gerando mapas e indicadores que possibilita dimensionar a aplicação dos instrumentos de fomento das políticas públicas, bem como as medidas de mitigação no caso de alertas sendo uma ação estruturante para o planejamento no longo prazo, nas ASD.

Uma preocupação presente em todos os esforços do MMA, está voltada para a construção de

uma institucionalidade que possa ser refletida nas estruturas das organizações que atuam no combate à desertificação, e que possibilitem a continuidade dos trabalhos, seja no campo governamental, seja no campo das organizações sociais. A criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD, órgão colegiado do MMA e instrumento de gestão previsto pela UNCCD, ação que teve o apoio deste PCT, representou um grande passo para o País, pois vem consolidar esta estratégia de disseminação do tema e de construção de parcerias. A CNCD desempenhou um papel fundamental para a formulação do marco legal, a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, uma iniciativa do Senado Federal que tramitava no Congresso Nacional desde 2007, sendo sancionada em julho de 2015. A CNCD e os gestores responsáveis pela temática no âmbito do MMA criaram condições para o aprofundamento das discussões junto ao Parlamento e buscaram adequação, qualificação e atualização do texto do Projeto de Lei nº 2447/2007 que institui a Política Nacional. A criação da CNCD tem impacto de importância no cumprimento da Convenção pelo Brasil, especialmente presente nos artigos 10, 16, 19 entre outros.

Os parceiros da cooperação têm acumulado experiência significativa no apoio à implementação da UNCCD no mundo inteiro e têm a Convenção como marco estratégico para seus programas em países e áreas suscetíveis à desertificação para harmonizar intervenções e buscar maior cooperação em suas ações. Do ponto de vista desta avaliação, a estratégia adotada pelo PCT foi consistente e os resultados alcançados criaram bases mais sólidas para a participação do Brasil no cenário internacional e regional bem como para realização de intercâmbio de experiências e de ações nas mais diversas esferas e escalas.

Buscando obter maior sinergia e complementaridade entre os programas de cooperação para maior efetividade das ações de combate à desertificação na região de abrangência do PAN Brasil, com o apoio deste PCT foram definidas as bases e assinado o *Memorandum of Understanding* (MoU) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, o Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha - BMZ e o Mecanismo Global - MG. Esta ação representou um avanço no campo da cooperação interinstitucional entre a Cooperação e o Governo Brasileiro. O Memorando de Entendimento se alinhou com um dos principais desafios no âmbito da UNCCD que é a coordenação e harmonização dos programas de cooperação financeira e técnica, implementados por agências bi e multilaterais. Priorizou a busca por complementaridades e sinergias entre esses programas, usando a UNCCD como diretriz global e o Plano Nacional de Combate à Desertificação como balizador das intervenções proposta para o país.

Com apoio do PCT, foi desenhada no âmbito Mercado Comum do Sul - MERCOSUL uma estratégia de luta contra a desertificação e mitigação dos efeitos da seca que se inseriu como uma das linhas de ação do Projeto ECONORMAS de apoio ao aprofundamento do processo de integração econômica e ao desenvolvimento sustentável do MERCOSUL. O projeto vem sendo implementado por meio de uma parceria firmada entre o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL no componente Desertificação e Seca com a Comunidade Europeia e tem o IICA como coordenador da execução em comum acordo com os Pontos Focais Nacionais da UNCCD dos quatro países - Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.

O ECONORMAS vem permitindo o alinhamento dos Planos de Ação Nacionais dos países membros do MERCOSUL em atendimento às novas diretrizes da UNCCD no que tange à revisão da implementação da Convenção, revisão dos recursos financeiros, conhecimentos tradicionais e transferência de tecnologia, aperfeiçoamento dos procedimentos de comunicação das informações e da qualidade e formato dos informes nacionais, plano estratégico da UNCCD para o período de 2008/2018. As ações locais estão sendo desenvolvidas no município de Irauçuba/CE, por ser o único a ter uma Política e Plano Municipal de Combate à Desertificação, o que possibilita o desenvolvimento das ações e tratativas sobre bases institucionalizadas, gerando um modelo para replicação nos demais espaços susceptíveis. O Brasil vem liderando as ações a frente da Argentina, Uruguai e Paraguai.

Outra ação do PCT que merece destaque e que se reflete no ambiente da Convenção foi o apoio à iniciativa de elaboração de uma proposta para difusão de boas práticas de convivência com a semiaridez, tendo a língua portuguesa como base do processo de comunicação. Como resultado de uma missão técnica no Brasil com a participação de oito países lusófonos (Angola, Portugal, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Timor Leste, São Tomé e Príncipe) encontra-se em fase de finalização uma Plataforma Lusófona de Cooperação Multilateral para a Sustentabilidade Socioambiental que deverá ser apresentada na oportunidade da Decima Primeira Conferência das Partes - COP11/UNCCD como medida para apoiar a gestão e implementação dos programas da UNCCD nos países membros da Plataforma, promovendo uma melhor coordenação e cooperação técnica e política entre estes, e fortalecendo sua participação nos fóruns da UNCCD.

Buscando ainda aprimorar as ações de combate à desertificação no Brasil, o PCT apoiou tecnicamente a elaboração de projetos que foram aprovados junto ao Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF que serão implementados com apoio do PNUD e da FAO, envolvendo ainda o Estado de Sergipe, Instituto Nacional do Semiárido - INSA, IBAMA e CNCD, focados na linha de Terras Degradadas, Biodiversidade e Manejo Sustentável de Florestas (REDD+). As ações com o PNUD visam o fortalecimento dos processos de licenciamento ambiental que promovam a

sustentabilidade ambiental das atividades produtivas nas ASD. As ações com a FAO estão voltadas para a consolidação de boas práticas de convivência sustentável com a semiaridez através de ações de Manejo Integrado dos Recursos Naturais e Manejo Florestal Sustentável. Os Projetos têm interface com a Convenção e contam com recursos específicos de doação do GEF no valor de US\$ 9 milhões. Ainda como desdobramento das ações do PCT foi implantado um Escritório da FAO para o Nordeste no âmbito da parceria MMA e INSA/MCTI, que será uma base de articulação com os Municípios e Estados. Ainda como desdobramento das ações deste PCT foi aprovado no âmbito da Cooperação Técnica com o IICA o PCT/BRA/IICA/14/001, voltado a implementação do Plano Nacional e Estaduais de Combate à Desertificação e as demandas da UNCCD (Relatórios Nacionais, Estratégia Decenal e Financeira). O Projeto vem fortalecer as ações com o Fundo Nacional de Mudança do Clima e conta com investimentos da ordem de R\$ 9,9 milhões.

No âmbito internacional a capacidade do País de produzir soluções inovadoras para problemas da desertificação reforça seu papel como difusor de experiências inovadoras na prática do desenvolvimento sustentável. O potencial de liderança do Brasil frente aos novos desafios da sustentabilidade, dado seu papel nas negociações internacionais, seu modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável e as boas práticas ambientais replicáveis em outros países emergentes ou em desenvolvimento criaram condições para o desempenho de protagonista nos ambientes da UNCCD.

O PCT privilegiou instrumentos de capacitação e de mobilização para o tema. Neste sentido, o PCT, ampliou bastante a atuação por meio de parcerias que potenciaram resultados. Foram realizados seminários, workshops, oficinas e cursos locais específicos, informação na web, preparação e publicação de material técnico e didático de difusão. Também aportou apoio técnico para a atuação dos pontos focais estaduais, responsáveis pela condução da temática do combate à desertificação nas estruturas dos governos estaduais e sociedade civil. Em particular, com o apoio do Programa, os onze estados intensificaram ações de sensibilização, mobilização, conscientização, construção do conhecimento e intercâmbio de experiências. Observa-se que o objetivo e resultados relacionados ao fortalecimento institucional e das capacidades foram alcançados se medidos pelo número de pessoas capacitadas diretamente ou indiretamente com o apoio técnico e financeiro do PCT. No total foram capacitados mais de 3 (três) mil atores sociais principalmente para a avaliação dos processos de desertificação, produção de dados e multiplicadores para a conscientização sobre a temática.

*As oficinas de trabalho identificaram as dificuldades e potenciais da região, encaminharam propostas de soluções e alternativas sustentáveis para a região de acordo com as diretrizes do PAN Brasil e identificaram parcerias para ações integradas fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Como exemplo a realização do Seminário Nacional de Combate à Desertificação e do I e*

II Encontros Nacionais de Enfrentamento da Desertificação – ENED como marcos para o fortalecimento político-institucional da agenda do combate à desertificação e da implementação do PAN Brasil e dos PAE. A partir dessas iniciativas o MMA pode estabelecer prioridades além de novos pactos voltados para o desenvolvimento de ações integradas, com escala e foco, buscando implantar uma institucionalidade capaz de responder as demandas técnicas e políticas.

Os resultados alcançados com a ação de apoio a projetos comunitários de combate à desertificação foram abrangentes e demonstram o quanto as iniciativas na base podem contribuir para reverter os agentes causadores do processo de desertificação. Concluiu-se que esta é uma fórmula simples e eficaz que pode ser replicada no sentido de se construir uma mudança de percepção pelos agentes públicos do potencial de desenvolvimento das ASD, de valorização de suas riquezas e de enfrentamento de seus desafios. O esforço realizado por meio do PCT demonstra, à luz dos fatos, que há formas de convivência sustentável com a semiaridez capazes de potencializar uma economia local e manter grande parte dos moradores nos sistemas de produção e distribuição de bens e serviços em condições socialmente dignas.

Deve-se mencionar que ainda não foi possível contabilizar o impacto econômico e o nível de melhoria da qualidade de vida da população das ASD, mas é possível observar que as bases para as ações de combate à desertificação foram edificadas e que no médio e longo prazo poderão ser medidas considerando os indicadores de desertificação definidos pela UNCCD e PAN Brasil.

O PCT, através de sua equipe técnica, dos agentes multiplicadores e das várias parcerias firmadas ao longo do processo contribuiu para levar o tema para a agenda política do País, elevar a consciência pública sobre a importância de se combater a desertificação e implantar boas práticas de convivência com a semiaridez.

Pode se afirmar que as várias dimensões do combate à desertificações consideradas pelo PCT contribuíram significativamente para a concretização de políticas públicas, o desenvolvimento de novas capacidades e o fortalecimento das estruturas institucionais que atuam com a temática, além de geração e disseminação de conhecimentos e de boas práticas de convivência que resultam em sustentabilidade ambiental com inclusão social.

## **5.2 BENEFICIÁRIOS**

Este PCT enquanto instrumento de apoio a implementação de ações do PAN Brasil teve como protagonistas diversos segmentos atuantes nas ASD e sujeitos sociais afetados diretamente. Indiretamente as equipes técnicas dos governos federal e estaduais e instituições parceiras envolvidas neste processo também foram beneficiárias.



Os estudos e projetos permitiram avançar no processo de implementação do PAN Brasil. O PCT desenvolveu atividades buscando promover a conscientização e sensibilização pública para problemas ambientais associados ao processo da desertificação. As capacitações especialmente orientadas para grupos específicos contribuíram para o fortalecimento institucional, a melhoria do planejamento e gerenciamento, a adoção e/ou difusão de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis no contexto das ASD. As ações possibilitaram a formação de quadros técnicos e equipe multidisciplinares nos estados envolvidos voltada para o desenvolvimento de estudos e a troca de informação sobre a questão da desertificação propiciando a necessária articulação e interação com instituições e especialistas para combinação de esforços evitando a superposição de ações e dispêndios de recursos humanos e financeiros.

Essas experiências e práticas partem da constatação de que as populações das ASD respeitaram limites e potencialidades de seus ambientes naturais e humanos, e definiram padrões específicos de usos dos recursos naturais e socioeconômicos. Esses padrões têm como elemento comum o manejo sustentável dos recursos naturais (principalmente o solo e a água), a valorização dos conhecimentos tradicionais.

A necessária articulação metodológica entre os aspectos científicos, técnicos e os conhecimentos práticos e tradicionais emergentes da sociedade civil foi um grande desafio para o PCT, nem sempre superado. Ainda assim, nesse universo, uma gama de indivíduos e instituições governamentais e não-governamentais, tanto da esfera federal quanto da estadual e local, estiveram envolvidas, contribuindo com o combate à desertificação.

O fortalecimento institucional implica em um esforço criativo para apoiar e valorizar institucionalidades que sejam capazes de atender as demandas das comunidades afetadas. Isto significa, na linha do que é estabelecido pela Convenção, fortalecer os “atores relevantes”, criando condições para ampliar suas capacidades nas áreas de conhecimento técnico, execução e gestão de iniciativas orientadas para o combate à desertificação e mitigação dos efeitos das secas.

Apoiando ações de segurança alimentar, energética e hídrica de famílias rurais com projetos de inclusão produtiva de uso sustentável dos recursos naturais e prevenção da degradação é possível afirmar que houve impactos diretos na reversão do processo de degradação da terra, apresentando alternativas econômicas adaptadas à realidade das zonas semiáridas em um cenário de mudanças climáticas. Pode-se afirmar que os resultados do Projeto impactaram diretamente 30 mil hectares em áreas de produção sustentável e 350 mil hectares indiretos, envolvendo aproximadamente 20 mil famílias.

Ressalta-se que o Programa buscou fortalecer a cooperação existente na conservação e gerenciamento de terras semiáridas, entre instituições governamentais e não governamentais, em nível nacional, regional e internacional. Esta cooperação assegurou um intercâmbio de experiências técnicas em combate à desertificação e gestão sustentável.

### **5.2.1 A Participação dos Beneficiários na Implementação do Projeto**

De acordo com a UNCCD as ações de combate a desertificação devem ser implementadas em um processo onde todos, governos e sociedade, compartilham vivências, conhecimentos, obrigações e responsabilidades. Em consonância com a diretriz do Ministério do Meio Ambiente para que as políticas públicas sejam implementadas de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade, o PCT, buscou estratégias de articulação com parceiros na formulação e na implementação das ações propostas, principalmente considerando as demandas de governos locais e da sociedade, e, portanto, o pressuposto da democracia participativa. Cada estado demanda iniciativas e comportamentos diferenciados que se estabelecem na medida em que há a assimilação dessa diversidade pelos atores envolvidos.

As ações de mobilização de instituições e comunidades promoveram resultados importantes no sentido de sensibilizar um número significativo de atores quanto à necessidade de direcionar recursos de programas estaduais para as comunidades atendidas. Isto atende a demandas recorrentes, principalmente quanto à necessidade de avançar das ações emergenciais contra os efeitos da seca ou das enchentes para ações duradouras, que integrem as diversas áreas de atuação do Poder Público e dos diferentes grupos sociais.

A atuação dos mais variados atores sociais na execução do PCT deu-se de forma compartilhada e participativa. A construção de pactos envolvendo esses atores buscou o estabelecimento das bases para o combate à desertificação no país. Pode se afirmar que a maior representatividade dos beneficiários nas ações do PCT se concentrou fundamentalmente no processo de elaboração participativa dos PAEs dos onze estados das ASD, cuja metodologia demandou a realização de oficinas de trabalho, seminários e encontros estaduais. Além disso, destaca-se uma grande presença nas iniciativas de caráter nacional que previam discussão das políticas públicas, formalização de pactos e geração de diretrizes para a política nacional, tais como o Seminário Nacional de Combate à Desertificação e os Encontro Nacionais para o Enfrentamento da Desertificação.

### **5.3 IMPREVISTOS POSITIVOS E NEGATIVOS QUE AFETARAM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO**

Para a SEDR/MMA, enquanto instituição nacional executora do Projeto, a transversalidade do tema do combate à desertificação sempre exigiu uma gestão pública compartilhada, a integração de esforços e estratégias que permitissem harmonizar e complementar as ações preconizadas pela UNCCD e PAN Brasil, especificamente, em temas voltados para a melhoria das condições ambientais e convivência com a semiaridez nas ASD.

Para que se possa ter uma dimensão correta do nível de execução do PCT é necessário considerar que alguns fatores externos influenciaram o atraso no desenvolvimento e cumprimento dos cronogramas de execução do Projeto ao longo do período de sua implementação. Lembrando que a execução do projeto se iniciou em janeiro de 2006 e foi finalizado, com as devidas e justificadas prorrogações, em dezembro de 2014. Assim, neste cenário, fatores limitantes do andamento do Projeto a destacar estão relacionados com questões institucionais como a de mudança de gestores e, em alguns momentos, ao contingenciamento de recursos. Vale destacar que no decorrer de 2007 houve um atraso maior na execução das atividades previstas pelo PCT em decorrência do processo de reestruturação do MMA. Com as alterações regimentais efetuadas no âmbito do MMA, a Coordenação Técnica de Combate à Desertificação - CTC (atual Departamento de Combate à Desertificação), responsável pela condução do tema do combate à desertificação e pelo PCT, foi deslocada da instância da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU para a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR. Como resultado dessas alterações estruturais, a instituição executora original do projeto que era a SRH/MMA passou a ser a SEDR/MMA e, conforme publicado no Diário Oficial da União, em 12 de julho de 2007, Seção 2, Portaria nº 407, art.1º, o diretor nacional do PCT passou a ser o Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/MMA. Este processo de deslocamento da CTC no contexto da reestruturação do MMA se prolongou por um tempo maior do que o previsto gerando dificuldades e atrasos no cronograma de execução do PCT. Ressalta-se que o atraso na redefinição da diretoria do PCT nos processos de mudanças de governo; a morosidade nos processos decisórios no âmbito interno das instituições envolvidas e as constantes alterações na estruturas político administrativas dos governos estaduais forma fatores limitantes da execução do PCT.

Pode-se citar como um dos exemplos limitante do andamento das ações do PCT a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebraram o MMA, por intermédio da SEDR/MMA, e o MCTI para a consolidação e expansão do SAP no âmbito do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, Resultado 1.8. Este Acordo representou um avanço no

fortalecimento das relações institucionais para o cumprimento da agenda nacional de combate à desertificação, porém o tempo para formalização deste instrumento internamente, nos dois ministérios (MMA e MCTI), foi muito longo e isto acabou comprometendo impactando na execução do cronograma do Projeto. Outro exemplo a ser citado está relacionado ao Resultado 2.3 ao processo de elaboração dos PAEs em alguns estados foi prejudicado em função de questões políticas, especialmente pelas mudanças na gestão da instância responsável pela elaboração do Programa Estadual comprometeram a finalização do documento no prazo previsto. Neste caso, o Estado do Espírito Santo pode ser citado considerando que elaborou apenas a proposta para o documento interinstitucional do Programa de Ação Estadual de Prevenção e Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca do Estado do Espírito Santo - PAE/ES que, por questões já mencionadas, não atingiu a fase de conclusão e publicação do mesmo.

No entanto, considerando que problemas institucionais não podem se transformar em empecilhos para a condução de um projeto e, atendendo à recomendação do PAN Brasil de que as ações de controle e de combate à desertificação devem ser integradas e articuladas com os mais diversos atores que atuam com a temática, a Instituição Nacional Executora buscou alternativas para o cumprimento das metas programadas.

Nesse contexto, atenta aos aspectos qualitativos que envolvem o desenvolvimento de um PCT, a direção nacional do PCT buscou formalizar e ampliar parcerias de modo a contar com o aporte dos organismos de cooperação internacional (tanto do IICA quanto de outros organismos), dos Estados, de outros órgãos federais, de instituições financeiras e envolvendo os mais diversos segmentos da sociedade para a efetivação dos resultados. Analisando os excelentes resultados gerados, observa-se que graças ao fundamental apoio dos parceiros foi possível concretizar ações importantes previstas no PCT e ir adiante desencadeando outras ações. O grau de alcance dos objetivos imediatos do projeto pode ser constatado no presente Relatório.

Dentre os pontos positivos é também importante destacar que mesmo com as dificuldades relatadas os estados cumpriram as etapas de finalização dos documentos dos PAEs. Ainda neste viés a importância do apoio do IICA para o fechamento dos PAEs dos onze estados e da GTZ, especialmente nos processos de definição de metodologias e de capacitação de representantes dos governos estaduais e sociedade civil, contribuiu diretamente para o atendimento dos compromissos firmados pelo Brasil junto à UNCCD. Se pode afirmar que os programas de combate à desertificação dos estados (PAEs) favorecem a ideia de uma estrutura descentralizada e ágil de funcionamento, embora a inserção operativa dos programas seja ainda dificultada pela falta de recursos e assistência técnica adequada.

Outro ponto positivo a ressaltar foi o apoio do Projeto às ações da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD em relação aos encaminhamentos junto à Convenção. Nesta linha

vale destacar a participação da CNCD na iniciativa de alinhamento dos Programas e Ações Brasileiras para o combate à desertificação aos objetivos estratégicos do Plano Decenal para melhorar a aplicação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (2008 – 2018). Essa iniciativa deu-se no âmbito da cooperação entre o MERCOSUL e a União Europeia, com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, e deverá fornecer subsídios para a convergência dos Planos de Ação Nacionais dos países membros do MERCOSUL (Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina). A CNCD contribuiu, nesta lógica, para a identificação das prioridades nacionais de desenvolvimento, no planejamento e orçamentos e nas ações setoriais e nacionais subsidiando as posições do governo brasileiro nos ambientes da Convenção.

No entanto, entende-se que o papel da cooperação técnica é estimular, fortalecer e criar condições para que as instituições nacionais, fortalecidas e com as institucionalidades necessárias, assumam tarefas permanentes. E neste sentido a contribuição do PCT foi relevante por ter viabilizado estudos, levantado e implementado experiências pilotos de boas práticas de convivência com a semiáridade, criado subsídios para conclusão de importantes documentos contendo diretrizes para políticas públicas de combate à desertificação no âmbito dos estados das ASD, por ter apoiado ações para que o problema fosse inserido na agenda dos Estados e do País, pelas ações de fortalecimento das capacidades técnicas locais.

Além disso, o PCT gerou subsídios para a construção das bases para uma Estratégia de Implementação do PAN Brasil e dos PAEs. Foi definida uma Estratégia Financeira Integrada que resultou em investimentos em programa e projetos para as ASD no valor de R\$ 100 milhões, valor este registrado somente no período de 2012-2014 que coincide com a execução final do PCT. Essa iniciativa estabeleceu ações estruturantes com instrumentos de fomento, definindo espaços permanentes de apoio a programas e projetos. No escopo da Convenção o Fundo Clima é parte integrante da Estratégia Financeira Integrada - EFI do PAN Brasil, compromisso afirmado pelo Ministro do Meio Ambiente.

Deve-se registrar-se a que seria de grande importância uma maior presença da ABC no processo de acompanhamento do Projeto, de cuja expertise se privaram os gestores do PCT. Certamente, um acompanhamento da ABC mais próximo do cotidiano do Projeto e de seus resultados *in loco* teria contribuído para efetivar processos e minimizar obstáculos.

Outro destaque positivo refere-se ao vínculo direto da gestão do PCT com a SEDR/MMA, especialmente com o Departamento de Combate à Desertificação responsável direto pela execução PCT. Tal fato respaldou tecnicamente as decisões gerenciais estratégicas, assegurou prestígio

institucional e emprestou visibilidade à cooperação técnica com o IICA. Além do mais, o referido vínculo direto de gestão do PCT foi crucial para que se adotassem medidas ágeis e oportunas.

#### **5.4 ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DE AÇÃO ADOTADA**

De um modo geral, a estratégia foi montada em três grandes linhas de ação:

- o aprimoramento do conhecimento sobre a situação e os processos de desertificação e de ocorrência de secas nas ASD e de tecnologias de prevenção, controle, mitigação e combate à desertificação;
- o estabelecimento de mecanismos para a concepção, criação e revisão de políticas de desenvolvimento sustentável para as ASD, criando e fortalecendo institucionalidades para o combate à desertificação;
- o estabelecimento de mecanismos para o fortalecimento da capacidade técnico-operacional das instituições e entidades que atuam na área, no âmbito federal, estadual, municipal e da sociedade civil, incrementando o uso e a difusão dos conhecimentos gerais, técnicos e das práticas de manejo sustentável dos recursos naturais.

A estratégia do PCT, numa primeira etapa, esteve focada em aprofundar o grau de conhecimento sobre a situação e os processos de desertificação nas ASD de modo a melhor delimitar a área de atuação e definir tecnologias capazes de apresentar alternativas de combate à desertificação, com inclusão social, promovendo o desenvolvimento local com sustentabilidade ambiental. O conhecimento sobre o problema da desertificação no início da execução do PCT ainda era precário e, em muitas situações, nem mesmo as populações mais diretamente afetadas pelo processo tinham clareza sobre a problemática e até mesmo de como associar a dinâmica da vida cotidiana com ações efetivas de combate a desertificação. A atualização do conhecimento foi fundamental para o entendimento da extensão do problema.

Numa segunda etapa e de forma complementar, o PCT priorizou ações com vistas à criação e ao fortalecimento de institucionalidades. A estratégia adotada buscou atuar junto ao setor público e à sociedade civil visando inserir o tema do combate à desertificação na agenda destes setores e segmentos. Esta situação, muito acentuada na fase inicial da execução do PCT, direcionou as ações para que fossem construídas as articulações necessárias entre os diversos atores que atuavam nas ASD. Foram formalizadas parcerias e estabelecida uma identidade entre os estados das ASD, levando em conta a diversidade e explorando as possíveis sinergias para o estabelecimento de mecanismos para a concepção de políticas públicas de desenvolvimento sustentável para as ASD. As ações desta etapa que resultaram na institucionalização do tema impulsionaram a elaboração dos PAEs nos 11

estados, geraram mecanismos para a criação da CNCD, forneceram elementos para o desenho da Política Nacional de Combate à Desertificação e impulsionaram um maior protagonismo do País no âmbito da UNCCD.

Como terceira etapa, também complementar, foram também estabelecidos mecanismos para o aprimoramento das capacidades dos atores sociais envolvidos na implementação do PAN Brasil, reforçando o processo de gestão participativa, mobilizando a população afetada e difundindo conhecimentos e práticas de manejo sustentável dos recursos naturais nas ASD. O PCT privilegiou instrumentos de capacitação e de mobilização e na produção e troca de conhecimentos capazes de sensibilizar e habilitar os demais parceiros para a condução das iniciativas de combate à desertificação em temas voltados principalmente para a melhoria das condições socioambientais nas ASD, a convivência com a semiaridez, o uso energético sustentável da biomassa florestal e o acesso e a melhoria da quantidade e qualidade das águas para os usos múltiplos.

Os esforços de atuação foram centrados em implementar estratégias que visassem, prioritariamente, ao desenvolvimento de metodologias e projetos com o intuito de mobilizar o poder público, informar sobre experiências realizadas, orientando a implementação do PAN Brasil, a elaboração dos PAEs e gerando subsídios para as decisões nos vários níveis de gestão dos processos de combate à desertificação.

Na prática, os avanços decorrentes de cada atividade do PCT produziram novos conhecimentos e informações que alimentaram a gestão das ações integradas, convertendo-se em permanente fonte de novos aprendizados. Assim sendo foi possível gerar dinâmicas e experiências que buscaram respeitar as particularidades e as especificidades de cada local, possibilitando que as próprias comunidades com suas iniciativas de convivência sustentável com a semiaridez pudessem contribuir para reverter os agentes causadores do processo de desertificação. Dessa forma, as linhas de ação se integraram e se complementaram potencializando os resultados do PCT, além de congregar estratégias que permitiram harmonizar e complementar as ações preconizadas pelo PAN Brasil e PAEs.

Para a Instituição Nacional Executora a urgência do tema exigia promover a intersetorialidade e a sinergia entre diferentes áreas buscando a efetividade e complementaridade de programas e ações voltados para as ASD. Assim, considerando a transversalidade do tema desertificação e atendendo aos princípios da UNCCD e recomendações do PAN Brasil, no plano operacional a implementação do PCT ocorreu de forma integrada e articulada com os mais diversos atores sociais afetos à questão. Buscou canalizar esforços para fortalecer e ampliar parcerias com instituições públicas federais, estaduais e municipais, de organismos de cooperação internacional e da sociedade civil para a construção conjunta de soluções eficazes e sustentáveis no âmbito da proposta de prevenção, controle e combate à

desertificação. A necessidade de uma abordagem multidisciplinar e integradora das diversas dimensões da realidade, como a ambiental, a econômica, a sociocultural, a científico-tecnológica e a político-institucional demandou parcerias com atores chave no cenário nacional, regional, internacional e local e que pudessem apoiar e, principalmente, potencializar os resultados do Projeto.

## **5.5 AÇÕES PARA AMENIZAR O DISTANCIAMENTO ENTRE O PLANEJADO E O EXECUTADO**

A dinâmica da execução do PCT foi afetada principalmente por fatores externos relacionados às mudanças político-administrativas efetuadas no âmbito do governo federal e conseqüentemente na estrutura do MMA nas quais os novos decisores necessitam de tempo para uma compreensão integrada de todo o ciclo do Projeto. Neste caso, tentando evitar lacunas maiores a Coordenação do PCT buscou alternativas para minimizar o impacto na execução do cronograma pré-definido formalizando e ampliando parcerias de modo a contar com o aporte dos organismos de cooperação internacional, dos Estados, de outros órgãos federais e o apoio da sociedade civil para a efetivação dos produtos previstos pelo Projeto.

Analisando os produtos gerados, observa-se que graças ao apoio dos parceiros foi possível avançar e concretizar ações importantes previstas no PCT desta forma amenizando o distanciamento entre o planejado e o executado. Cabe destacar que as quatro revisões realizadas no PCT foram fundamentais para ajustar produtos, orçamento e prazos não comprometendo sua essência. Merece, também, mencionar que o PCT alcançou um índice de execução global da ordem de 99,83%.

Favoreceu a gestão, de certo modo, o fato de que o PCT concentrou a aplicação de seus recursos em contratos por resultados e serviços (Objeto de Gasto Maior 8, segundo o plano de contas do IICA) fato que criou uma rotina de administração que se consolidou ao longo do período de execução do PCT.

Merece registro a grande afinidade existente entre o IICA e o MMA no processo de tomadas de decisões. Foram muito intensas e frequentes as reuniões da Coordenação Executiva enquanto instância técnico-operacional do PCT, prevista no art. 10 do Ajuste Complementar, de que fizeram parte: um representante do MMA na condição de Diretor Nacional do PCT e Ordenador de Despesas e um empregado do quadro do IICA para atuar como supervisor do Projeto.

Deve se ressaltar que cabe à Coordenação Executiva várias atribuições, com destaque para a coordenação da execução do PCT, a coordenação e supervisão da equipe técnica e das entidades contratadas para executar as ações previstas no âmbito do Projeto. A elaboração articulada de documentos e termos de referência para a contratação de consultorias deu agilidade e evitou embaraços ao longo do processo.



Nestas condições, uma apreciação mais analítica, como a colocada neste relatório, leva à conclusão de que apesar de alguns entraves para o cumprimento de todas as metas definidas, o Programa foi exitoso realizando muito além da parte substancial prevista pelo PCT em relação à análise da importância do tema e da situação vigente no País.

## **5.6 ADEQUABILIDADE DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

O tempo programado para a execução do PCT sempre teve atrelado à disponibilidade dos recursos e ao volume de produtos previstos. O cronograma foi adequado ao nível de intensidade e complexidade do PCT, conforme justificado nas revisões.

## **5.7 ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E NÃO-FINANCEIROS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DO PROJETO**

Com relação aos recursos financeiros, cabe remissão aos comentários do item 5.5 anterior.

Considerando o desenho do PCT grande parte dos recursos foram destinados a consultorias de pessoas físicas e jurídicas. Como já referido, este item mobilizou quase a totalidade dos recursos do Projeto.

Nesse sentido, foram cumpridas todas as normas de contratação previstas na legislação vigente.

## **5.8 UMA VISÃO DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL**

O objetivo principal deste instrumento de cooperação é apoiar a implementação do PAN Brasil que tem como foco o desenvolvimento sustentável nas ASD e esta é uma tarefa complexa que exige arranjos multisetoriais e multiinstitucionais além da ampliação de acordos sociais. Ao longo do processo de implementação do PCT a Instituição Nacional Executora buscou dialogar, firmar e consolidar parcerias visando ao aumento sustentável da capacidade produtiva e à diminuição das desigualdades sociais e da pobreza nas ASD. Apesar das normais dificuldades de comunicação e interação entre os atores dos diversos segmentos da sociedade, os ganhos obtidos foram significativos. A construção de uma rede de colaboradores nas diversas esferas da sociedade, que compartilharam vivências, conhecimentos, obrigações e responsabilidades foi, sem dúvida, a fórmula mais eficaz seguida pelo PCT para implementar as ações do PAN Brasil previstas neste instrumento de cooperação.

Nesse contexto, se pode afirmar que as parcerias entre a SEDR/MMA com entidades governamentais e não governamentais no âmbito federal, estadual, municipal e territorial, e a imprescindível participação dos organismos de cooperação contribuíram significativamente para o

desenvolvimento deste PCT. Dentre as inúmeras articulações, à parte do modelo de gestão já comentado, cabe destacar aquelas que afetaram diretamente a execução do PCT, com maior ou menor intensidade:

a) **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA:**

- **Fundo Nacional de Mudanças Climáticas - FNMC:** Ação estruturada para utilização de recursos do fundo em apoio a projetos para implementação considerados nos PAES. O Fundo Clima é o principal instrumento de fomento para difusão de iniciativas de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças do clima, nas áreas susceptíveis a desertificação. O Fundo funciona como um indutor da implementação dos Programas Estaduais de Combate a Desertificação, apoiando projetos estratégicos definidos nesse contexto em ações articuladas pelos governos locais e a sociedade.
- **Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA:** em parceria com o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica e parceria com Projetos estruturantes para o combate da desertificação com ações de manejo florestal comunitário e de eficiência energética com empresas cerâmicas e de produção de gesso nos polos estratégicos de Jaguaribe, Araripe e Sergipe, além de ações para promover segurança energética sustentável com famílias rurais.
- **Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (DRB/SRHU):** Ações em conjunto buscando integrar esforços e congrega estratégias para harmonizar e complementar as ações preconizadas pelo PAN Brasil, PAEs e o Programa Água Doce - PAD, especificamente, em temas voltados para a melhoria das condições socioambientais, a convivência com a semiáridade, o acesso e a melhoria da quantidade e qualidade das águas para os usos múltiplos. O PAD visa estabelecer uma política pública permanente de acesso à água de qualidade para o consumo humano por meio do aproveitamento sustentável de águas subterrâneas, incorporando cuidados ambientais e sociais na gestão de sistemas de dessalinização. Busca atender, prioritariamente, localidades rurais difusas do Semiárido brasileiro.

b) **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI:**

- **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE):** desenvolveu em parceria com o MMA o Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação - SAP, iniciativa impulsionada pela necessidade de se desenvolver um sistema capaz de alertar sobre desastres climáticos, como secas prolongadas e acompanhar os processos de degradação ambiental, em regiões já fragilizadas ambientalmente, como é o caso das ASD. O Sistema realiza uma interpolação de dados gerando mapas e indicadores que possibilita dimensionar a aplicação dos instrumentos

de fomento das políticas públicas, bem como as medidas de mitigação no caso de alertas. Sendo assim, é considerado como uma ação estruturante para o planejamento no longo prazo. O sistema busca atender também a uma determinação da UNCCD como reforço as ações de prevenção à seca e à desertificação e com informações para os tomadores de decisão, para que eles criem mecanismos para reduzir os efeitos danosos daquele processo.

- **Instituto Nacional do Semiárido (INSA):** credenciado junto a UNCCD como Correspondente Científico coordena iniciativas de difusão de tecnologias de convivência com a semiaridez e combate à desertificação e a Rede Desertificação que foi criada por Portaria Interministerial (MMA/MCTI). A rede representa um esforço que vem permitindo definir o lócus institucional do Correspondente Científico da UNCCD, base organizada de conhecimento, fundamental para as deliberações do Ponto Focal Técnico Nacional.

c) **MINISTÉRIOS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, INTEGRAÇÃO NACIONAL, MINAS E ENERGIA E CIÊNCIA E TECNOLOGIA:** implantação de programas e projetos para promover o combate à desertificação com inclusão social, desenvolvimento local e sustentabilidade ambiental. As estratégias de combate à pobreza vêm se concretizando através de ações estratégicas, por exemplo, como as previstas no Plano Brasil sem Miséria, na linha de trabalho Inclusão Produtiva, que promove: assistência técnica e fomento, o programa Água para Todos que promove a instalação de cisternas, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, ademais de ações emergenciais de enfrentamento dos efeitos da seca no semiárido, como a construção de cisternas, recuperação de poços, antecipação do pagamento do Programa Garantia Safra, agilização de linhas de crédito facilitado, a venda subsidiada de milho para alimentação animal e o Programa Bolsa Estiagem para os agricultores não beneficiados pelo Garantia Safra.

d) **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC:** Parceria nas ações de capacitação destacando a realização da Série “Combate à desertificação: um desafio para a escola” Especial sobre o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação” no âmbito do Programa Salto para o Futuro da TV Escola, um programa de Educação à Distância produzido pela TVE Brasil, que teve como proposta difundir e diferenciar os conceitos de desertificação, arenização, savanização e desertos; discutir as principais causas da desertificação e os meios de combater o processo; valorizar as pluralidades das ASD; trabalhar com a educação contextualizada.

e) **MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI:** apoiou a elaboração de subsídios para o aprimoramento do conhecimento sobre a situação dos processos de desertificação e de ocorrência de secas nas ASD; firmou um PCT com o IICA visando o “Desenvolvimento de ações de combate à

desertificação e de estímulo à conservação, preservação e recuperação dos recursos naturais na Região Semiárida do Brasil”; junto com o MMA inseriram no Programa Proágua Nacional um subcomponente específico para ações de combate à desertificação intitulado Proágua Semiárido Antidesertificação; ações articuladas nos programas 4 e 5 do PPA 2012 -2015 (Conservação de Recursos Hídricos e Oferta de Água), os quais incluem o MI, ANA, CODEVASF, DNOCS, MDS, revitalização de sub-bacias e qualificação de atores sociais que participaram do processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de implantação do Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH).

- **Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS):** por meio de um instrumento de cooperação executado com o ICA e a parceria do INPE/MCTI apoiou a elaboração do ZEE do Núcleo de Desertificação de Gilbués/PI gerando cenários da situação do Núcleo Original de Desertificação de Gilbués, um estudo de caso dos municípios de Gilbués e Monte Alegre como base de conhecimento importante para a implementação do PAN Brasil.
- **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf):** integra a Comissão Nacional de Combate à Desertificação e realiza trabalhos de contenção de processos erosivos e de revitalização do meio ambiente com destaque para o Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas. Com esse programa, a Companhia empreende práticas conservacionistas de controle de processos erosivos e recuperação de áreas degradadas.

f) SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE e o MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME: ações que apresentam alternativas de sustentabilidade na matriz energética. As iniciativas focam na melhoria tecnológica para eficiência energética das indústrias cerâmicas e gesseiras, na promoção do manejo florestal da Caatinga e Cerrado, na diversificação de fontes renováveis, e na elaboração de ações para segurança energética familiar com fogões ecológicos.

g) GOVERNOS DOS ESTADOS das ASD: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo engajados nos processos de elaboração e de implementação dos PAEs; integram a CNCD.

h) GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ: em parceria com o MMA e o apoio do MAPA criou o Núcleo de Pesquisa de Recuperação de Áreas Degradadas e Combate à Desertificação (Nuperade), na região do chamado Núcleo de Desertificação de Gilbués que agrupa 15 municípios que compõem uma das maiores áreas contínuas desertificadas do país. A unidade demonstrativa, que fica na parte mais atingida pela erosão, tem o objetivo de permitir aos pesquisadores o desenvolvimento de experiências para recuperar o solo. As atividades são desenvolvidas em caráter experimental e poderão ser

aplicadas em outros Estados.

i) **ARTICULAÇÃO PARA O SEMIÁRIDO - ASA:** primeira rede da sociedade civil credenciada junto a UNCCD que atua, principalmente, com apoio do governo federal, na implantação e desenvolvimento de tecnologias adaptadas às condições de semiaridez, destacando o Programa Um Milhão de Cisternas – P1MC que tem como meta fornecer água de beber limpa e segura para um milhão de famílias (cinco milhões de pessoas), chamada de “primeira água”, a água para consumo.

j) **AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ALEMÃ - GTZ:** apoiou a elaboração de estudos para geração do mapa atualizado da desertificação no país e a publicação do Atlas das ASD do Brasil; apoiou o processo de elaboração dos PAEs tanto na definição de metodologia quanto na capacitação de atores chave para a qualificação do processo; participou do processo de criação do Fundo de Apoio a Iniciativas Locais de Combate à Desertificação e do monitoramento e avaliação das experiências exitosas implementadas.

k) **SERVIÇO ALEMÃO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E SOCIAL - DED:** apoiou a participação da sociedade civil nos processos de elaboração dos PAEs, apoiou a implementação de iniciativas comunitárias de combate à desertificação; realizou atividades de capacitação para captação de água de chuva e educação contextualizada, participou do processo de definição da metodologia do SNCD e do IENED.

l) **PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD:** organismo de cooperação que integrou o MoU para apoio técnico à implementação do PAN Brasil e apoiou ações de implementação dos PAEs. Além disso, deu apoio às ações no âmbito das intervenções junto aos países lusofônicos que integram a UNCCD e incorporou no Projeto do PNUD, junto ao GEF, as demandas para superação das fragilidades institucionais para as ações de licenciamento que provocam processos de desertificação visando a sustentabilidade nos empreendimentos implantados nas ASD.

m) **FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - Unicef:** em sintonia com o Pacto e com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, criou o Selo UNICEF Município Aprovado. Essa iniciativa mobilizou e estimulou municípios do Semiárido brasileiro a promoverem melhorias na qualidade de vida de crianças e adolescentes da região. Participou da COP8-UNCCD apresentando o “Pacto Nacional Um mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido Brasileiro”, uma iniciativa voltada para a redução de desigualdades e com objetivo de fazer com que cada criança e adolescente do Semiárido tenham seus direitos respeitados, protegidos e garantidos no marco dos objetivos do milênio, dos Planos Plurianuais e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Todas essas parcerias foram fomentadas na medida em que o combate à desertificação exige

condições essenciais para a atuação das instituições citadas. Trata-se de viabilizar a intersectorialidade das políticas públicas na área foco. O PAN Brasil, nesses casos, foi indiscutivelmente o fator de aceleração da integração de iniciativas públicas, de programas sociais e de ações para as ASD.

## **5.9 SUGESTÕES DE MONITORAMENTO E DOCUMENTAÇÃO MAIS EFICAZES**

Nos últimos anos o IICA tem desenvolvido esforços para compartilhar resultados obtidos no âmbito dos PCTs. As experiências exitosas geradas com o apoio técnico da cooperação internacional levaram o IICA a criar uma sistemática de promoção de reuniões técnicas anuais de intercâmbio entre os projetos em que os resultados mais expressivos são apresentados e discutidos, desde o ponto de vista da entidade executora nacional até beneficiários das bases. A iniciativa tem como objetivo principal divulgar resultados, intercambiar informações e articular ações de cooperação horizontal, com foco na integração de políticas públicas.

Na avaliação do MMA, os resultados são muito positivos e, em alguns casos, os eventos contam com a presença de representantes da ABC, Controladoria Geral da União–CGU, de outros estados membros que participam da composição político-institucional do IICA e que muito contribuem para esclarecimentos em relação à legislação pertinente à cooperação, ao cumprimento de metas pelos PCTs, a possibilidades de novos instrumentos de cooperação, entre outros. Na prática, trata-se de uma ação de monitoramento do PCT na medida em que os debates promovidos e os exemplos explorados contribuem para promover ajustes e complementação de esforços entre PCTs. Esse é um esforço de monitoramento que cabe ser intensificado pelos expressivos resultados alcançados.

De outra parte, o Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos - SIGAP adotado pela ABC, possibilitou a organização de informações sobre o PCTs. Do ponto de vista gerencial e pelo pouco prazo de uso por este PCT, ainda não se transformou num efetivo instrumento de tomada de decisões gerenciais oportunas. Certamente alcançará esse estágio, em breve.

Vale destacar a importância da presença e participação da ABC nos locais onde se desenrolam atividades do PCT, pois por maiores e melhores que sejam os conhecimentos da Agência sobre o Projeto, é indiscutível que o confronto com a realidade de execução de cada projeto, em nível de campo, aperfeiçoa as visões e aproxima as decisões da realidade.

## **5.10 SUSTENTABILIDADE**

Do ponto de vista orçamentário e financeiro, com as ressalvas já comentadas, pode-se afirmar que a alocação de recursos foi oportuna e suficiente não se registrando fatos, nesse aspecto, que

comprometessem a execução do PCT.

No plano técnico, a cooperação oportunizou o pronto provimento de especialistas (pessoas físicas e jurídicas) para dar suporte à execução de produtos preconizados no PCT.

No âmbito normativo, a estabilidade do arcabouço de normas ofereceu a segurança necessária para que os atos de natureza técnica, gerencial e administrativa não comprometessem a execução do PCT.

Assim sendo, nos aspectos comentados não foi necessária a adoção de medidas extraordinárias para garantir a sustentabilidade do Projeto. Empregaram-se medidas rotineiras próprias da gestão de projetos e contumazes em relação à prática do MMA.

Quanto à adoção de medidas para aumentar o impacto do projeto, vale destacar que foi celebrado um novo acordo de cooperação técnica com o IICA que não só evidenciará alguns resultados alcançados neste PCT como aperfeiçoará e qualificará ações para que respondam ao crescente desafio das mudanças climáticas e a necessidade de alinhar a agenda nacional à estratégia decenal proposta pela UNCCD, uma vez que, torna-se uma tarefa cada vez mais desafiadora e complexa. Além disso, o PCT apoiou ações que resultaram em novos projetos de cooperação com outros organismos como o PNUD e a FAO e trouxeram novos parceiros para o tema envolvendo instrumentos de fomento e financeiros que juntos somaram para a estruturação de uma estratégia financeira de apoio a implementação dos PAEs e de consolidação do PAN Brasil.

## **6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

As áreas suscetíveis à desertificação do planeta representam 41,3% da área da superfície terrestre e abrigam 34,7% da população mundial.<sup>1</sup> As populações concentradas nesta região chamada de terras secas (drylands) estão entre as mais pobres do planeta com índice de desenvolvimento humano muito abaixo dos padrões estabelecidos pela Organização das Nações Unidas – ONU. Os países desenvolvidos e as regiões prósperas dos países pobres também são afetados pela desertificação, diretamente, por possuírem áreas caracterizadas por climas secos e indiretamente pela demanda acarretada por processos migratórios oriundos das regiões atingidas.

Os sintomas básicos da degradação das terras secas são os desequilíbrios entre as relações sociais e os ecossistemas naturais dos quais dependem. A degradação das terras secas leva à redução de sua capacidade de produção e gera sérios problemas econômicos, particularmente no setor agrícola,

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.millenniumassessment.org/documents/document.355.aspx.pdf>>. Acesso em 22/05/2015.

com o comprometimento da produção de alimentos. Boa parte da produção mundial de alimentos provém dessas regiões. A demanda pela expansão da fronteira agrícola e as práticas correntes do uso e de exploração das terras potencialmente secas esgotam o solo, colocando grande parte desta área fora de produção.

No Brasil, o conjunto das Áreas Susceptíveis à Desertificação - ASD é compreendida pelos nove estados do Nordeste, o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Este espaço territorial de 1.340,863 Km<sup>2</sup>, equivale a 15,72% do território brasileiro. Nestas áreas vive uma população aproximada de 35 milhões de habitantes (17% da população brasileira) distribuídas em 1488 municípios (27% do total de municípios brasileiros). Habitam este espaço 85% dos cidadãos considerados pobres do país.

As condições ambientais das ASD constituem um potencial de risco à desertificação. O caminho para minimizar o problema da desertificação é o da implantação de políticas de caráter público e com enfoque local, regional, nacional e até entre países que são atingidos pelos processos de desertificação, de forma a potencializar a capacidade dos atores sociais transversos à questão, tendo as diretrizes da UNCCD como fio condutor e iniciativas de combate a desertificação que promovam inclusão social e desenvolvimento local com sustentabilidade ambiental.

Esse contexto definiu as bases do PCT BRA/IICA/05/0004 executado pelo Ministério do Meio Ambiente, inicialmente por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e posteriormente, até a fase de finalização do instrumento de cooperação, através da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. O PCT foi executado no período de 20 de dezembro de 2005 (data de sua assinatura) a 20 de dezembro de 2014.

No período coberto pelo PCT foram desenhadas estratégias e cumpridas metas estabelecidas para o alcance dos objetivos imediatos. Os progressos alcançados podem ser constatados pelos resultados apresentados e já referidos neste relatório. O MMA reconhece que a execução do Projeto contribuiu para a superação de grandes desafios e que, apesar dos avanços, muitos ainda persistem. Os principais desafios identificados pelo Programa estão na dificuldade de compreensão da dimensão do PAN Brasil por parte de alguns atores e na articulação e estabelecimento de melhores canais de comunicação entre os atores governamentais e sociais. As dificuldades dos Estados na obtenção de recursos para a implementação dos PAES também demandam soluções para a sustentabilidade dos programas, assim como o fluxo de informações sobre os recursos disponíveis para os projetos de modo a despertar o interesse dos agentes de financiamento. A percepção do PAN como um orientador das políticas, e não implementador de ações diretas, ainda precisa ser melhor internalizado no âmbito dos estados.



Para um país federativo e com o maior e o mais populoso semiárido do mundo, implementar uma estratégia de forma efetiva e harmônica nos três níveis de governo, com a participação da sociedade civil e do setor produtivo, requer uma institucionalidade adequada para promover a continuidade, absorção e multiplicação de iniciativas estruturantes para uma convivência sustentável com a semiaridez, para promover segurança hídrica, alimentar, energética e a conservação da biodiversidade e assim efetivamente combater a desertificação.

Nesse sentido, mesmo reconhecendo os avanços na implementação do PAN Brasil é importante observar que precisam ser complementados com novas ações de modo a responder a contento os anseios e às necessidades dos governos locais e dos grupos sociais diretamente impactados. A discussão das questões pendentes nesse processo deve buscar superar aspectos operativos desarticulados e orientar as ações do alinhamento do PAN Brasil à Estratégia Decenal da UNCCD.

Essencialmente, o que vem sendo feito de forma inovadora em favor da agenda no Brasil, são ações direcionadas ao fortalecimento da Comissão Nacional de Combate à Desertificação buscando assegurar a institucionalização das estratégias e uma maior eficácia deste órgão para a consecução dos objetivos da UNCCD, do PAN e dos PAEs e para avanços dos processos decisórios relacionados à consolidação do marco Jurídico-Legal do país, a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

Destaca-se também a criação de estratégias financeiras articuladas promovendo uma articulação de investimentos com os instrumentos de fomento e de crédito de modo a dispor de meios e de grande potencial para apoiar o financiamento dos planos estaduais e ações para o pacto de sustentabilidade da matriz energética e da base técnica do Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação. Dessa maneira são reconhecidas as necessidades de se dar um caráter estratégico às ações de combate à desertificação visando impedir a continuidade de ações pontuais e não coordenadas muitas vezes presentes nas instituições que atuam com o tema. Todos esses desafios vinculam-se fundamentalmente à urgência da sistematização, produção e difusão de conhecimentos e de tecnologias ambientalmente adequadas, economicamente viáveis e socialmente aceitáveis, para o combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca.

À parte desse contexto geral, é importante que se destaque o alto índice de execução orçamentária e financeira do PCT. Se considerado os orçamentos definidos nas revisões do Projeto verifica-se um percentual de execução de quase 100%. Sob o ponto de vista das linhas orçamentárias, cabe destaque para a aplicação maior dos recursos em contratos por resultados (79,20%) e em

treinamento e capacitação (18,38%). Estes dados reforçam as linhas orientadoras do PCT voltadas para estudos, fortalecimento institucional e capacitação.

Em relação à participação do IICA é importante destacar que a estratégia de cooperação técnica que levou a celebração do acordo IICA/MMA consiste em proporcionar o acesso a conhecimentos que se juntam ao contínuo e permanente esforço do Brasil em atender na íntegra os compromissos firmados junto a UNCCD e de consolidação da Política Nacional de Combate à Desertificação com seus instrumentos devidamente aprovados. Nesse sentido, buscou-se junto ao IICA o aporte de conhecimentos técnicos além do apoio de um conjunto de ações de sua carteira que possuem interface com o tema do combate à desertificação. Em face da experiência do IICA na capacitação de comunidades rurais, na contribuição para a execução de políticas de desenvolvimento sustentável voltadas para ASD e de projetos de convivência com a semiaridez no âmbito regional e nacional foi possível avançar e atingir as metas programadas pelo PCT. A cooperação técnica prestada se assentou na promoção de suporte técnico complementar e de insumos para que o MMA possa fortalecer a agenda de combate à desertificação nos diversos setores em âmbito internacional, regional, nacional, estadual e municipal.